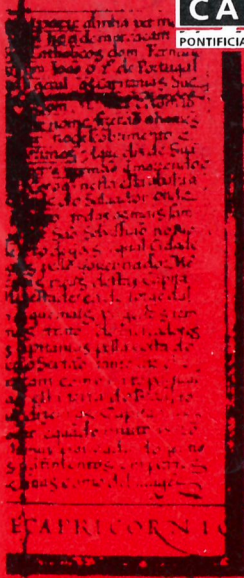


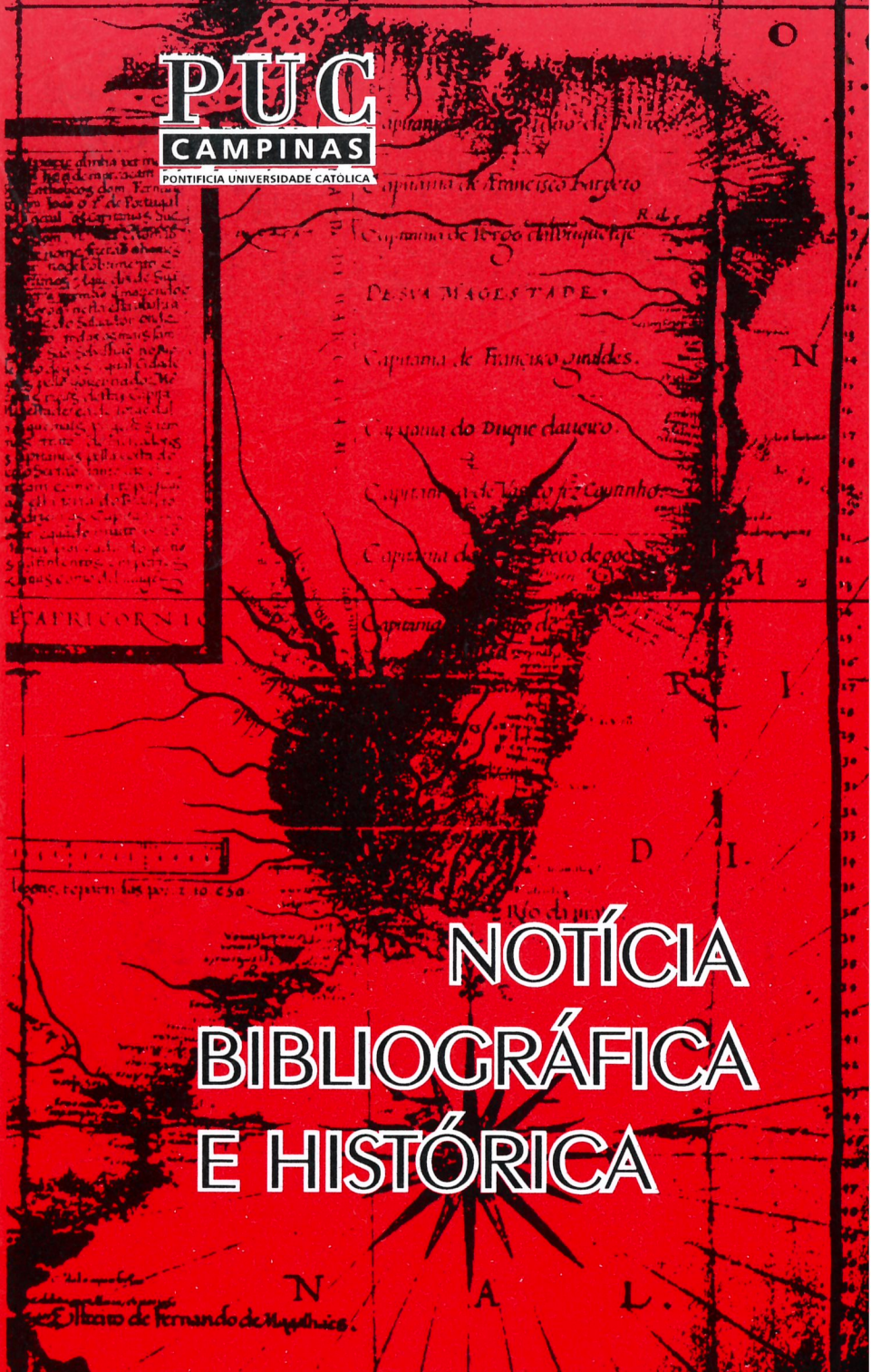
PUC

CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA



NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Profª Maria Salete Zulzke Trujillo

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXXII - Nº 177 ISSN-0101-4919 ABRIL - JUNHO 2000

SUMÁRIO

Da "Cantata", de suas formas e de seu significado histórico	119
Odilon Nogueira de Matos	
Primeiras notas para análise do Centro Urbano Campineiro	126
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Quinhentos anos de Brasil	130
Mário Pires	
O ideário liberal em Pernambuco	139
Leonardo Dantas Silva	
Belo Horizonte nos seus primeiros tempos	156
Duílio Battistoni Filho	
Reflexões a propósito da leitura de "História do Liberalismo", de João de Scantimburgo	161
Benedicto Ferri de Barros	

Pensamento hermenêutico e História	170
Fernando Whitaker da Cunha	

De uma pasta de velhos recortes

O descobrimento do Brasil	190
Jorge d'Escragnolle Taunay	

*

Textos (sugestões para seminários)

O descobrimento do Brasil (Pero Vaz de Caminha	198
A riqueza de Sevilha (Alonso Morgado)	

*

Memória Campineira

As três campinas (Benedito Barbosa Pupo)	201
--	-----

*

Vultos da Historiografia Brasileira

Rocha Pombo	203
-------------------	-----

*

Seleta

Terra de Santa Cruz - Colonização do Brasil (Rocha Pombo)	207
---	-----

*

Rabiscos de um escrevinhador

À memória de um historiador mineiro	217
"Cellula Mater"	219
Cinco de Fevereiro	220
O mestre da Sonata	222

DA CANTATA, DE SUAS FORMAS E DE SEU SIGNIFICADO HISTÓRICO

Odilon Nogueira de MATOS

A palavra “cantata”, no seu sentido original, significa simplesmente o que deve ser cantado. Portanto, a rigor, qualquer música vocal seria uma cantata. Todavia, com o tempo a palavra adquiriu uma conotação própria e especial para designar uma forma de música ocasional, inspirada em temas religiosos ou profanos, com fundamentação na história, na literatura, na religião, na mitologia ou em temas circunstanciais como ocorria com frequência no século XVIII, quando até o cotidiano das cortes servia de motivo para tais obras: nascimentos, casamentos, óbitos, coroações ou até assuntos mais prosaicos como as colheitas ou as caçadas reais. Há até o caso de um dos Ricci (família napolitana de compositores) que compôs uma cantata a propósito de um terremoto (que não fizera nenhuma vítima...) ou o nosso anônimo baiano também do século XVIII, que escreveu obra semelhante em louvor do restabelecimento de um governador que fora acometido de forte resfriado...

A cantata não tem forma fixa. Habitualmente era escrita para solistas, coro e orquestra, alternando recitativos e árias. É a forma que mais comumente se encontra, por exemplo, nas cantatas de João Sebastião Bach, inegavelmente o mestre supremo dessa tão expressiva forma musical. Ao contrário do que muita gente supõe, Bach não escreveu apenas cantatas religiosas, embora estas sejam em maioria. Deixou também cantatas seculares (ou profanas). São todas as numeradas acima de duzentos no catálogo temático elaborado por Wolfgang Schmieder, o **Bach Werke-Verzeichnis**, título do qual se extraem as iniciais BWV para identificar as obras do grande compositor. A exemplo

do “K”, de Koechel, para a produção mozartiana ou o “P”, de Pincherle, para os concertos de Vivaldi. Mas, realmente, o que predomina na sua obra nesse gênero é a forma sacra, alcançando mais de trezentas obras, das quais chegaram até nós cerca de duzentas.

O total das cantatas de Bach constitui, inegavelmente, o maior conjunto de música sacra já produzido em todos os tempos. Sua importância no acervo das obras do compositor provém, não apenas do seu número elevado, mas principalmente da finalidade a que se destinam. Podem ser definidas como comentários musicais a um texto bíblico. Foram compostas, em cinco séries, para o calendário eclesiástico da Igreja Luterana: não só para os cultos dominicais, mas também os dias “de festa”, muitos dos quais conservados do calendário católico. Totalizam 64 para cada ano (e Bach assumiu esse compromisso com a Igreja de Leipzig por cinco anos...), uma para cada domingo, com exceção do período da quaresma, em que não deveria haver música. Em compensação, diversas comemorações do calendário católico continuaram freqüentes na Igreja Luterana, como a Epifania, a Anunciação, a Purificação, a Ascensão e a Visitação, eventos aos quais as outras igrejas reformadas permanecem indiferentes. Da mesma forma, a ênfase comemorativa a certos domingos, como os quatro do Advento, o de Pentecostas e o da Santíssima Trindade, sem falar nas comemorações especiais a São João Batista (24 de junho) e São Miguel (29 de setembro). Mais ainda: o domingo da Santíssima Trindade (primeiro domingo após Pentecostes) serviu de referência para pelo menos 24 cantatas de Bach, que são assinaladas tomando como base esse domingo. Por exemplo, a cantata nº 56, vem assim marcada: “Dominica 19 post Trinitatis” (para o 19º domingo após a Trindade).

A esse acervo imenso de cantatas religiosas devemos acrescentar muitas outras, mais de vinte, também religiosas mas não litúrgicas, pois destinadas a cerimônias nupciais e fúnebres e algumas até circunstanciais, para comemorar a eleição e posse do “Conselho” que superintendia a Igreja à qual o mestre estava vinculado, E ainda algumas, pelo menos quatro, cuja destinação é desconhecida ou indicada simplesmente “ogni tempora” ou (em alemão) “ohne Bestimmung”, isto é “sem destinação”, podendo, pois, ser ouvida em qualquer ocasião.

Evidentemente, não podemos esperar que todas essas cantatas, em número tão elevado, sejam obras-primas ou totalmente

originais, pois não há gênio, por maior que seja, capaz de produzir uma obra-prima por semana. E essa era a obrigação de Bach na “Thomaskirche”, de Leipzig: não só compor uma cantata por semana, como ensaiá-la e fazê-la executar no domingo seguinte! Daí, Bach ter lançado não de um recurso, aliás natural e em nada desmerecedor de sua obra: aproveitar, para as cantatas, temas de muitos dos seus corais para órgão, dando-lhe maior desenvolvimento e tratando-os de maneira mais adequada ao novo objetivo. E às vezes até peças maiores. Ocorre-me um exemplo: a belíssima Cantata de nº 146 (para o terceiro domingo após a Páscoa) é talvez a única (ou uma das poucas) que tem uma extensa abertura orquestral, e para esta abertura aproveitou Bach o primeiro movimento de um dos seus concertos para cravo.

Lembramos, de início, que além do imenso acervo de cantatas religiosas, deixou Bach mais de vinte cantatas seculares, correspondentes aos números superiores a duzentos do já mencionado catálogo de Schmieder. Quase todas de inspiração clássica, tomando figuras e imagens da mitologia grega (“A luta entre Febo e Pã” e “Eolo apaziguado”, por exemplo). Duas delas sobre textos italianos, “Amore traditore” e “Non sa che sia dolore”. Outra, das mais bonitas, tem como tema uma caçada. Das mais expressivas são as chamadas “Cantata do Café” e “Cantata do Camponês”, de números 210 e 211.

Em quase todas essas cantatas seculares encontra-se a indicação “drama per musica”, com indicações cênicas que permitem que elas possam ser encenadas e representadas. O autor desta nota teve o privilégio de, há mais de trinta anos, assistir à encenação das duas últimas citadas - a “do Café” e a “do Camponês” - pela Ópera de Câmara de Buenos Aires. Espetáculos inesquecíveis, sobre os quais escrevemos na oportunidade, lembrando que, dadas as possibilidades de serem elas encenadas, podem ser consideradas pequenas óperas. Como se costuma afirmar que Bach abordou todas as formas de composição “menos a ópera”, cai por terra essa idéia, pois as duas mencionadas cantatas podem ser consideradas óperas. E provavelmente também outras...

A Cantata “do Café” é significativa e reflete a época. Foi composta numa ocasião em que o café era novidade na Europa. Os

primeiros cafés públicos que apareceram em Leipzig (onde Bach vivia) provocaram muita celeuma, dividindo-se a população em “pró café” e “contra o café”. Bach era cafezista, tanto que compôs sua cantata de maneira cômica e satírica, figurando nela um casal que “briga” por causa do café, sendo a esposa a favor e o marido contra. O historiador Basílio de Magalhães, em seu livro **O café na história, no folclore e nas belas artes**, faz um belo estudo dessa cantata, verdadeira obra-prima pelo seu caráter.

É bom lembrar que Bach não foi o único compositor de cantatas no século XVIII, embora tenha sido o mais prolífico de todos. Outros compositores contemporâneos ou posteriores (mesmo atuais) inscrevem-se também entre os autores de cantatas, tanto religiosas como seculares.

Dois nomes associam-se com muita freqüência ao de Bach, pois foram contemporâneos e perambularam caminhos semelhantes aos do célebre “kantor” de Leipzig: Handel e Telemann. Handel é do mesmo ano de Bach (1685), mas sobreviveu-lhe nove anos, falecendo, portanto, em 1759. Deixou obra tão grande quando a de Bach, excedendo-se numa forma que acabou, naturalmente, associada ao seu nome: o **oratório**. Produziu, nessa forma, suas maiores obras. Inspirados, na maior parte, em figuras do Velho Testamento, têm, contudo, seu ponto culminante em **O Messias**, inspirado na vida de Cristo e que muitos consideram a maior obra sacra até hoje composta.

Já escrevemos, há pouco, neste mesmo local, sobre o **Messias**. Na realidade o nome de “oratório” para a obra máxima de Handel não nos parece muito adequado, por faltar-lhe o caráter dramático e descritivo que caracteriza a forma oratoriana. Já se disse que ele deve ser considerado mais uma grande cantata do que propriamente um oratório. Não importa. Cantata ou oratório, o que nele nos impressiona é a sua grandiosidade ao lado da mais sublime espiritualidade. Assim, é fácil verificar quanto o nome de Handel está também ligado à forma cantata. Deixou diversas composições, quase todas utilizando textos italianos, tal como ocorreu com suas óperas (mais de quarenta), também com libretos italianos. Embora alemão, Handel viveu boa parte de sua vida na Inglaterra, onde, aliás, faleceu, estando sepultado em Westminster, ao lado dos grandes heróis ingleses. Não deixa de ser curioso, e sob certas aspectos até

estranho que, sendo também homem de Igreja e profundamente religioso, como o provam seus grandes oratórios, não tenha Handel deixado nenhuma cantata de inspiração religiosa. E deixou mais de vinte, arroladas numa das últimas edições do credenciado dicionário de Grove. Parece que o grande compositor estava reservando sua espiritualidade para as grandes formas constituídas pelos oratórios.

Telemann, apenas quatro anos mais velho que Bach (1681-1767), deixou uma obra imensa, abordando formas muito semelhantes às do “kantor” de Leipzig, tendo sido até, e muitas vezes, confundido com este. Ainda recentemente uma edição “completa” de todas as cantatas religiosas de Bach omitiu mais de dez, dando como explicação e justificativa ou por serem apócrifas ou por serem, na realidade, de Telemann. Embora também prolífico autor de “cantatas”, Telemann tem, contudo, seu ponto alto nas “Paixões”, inspiradas nos Evangelhos. “Das Glück”, “Die Landlust”, “Schulmeister”, “Die Hoffnung ist mein Leben”, “Inno”, e mais três alusivas ao Natal constituem a melhor contribuição de Telemann para a forma cantata.

Quase cinqüenta anos mais velho, portanto predecessor tanto de Bach como de Telemann em obras sacras, depara-se-nos o nome de Dietrich Buxtehude (1637-1707), que foi, segundo se diz, o grande mestre de Bach na sua produção instrumental e também nas cantatas; sua preferência era para a música sacra, embora também compusesse obras seculares. Cerca de trinta cantatas de Buxtehude encontram-se atualmente à disposição dos discófilos, em excelentes gravações. Indiquemos as que nos parecem mais expressivas: “O Gottes Stadt”, “O Froehliche Stunde”, “Singet dem Herrn”, “Laudate Dominum”, “Das neugeborne Kindlein”, “In dulci júbilo”, “Also hat Gott die Welt geliebet”...

Há, contudo, uma grande e profunda diferença entre esses grandes mestres no que se refere às cantatas. Bach foi o único a compô-las com finalidade litúrgica, como deixamos claro. Todas as suas cantatas religiosas foram compostas para o ano eclesiástico da Igreja Luterana e enquadraram-se rigorosamente nos dias indicados. Enquanto nenhum dos outros teve essa preocupação. Suas cantatas são religiosas, mas não necessariamente litúrgicas.

Parece-nos estranho que Haydn e Mozart, as duas mais expressivas figuras do fim do classicismo, não tivessem demonstrado muito interesse pela forma cantata. Haydn deixou-nos quatro obras no gênero, mas nenhuma de natureza religiosa e apenas uma, “Ariadne em Naxos” teve maior divulgação. Quanto a Mozart, o extenso catálogo de Koechel que desdobrou em quase mil os títulos das obras por ele deixadas, enumerou apenas sete peças com o nome de “cantatas”, sendo que duas delas são de inspiração maçônica, compostas para a iniciação à loja a que pertencia o compositor.

Mas o século XVIII deixou-nos muitas e grandes “cantatas”, quase todas de natureza festiva, o que era uma característica dessa época em que as cortes européias timbravam em cuidar de música em seus domínios. Raro o compositor que não tenha deixado obras para as cerimônias reais.

Lembre-se, contudo, que o tema natalino continuou presente em grande número dessas obras e ainda até nossa época. Impõem-se os nomes de Stradella, Caldara, Campra, Kraus, Carissimi, Flotow e, mais recentes, Honegger e Britten.

Beethoven, inegavelmente a figura mais representativa da transição classicismo/romantismo, compôs diversas cantatas, todas elas no início de sua carreira. A mais importante e, ao que parece, a única lembrada hoje, pois mereceu excelente gravação, foi composta em memória do Imperador José II, da Áustria. Data de 1790, quando Beethoven tinha apenas vinte anos. Todavia, nas exéquias do Imperador, não se sabe por que motivo, a cantata especialmente composta por Beethoven não foi incluída no programa. Thayer, que analisou bem a obra, julgou que talvez o compositor não a tivesse completado, faltando a parte dos instrumentos de sopro. Verdade ou não, o certo é que a belíssima Cantata de Beethoven só foi executada pela primeira vez quase cem anos depois, em Viena, em novembro de 1884.

Em nosso século, escreveram cantatas Perosi, Prokofiev, Satie, Britten, Carl Orff, Milhaud, Bartok, entre outros. E como “cantata”, não teria dúvida em colocar também “O descobrimento do Brasil”, do nosso Villa-Lobos.

O nome de Kraus, que evocamos há pouco, tornou-se conhecido por uma Cantata a propósito da morte de Gustavo III, rei da

Suécia, assassinado num baile de máscaras na noite de 29 de março de 1792. Lembremos, de passagem, que essa triste ocorrência constituiu o tema de uma das mais conhecidas óperas de Verdi, denominada mesmo “Um baile de máscaras”. Apenas o ambiente e os personagens foram trocados, por exigência da censura. A cena foi deslocada para Boston, na Nova Inglaterra (Estados Unidos) e o rei assassinado transmudou-se no governador inglês da América do Norte. Mas, passado tanto tempo - fato curioso - a ópera de Verdi, nas representações modernas procuram restabelecer o ambiente e os personagens originais.

PRIMEIRAS NOTAS PARA ANÁLISE DO CENTRO URBANO CAMPINEIRO

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Nada é tão significativo para sedimentar a vida do indivíduo do que suas memórias/lembranças, muito embora venham carregadas das mais díspares emoções. Todavia, a existência de quadros de referência estruturados, faculta ao investigador a possibilidade de conhecer com razoável segurança o interior desse resistente universo.

Dai ser instigante considerar-se através delas a apropriação da cidade por parte dos mais diferentes grupos sociais que compõem a urbe, procurando se entender como os diferentes atores ocupam os espaços públicos modificando-os, adaptando-os e até mesmo subordinando-os às suas necessidades peculiares.

Com propriedade Henri Lefebvre elucida cada época histórica como responsável pela construção de uma atividade específica e, no que tange à cidade capitalista moderna, a própria dimensão lúdica ligada ao imprevisto entrelaçado do consumismo.

Há também de se levar em conta que as transformações urbanas interferem na chamada cultura pública, propiciando com que as vertentes históricas acabem por adquirir particularidades tais, em crescentes combinações dos aspectos tradicionais com os modernos que, sem dúvida, acabam por repercutir no tecido urbano e na teia das relações sociais estabelecidas nos espaços públicos.

Advém dessa preocupação a presente nota, onde procuro colocar a reflexão um ponto marcante da cidade de Campinas com seus espaços de interação, exatamente por ser uma realidade descontínua, fragmentada e diferenciada, o que me levou a retomar o raciocínio de

Berman¹, quando nos leva a pensar sobre a modernização das cidades e seus acentuados ritmos de diferenças sociais.

Assim considerando e tomando como exemplo a chamada *Princesa d'Oeste*, há tempo em franco processo de metropolização, observo como seu centro (não tão tradicional como poderia ser...), continua, todavia, a ser uma referência para sua memória coletiva, permitindo a análise e observação das sucessivas transformações por que vem passando ao longo de décadas que marcaram sua história.

Relembro, principalmente, quando a Campinas provinciana tinha seu *centro como cidade*, ou seja, *a cidade como seu centro*. Era, ainda nos primórdios do século XX, o local de consumo, comércio e negócios de suas elites. Tudo para ele convergia: políticos, jornalistas, comerciantes... onde os mais variados assuntos eram discutidos. Lá se encontravam, entre outros pontos significativos, a Casa Alemã, a Genoud, a Livro Azul, a Padaria do Comércio, o Bar Ideal, a Casa Aranha - com a presença meiga do Fifi afinador de pianos - além do festivo cantar dos pássaros, do revoar das andorinhas, do tilintar dos bondes... tudo ligado à maneira de ser daquelas elites, mas já com traços da ocupação popular, notoriamente no Largo do Rosário, ou melhor dizendo no *Caldeirão do Diabo* (e houvesse *disque-disque...*), este, principalmente, o local marcante da *conflitualidade*.

Deixo evidente que o afloramento da presença popular na cidade não foi fortuito; aos poucos foi ocorrendo, desde o final da escravidão, pelo crescente afluxo da mão-de-obra estrangeira - de início, para suprir basicamente seu crescimento industrial, em razão do capital acumulado com o café, e onde novos tipos humanos vieram alterar o quadro social da cidade: comerciantes, imigrantes estrangeiros de diferentes nacionalidades, pequenos proprietários... o que acirrou a presença de pobres no espaço urbano. Tais camadas sociais populares concentraram-se historicamente nos bairros operários, baseados no binômio fábrica-moradia: Vila Industrial, Ponte Preta, Vila Marieta, Vila Nova, Bonfim, só para lembrar alguns dos mais populosos.

Era então uma cidade apartada em termos sociais, ou seja, um lado dela privilegiado e o outro não. Os detentores do poder

(¹) Ver: BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Cia das Letras, 1986.

econômico localizando-se no centro da cidade ou no seu entorno, mas, ainda convivendo com poucos indivíduos de baixa renda que também ocupavam esse centro, embora sua forte concentração fosse do outro lado da cidade, cuja separação era a ferrovia. Começava então surgir uma espécie de *outro centro*, com a ocupação típica do operário e do imigrante (principalmente italiano, já a partir dos anos 1870).

Com o passar do tempo, esse centro tradicional das elites até as primeiras décadas do século XX, gradativamente foi se tornando um espaço deteriorado, heterogêneo e abandonado pelas camadas sociais de maior poder aquisitivo que acabaram por buscar outras regiões da cidade para residir e até para consumir (caso, por exemplo, dos bairros Cambuí e Nova Campinas).

Por outro lado, esse antigo centro de Campinas foi, paulatinamente, se alterando mais ainda, frente ao novo panorama urbano ligado às transformações econômico-sócio-político-culturais nacionais.

Com o novo modelo de industrialização então implantado, ocorreu também a chegada de novos atores sociais: os migrantes nacionais, a partir já, grosso modo, da década dos quarenta, ocupando vários espaços públicos da cidade e ampliando os limites citadinos. Com isso, aquela acumulação urbana concentrada próxima às fábricas também deixou de existir com essas novas bases industriais, além da expansão do transporte rodoviário facilitando a comunicação e o desenvolvimento campineiro.

Entre 1914/30 houve verdadeiro retalhamento da terra com forte especulação imobiliária, as fábricas se espalhando pelas beiras das auto-estradas, enfim, foram sendo criados os fundamentos para um crescimento apoiado no loteamento periférico, o desejo de possuir a casa própria e a autoconstrução sedimentando-se.

Se até o início do século XX os bairros eram separados por classes sociais distintas, aos poucos tais separações, com a expansão urbana, se transformaram, havendo uma interpenetração de áreas, bastante intensa com relação ao centro tradicional da cidade: enquanto esta se expandia desordenadamente (a partir da década dos anos quarenta), boa parte do centro passou por rápido processo de diversificação de funções, sofrendo uma gradativa deterioração urbana, a queda no seu

uso habitacional e o afastamento de parte da população para outros bairros, além do encortiçamento crescente, a proliferação do pequeno comércio informal, o aumento da violência urbana, da prostituição, da miséria...

É como nos fala Castells as cidades progridem se autodestruindo, em lugar de ir crescendo a partir de uma base de manutenção do que já existe². Isso de fato ocorreu no caso campineiro (também em seu centro) com a crescente popularização desse espaço e as formas estratégicas de sua ocupação, com novas referências de sociabilidade frente ao processo de metropolização já em curso.

Nessas breves considerações não pretendi mapear o que veio ocorrendo com as ocupações cotidianas de tais espaços públicos da cidade por parte dos diversos grupos sociais que se estabeleceram ou circularam por suas regiões mais centrais, pois, tal estudo é parte de análise mais ampla que venho efetuando há já algum tempo, utilizando basicamente o trabalho de campo onde analiso/descrevo o conjunto de atividades, códigos, regras e lembranças de alguns grupos sociais que fazem das ruas o espaço privilegiado para suas relações. Minha intenção foi tão somente chamar a atenção para o significado de um trabalho desse tipo, preferencialmente multidisciplinar, para que a Campinas de hoje possa melhor prosseguir, conhecendo e vivenciando com critério sua história e, dessa forma, as diversas esferas sociais de sua sociedade possam ter a capacidade de reatar seus elos e os indivíduos se tornem verdadeiros cidadãos. Será que isso será possível? É o que espero e, modestamente, tenho procurado contribuir para que tal meta possa ser atingida em sua plenitude, embora também acredite que *caldo de galinha e ponderação* devam ser o *norte* de todos que procuram ajudar o crescimento/desenvolvimento do local onde palmilham, não apenas revivendo cada recanto de suas ruas, becos e avenidas, mas também encarando o hodierno nas sérias implicações do processo histórico vivenciado.

⁽²⁾ CASTELLS, Manuel. "A intervenção administrativa nos grandes centros urbanos" - In: *Espaço & Debate*, no 6, São Paulo, NERU, 1982, p. 64-75.

QUINHENTOS ANOS DE BRASIL

Mario PIRES

"... Tomou-se, então, o rumo aberto do leoste COMO À BUSCA DE PONTO CONHECIDO..." - é o que se lê na velha obra de Rocha Pombo, *História do Brasil*, editada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, 3ª edição, que adquirimos em 1942.¹

O consagrado historiador não fala, pois, em descobrimento do Brasil, e sim, do interesse da política portuguesa, da expansão do reino e da cautelosa posse da terra há muito conhecida. Mas, os compêndios escolares de nosso tempo, sempre diziam: "O Brasil foi descoberto em 22 de abril de 1500."

Cristóvão Colombo, e, como diziam os coevos, "Descobridor da América", já sabia, de antemão, da existência de novas terras no ocidente do Atlântico. Os pesquisadores, há muito, têm afirmado que por aqui, em priscas eras, perlongaram os *vikings* noruegueses, já se tem falado, que os *vikings*, muitos séculos antes dos descobrimentos, viajaram pela América.

Sobre estas viagens, outra publicação,² afirma ter sido descoberto navio *viking* do século 11. Os arqueólogos consideraram sensacional a descoberta desse barco, encontrado num fiorde de Copenhague.

O conspícuo e grandioso Museu Britânico de Londres possui em seu formidável acervo, arte do Brasil produzida milênios antes da chegada de Cabral, arte que se localizava no coração da Amazônia. Esse

(1) Pombo, Rocha. *História do Brasil*. Cia. Melhoramentos de São Paulo. 3ª edição Curso Superior.

(2) *Jornal da Tarde*, São Paulo, edição de 22/7/1997.

tesouro arqueológico também existe no Museu de Antropologia da USP de São Paulo.

Outro impressionante testemunho da velhice do Brasil são as famosas "Sete Cidades" do Piauí, restos de sítios milenares.

Esses achados não são mais novidade. Há pouco tempo, caçadores da província canadense de Colúmbia Britânica, descobriram o corpo de um homem congelado e em bom estado de conservação; ao seu lado, estavam uma bengala, uma lança de madeira, um faca de osso, restos de um peixe, uma bolsa de couro e um chapéu de abas largas. Os descobridores afirmaram que deve ser um caçador que habitava a região, antes da chegada dos europeus e que existisse há mais de 12 mil anos, quando os humanos passaram da Ásia para a América, pelo Estreito de Behring.³

Outra publicação afirma que o homem surgiu na Ilha de Páscoa nos anos 400. Esse é considerado o supremo mistério, o da sociedade polinésia que se instalou naquela ilha para depois desaparecer da face da terra.⁴

Em outubro de 1998, um grupo de empresários americanos, sondando as profundezas do Mediterrâneo, descobriu um navio muito antigo que classificaram como fenício do século 5 antes de Cristo.

Desde os dois últimos séculos e principalmente no atual, tem havido verdadeira febre de procuras arqueológicas, mas o que nos interessa, é a certeza da estada, em nosso território, de diversas civilizações, antes da chegada de Cabral.

Mas, não se aborreçam, não se irrite, nobres portugueses: se os seus valorosos ancestrais não tiveram o privilégio de aqui chegar em primeiro lugar, seus grandes méritos foram o da iniciativa de tomar posse da terra nova e exuberante e a coragem de se aventurar em quase frágeis caravelas pelo "tenebroso e desconhecido mar", até aportar em Cabrália.

Mas, além da conquista de novas terras e sua posse, tinham em mira os portugueses, também, a evangelização dos autóctones, a

⁽³⁾ *O Estado de S. Paulo*, edição de 26/8/1999.

⁽⁴⁾ *Idem*, edição de 21/10/1995.

imposição da igreja de Cristo. Nas caravelas de Cabral, vieram Frei Henrique de Coimbra e mais alguns religiosos.

Sobre a audaciosa aventura oceânica portuguesa, reportemo-nos, novamente, ao conspícuo historiador Rocha Pombo, em seu opúsculo para o ensino superior: "... É com esse fim que se apressa D. Manuel a aparelhar uma poderosa frota de guerra, cujo comando confia a Pedro Álvares Cabral. Compunha-se essa esquadra, de dez naus e alguns navios de transporte, além de embarcações mercantes que se lhe incorporaram. Eram todos os capitães homens afeitos à vida marítima e já conhecidos.

Na expedição vieram também, Pero Vaz de Caminha, que seria o autor da célebre carta escrita a D. Manuel; o mestre ou bacharel Johannes, médico e astrônomo, ao qual se deve uma "carta" com a indicação precisa da situação da terra "descoberta": o cronista Duarte Pacheco Pereira, autor do *Esmeraldo de Situ Orbis*; sete missionários, sob a ordem de Frei Henrique de Coimbra.

Partira de Lisboa, do Paço de Alcaçova, em 8 de março de 1500, no meio de aclamações do povaréu. Na manhã seguinte, assistiram à missa na Ermida do Restelo, com a presença do rei e de toda a corte. Em seguida, D. Manuel entregou a Cabral uma bandeira da Ordem de Cristo. Saindo do Tejo, tomou a armada rumo do sul; no dia 14, pela manhã, estava-se à vista das Canárias e, por isso, Cabral ordenou afastarem-se as naus da costa africana.

No dia 21 de abril, surgiram os primeiros sinais de costa não distante. Não demorou a destacar-se da fita escura o relevo de um monte, a que se deu o nome de Monte Pascoal, por ser o dia de Páscoa."

Seguem-se outros dados que são de todos conhecidos.

Vejamos, agora, o que nos diz outro grande historiador, este, mais atualizado:⁵

"Os comandos das 13 naus de Cabral estavam assim distribuídas:

1 - Pedro Álvares Cabral, nau capitânia.

⁽⁵⁾ Barroso, Gustavo. Nos bastidores da História do Brasil. Edições Melhoramentos, São Paulo. [s/d].

- 2 - Sancho de Tovar - nau sota-capitânia, denominada "El-Rei".
- 3 - Simão de Miranda - nau.
- 4 - Bartolomeu Dias - navio destinado a Sofala.
- 5 - Vasco de Ataíde - nau.
- 6 - Aires Gomes da Silva - idem
- 7 - Simão de Pina - ibidem.
- 8 - Nicolau Coelho - ibidem.
- 9 - Nuno Leitão da Cunha - navio denominado "Anunciada".
- 10 - Diogo Dias - nau.
- 11 - Pedro de Ataíde - navio denominado "São Pedro", de 100 toneladas.
- 12 - Luís Pires - nau.
- 13 - Gaspar de Lemos - navio de mantimentos.

Este último foi mandado voltar a Lisboa com a notícia do descobrimento. A esquadra velejou do Brasil para a Índia a 2 de maio e a 24 foi assaltada por terrível temporal, que fez naufragar os navios do comando de Bartolomeu Dias, de Luiz Pires, de Aires Gomes da Silva e de Simão de Pina, perdendo-se sua gente."

Enfim, das 13 velas tornaram unicamente a Portugal seis, inclusive a de Cabral.

*

OS DOIS TÚMULOS DE CABRAL

Diz o autor destas notas, que esse grande fidalgo português, filho de Fernão Cabral, cognominado, por sua alta estatura, o "Gigante da Beira", Alcaide de Benavente, neto de Fernão Álvares Cabral, guarda-mor do infante D. Henrique, "O Navegador", foi indicado por Vasco da Gama, quando de sua volta da Índia, em 1499.

Voltando gloriosamente a Portugal, Cabral se viu jubilosamente recebido por seu soberano, em Lisboa, em 23 de junho de

1501. O Descobridor do Brasil faleceu na península, como Alcaide e Senhor de Belmonte, antigo senhorio de sua família, sendo sepultado na Igreja da Graça, em Santarém. Essa igreja foi restaurada pelo governo português e nela se pode ler, rasa no chão da capela, uma lápide clara com esta epigrafia em caracteres quinhentistas:

"Aquy jaz Pedralvares Cabral e/ Dona Isabel de Castro sua mulher / cuja é esta capella, he de todos / seos erdeyros aquell depois da / morte de seu marido foy; camareyra-mor da Infanta dona Mari fylha del Rey dõ João / nosso señor ho terceiro deste nome."

Em 6 de agosto de 1882: estão aqui os ossos de P. A. Cabral. - Auto na Torre do Tombo, e C. o Mal. de Santarém."

ORIGEM DO NOME BRASIL

"O nome Brasil surge na geografia do mundo, 150 anos antes de o nosso país ser descoberto pelos portugueses. Nas mais antigas cartas geográficas conhecidas da Idade Média, vê-se sempre em alguma parte do Oceano Atlântico uma ilha com o nome de Brazil, Brasil, Bracil ou Berzil.

O Portulano ou Mapa Medici traz essa ilha diante das costas da Península Ibérica com a legenda "insula de bрази". Data de 1351. A Biblioteca Pública de Módena, na Itália, mostra na altura da Irlanda a "Ilha Brezill". São estes dois os documentos mais antigos em que aparecem as formas "brazi" e "brezill" da palavra Brasil.

Após o "descobrimento", começava a exploração do chamado "pau-brasil" nas suas costas. Era o resultado duma antiqüíssima lenda sobre a existência de uma terra afortunada, abençoada e feliz do lado do ocidente, lenda que se misturara, com muitas outras, à geografia dos antigos. Os indus chamavam a essa terra *Uttarra-Kuru*, país de sol, com areias de ouro e prata. Os egípcios denominavam *Aalu ou Hotep*, onde a vida era deliciosa.

Um dos primeiros documentos escritos sobre o descobrimento do Brasil comprova a existência cartográfica anterior desse nome.

Tracemos, agora, um esquema da origem e formação do nome Brasil:

Antigüidade: Lenda entre quase todos os povos sobre a existência duma terra misteriosa e venturosa no Oceano, do lado do oeste.

Idade Média: A lenda consubstancia-se numa ilha Brasil, de pouso incerto e nome com variantes, por influência dos vocábulos celtas "Hy-Breasail", "Hy-Bresail" e "Ó-Brasil". O pau de tinturaria vem do oriente, trazido pelos árabes, tomando no comércio europeu os nomes "Verzino", "Bezino", "Berzil" e, finalmente Brasil.

Época do Renascimento: Acredita-se na existência de uma ilha Brasil que aparece nos mapas antigos e é mesmo procurada pelo Oceano Atlântico. Os portugueses acham em 1500 a terra que veio a chamar-se Brasil e na qual abundava a madeira tintórica desse nome.

Depois de 1503: O nome da ilha Brasil e o nome do pau-brasil se confundem no termo geográfico definitivo.

Depois de tantos testemunhos sobre a incursão de povos antigos em nosso território, antes da chegada de Cabral e as várias desinências da nova terra, conclui-se que, finalmente, "*Não houve a descoberta do Brasil mas a posse pelos portugueses dessa Nova Terra*".

*

BRASIL QUINHENTOS ANOS

(Uma saga memorável)

Poema épico gregoriano

Mário PIRES

(revisão: Benedito Ortiz)

INVOCAÇÃO

Eia, Calíope, Musa da Poesia Épica:

Acorda, levanta-te, vem inspirar

Este pobre poeta

Que quer exaltar
 O acontecimento máximo
 De sua terra:
 Seu nascimento!

1500 - 2000

"Sabeis o que é esse despertar de poeta?
 É o ter dado às palavras - virtude, amor,
 pátria e glória - uma significação profunda."

(Do *Eurico, o Presbítero* de Alexandre Herculano).

CANTO I

"Homens hirsutos e sonhadores,
 Muito audaciosos, inconformados,
 Aspiravam conquistas, valores,
 O seu mar, fitando, esperançados!

Na "Ocidental praia lusitana",
 Havia um príncipe intemorato,
 Querendo ir além de Taprobana,
 Eis o seu maior desiderato!

É Dom Henrique, "O Navegador",
 Que da famosa Sagres, a Escola,
 Enriquecida de cientistas,
 De altíssimo valor, se acrisola.

"... Aqui, quase cume da cabeça
 Do reino lusitano", audaz,
 "Onde a terra acaba e o mar começa",
 E o império luso satisfaz.

CANTO II

Vem, empós, um Rei mui valeroso,
 A continuá-lo com mesmo ardor,
 Rei Dom Manuel, "O Venturoso",
 enche-se de glória e de esplendor!

Das terras da Índia proeminente,
 Conquistadas por Vasco da Gama,
 Volta-se ele agora ao Ocidente,
 Terras virgens, que ninguém reclama.

Preparam-se naus incontinenti,
 Pedr'Álvares Cabral as comanda.
 E essa grei audaz, persistente,
 Não a vence falaz sarabanda!

Tomam rumos predeterminados,
 Lá vão elas, naus abençoadas,
 "... Mares nunca dantes navegados",
 Sem pensar em cousas desastradas!

CANTO III

Em Sagres, o "astrolábio", estudaram,
 E as "Cartas" chamadas "Portulanos",
 Confiantes, todos se agregaram,
 Zombam do mar, esses soberanos.

Sim, o "Mar Tenebroso", mortal,
 Com tempestades e mil perigos,
 "Avante, meus bravos, pro ideal.
 Sede leais, não temais castigos."

São treze naus, ou flechas vogando,
 Na frente, um novo Alexandre audaz.
 Comandando. Intrépidos, remando,
 Seguem, seguem, sem olhar pra trás!

Nas velas brancas a cruz de Cristo,
 São heróicas gentes e cristãs!
 É um roubo ardente e benquisto,
 São todas almas gêmeas, irmãs.

CANTO IV

Eis que após semanas navegando,
 Vêm surgir ao longe, um alto monte!
 A comoção deixa-os chorando,
 Quais os épicos de Anacreonte!

Oh!, vinte e dois de abril luminoso,
 Nova Semana Santa, que unção!
 Logo, Frei Coimbra, fervoroso,
 Batiza o Monte, em consagração.

"É uma Ilha", afirma Cabral.
 Chama-lhe "Ilha de Vera Cruz".
 Percorrendo-a, vê o erro, afinal:
 "Agora é Terra de Santa Cruz"!

Pero Vaz de Caminha logo escreve
 A Rei Dom Manuel, "O Venturoso":
 "A terra é mui úbere", descreve.
 Comandante Cabral, jubiloso!

CANTO V

Grande aventura essa Descoberta!
 O milagre aconteceu enfim!
 Novo país que deixa o mundo alerta:
 Não há terra alguma rica assim!

Oh!, este Brasil, tão grande amado,
 Céu e terra de esplendor formado!
 Tens o Amazonas, rio sagrado
 Por todos sempre e sempre invejado!

Terra de heróis, gente destemida,
 Novos titãs, que te construíram!
 Te fizeram terra enriquecida
 Por muitas lutas que em ti se viram!

E já que estamos no ano dois mil,
 Comemorando quinhentos anos,
 Não esqueçamos nobre povo,
 Portugal, Mãe-Pátria, a quem amamos!"

FIM

O IDEÁRIO LIBERAL PERNAMBUCANO

Leonardo Dantas SILVA

O século XVIII, também conhecido como o *Século do Iluminismo*, teve a sua segunda metade tomada por uma total revisão no âmbito social das idéias, a partir da Declaração de Independência das treze colônias inglesas, que vieram constituir-se nos Estados Unidos da América, em 4 de julho de 1776, com repercussões nos movimentos que antecederam à Revolução Francesa de 1789.

Autores de várias nacionalidades vieram expressar os seus princípios democráticos e nacionalistas, pondo em discussão o direito divino dos reis e despertando a burguesia para os princípios da Igualdade, Liberdade e Fraternidade, mais tarde consagrados na Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789).

Filósofos, como o suíço Jean Jacques Rousseau (1712-1778), que em 1762 fez publicar *Du Contrat Social (Do Contrato Social)*, formulando uma nova teoria do Estado, baseado na convenção entre os homens com base no princípio da soberania popular; e Charles Louis de Secondat Montesquieu (1689-1755), autor *De L' Esprit des Lois (O Espírito das Leis)*, eram lidos e discutidos não somente na França como em outros países. As obras poéticas e filosóficas de Voltaire (1694-1778), pseudônimo de François Marie Arouet, autor do *Dicionário Filosófico*; juntamente com as de Denis Diderot (1713-1784), editor da *Enciclopédia Diderot*; e do italiano Cesare Beccaria (1738-1794), autor do clássico *Dos delitos e das penas* (1764), despertavam a juventude para um novo comportamento.

A esse movimento de idéias não ficaram alheios os estudantes da Universidade de Coimbra que, levados pela atuação das Lojas

Maçônicas, presentes em Portugal desde 1740, tornaram-se ávidos leitores daqueles filósofos cujas obras eram proibidas em Portugal.

O ambiente em que viviam os estudantes daquela universidade portuguesa e as discussões motivada pela influência das diversas correntes de idéias se depreende das páginas do Processo nº 8094 da Inquisição de Coimbra. Nele foram denunciados nove estudantes daquela cidade, dentre os quais Antônio de Moraes Silva, que vem a ser o primeiro dicionarista da língua portuguesa e que, em 1817, seria nomeado membro do Conselho de Estado da "República de Pernambuco". O processo é fruto da denúncia do estudante de Geometria Francisco Cândido Chaves, 23 anos, perante o Tribunal da Inquisição de Coimbra em 17 de maio de 1779, onde afirma que na casa do também estudante Antônio de Moraes Silva, brasileiro nascido no Rio de Janeiro, "se discutiam pontos de religião e se citavam autores como Helvécio, Voltaire e Rousseau, a quem chamavam de profundíssimos filósofos" e que alguns estudantes "eram aliciadores da seita dos *Pedreiros Livres*" (maçons).¹

Ao depor em sua defesa, no processo movido contra si e mais oito colegas, Antônio Moraes Silva, na audiência de 28 de maio, declarou estar cursando o quinto ano do curso jurídico, sendo filho de Antônio de Moraes e Silva e de Rosa Maria de Carvalho, com idade de 23 anos, morador da Rua do Loureiro, Freguesia do Salvador, naquela cidade. Nas audiências de 12 e 18, de junho, 6 e 7, de julho, disse ainda ser aplicado no estudo das línguas francesa, inglesa e italiana, sendo leitor de obras do Conde de Mirabeau (Honoré Gabriel Riqueti, 1749-1791), de quem lera o *Sistema da Natureza e Instituições Políticas*, bem como das obras de Montesquieu, *Cavaleiro de Milagan* (sic) e *Quadro da História Moderna* (sic), Beccaria, *Tratado dos delitos e das penas*, Voltaire, *Obras poéticas*, e Rousseau. Defendo-se em seu depoimento, diz "não entender nem entende que toque ao Santo Ofício puni-lo por essa razão, pois que o conhecimento [de tal matéria] está reservado a Real Mesa Censória". Disse ainda ter emprestado a obra de Mirabeau a

(1) "*Pedreiros livres*; membros de uma sociedade secreta, espalhada por todo o globo, e que se supõe ter principiado por uma associação de arquitetos de diversas nações, na idade média, outros pretendem que teve origem na construção do templo de Salomão"; *Diccionario da Língua Portuguesa*, composto por Antônio de Moraes Silva. Lisboa, 1858. 6ª ed.

José Antônio de Mello, que tinha o apelido de "Misanthropo", que afirmou ser "a dita obra perigosíssima e capaz de enganar a todos que não soubessem Filosofia, mas que ele não deixara de achar alguma preciosidade". Concluindo o curso de Medicina, em 1778, José Antônio se transferira para Pernambuco, no mês de novembro daquele ano, levando consigo a obra de Mirabeau. (Processo nº 8094/ ANTT).²

Mas a Inquisição do final do século XVIII não era a mesma de tempos passados. Os seus segredos já vazavam para o mundo exterior...

Sabedor por um informante da sentença do inquisidor José Antônio Ribeiro de Moura, prolatada em 20 de julho de 1779, condenando a si e todos os demais companheiros por crime de heresia e apostasia, Antônio de Moraes Silva fugiu com destino à Lisboa, escondido numa carroça de feno. Dias depois, contando novamente com o concurso de amigos, se transfere para Londres onde permaneceu sob a proteção do embaixador de Portugal na Grã Bretanha, tenente-general Luís Pinto de Souza Coutinho, futuro Conde de Balsemão, a quem ele dedica a primeira edição do seu *Diccionario da Língua Portuguesa* (1789).

No mesmo processo, o estudante Vicente Júlio Fernandes, filho de Júlio Fernandes, 25 anos de idade, natural da Ilha da Madeira, então condenado por heresia e apostasia, depondo em 30 de agosto de 1779, afirma que o estudante Francisco de Mello Franco "levava de sua casa dois ou mais tomos das *Cartas do Marquês d' Argent* para ler, os quais lhe emprestara Antônio de Moraes Silva, que lhe disse ter lido o *Sistema da Natureza*", obtido por empréstimo a José Antônio da Silva Mello a quem tratava por "Misanthropo".

Depois de exercer atividades diplomáticas em Londres, Roma, e Paris, Antônio de Moraes e Silva regressa a Portugal. Em Lisboa, novamente comparece ao Tribunal do Santo Ofício, em 21 de janeiro de 1785, Processo nº 2015, apresentando atestado de ter procedido

(2) Antônio de Moraes Silva nasceu no Rio de Janeiro, em 1º de agosto de 1755, transferindo-se para Portugal, em 1774, onde matriculou-se no Curso de Leis da Universidade de Coimbra, tendo concluído em 1779. Em 1789 publica o primeiro Dicionário da Língua Portuguesa, cujos direitos autorais vendera aos livreiros Borel & Cia. por 2 000 cruzados, recebendo ainda uma gratificação de 600.000 reis. Vem a falecer no Recife, em 11 de abril de 1824, sendo o seu corpo sepultado na igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, na Rua Nova.

como bom católico, assinado pelo padre Ricardo a Sto. Silvano, vice-provincial dos carmelitas descalços na Inglaterra, datado de 23 de novembro de 1784. Em sua confissão diz que, quando estudante em Coimbra, discutia com vários colegas acerca de matérias da religião, "reduzindo todos os dogmas aos ditames razão, desprezando as verdades reveladas pelo lume da fé"; que lera livros anti-católicos, como *Emile*, de Rousseau. Absolvido, em 23 de dezembro de 1785, teve como pena *de levi* a de confessar-se nas quatro festas do ano - Natal, Páscoa da Ressurreição, Pentecostes e Assunção de Nossa Senhora - e o preceito de certas e determinadas rezas.

Novamente indiciado pela Inquisição de Lisboa (Processo nº 14.215), Antônio de Moraes Silva se vê compelido a retornar ao Brasil e assim tentar nova vida. Já casado com Narcisa Pereira da Silva, filha do tenente-coronel José Roberto Pereira da Silva, transfere-se para Pernambuco (*Paranambuco*), em 30 de abril de 1788, segundo denúncia de Escolástica Maurizia.³

Estabelecido no Recife, morador na Rua Nova, a partir de 1796, se transforma em proprietário do Engenho Novo da Muribeca, que recebera de seu sogro, onde veio a escrever a segunda e mais importante edição do seu *Dicionário da Língua Portuguesa* (1813) - "recompilada, emendada e muito acrescentada"-, a partir da qual passa o seu nome a figurar como autor.

O PODER DAS IDÉIAS

Com a chegada do século XIX as idéias liberais, introduzidas em Pernambuco pelos estudantes e bacharéis da Universidade de Coimbra, alguns deles simpatizantes da maçonaria e outros pertencentes ao clero regular e secular, começaram a despertar na população antigos sentimentos nativistas. A fundação do Seminário de Olinda, a 16 de fevereiro de 1800 pelo bispo Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, em muito contribuiu para que as idéias liberais republicanas, divulgadas pelos teóricos da Revolução Francesa (1789), fossem debatidas nos púlpitos e entre os alunos do novo centro de estudos.

⁽³⁾ Inquisição de Lisboa Processo nº 14. 215/1788 - ANTT (Lisboa).

O antigo Colégio dos Jesuítas foi logo transformado em um Seminário cuja finalidade era "dar instruções à mocidade em todos os principais ramos da literatura, própria não só de um eclesiástico, mas também de um grande cidadão que se propõe a servir ao Estado".

Com a abertura dos portos às nações amigas pelo Príncipe Regente Dom João em 1808, o Recife, que segundo Henry Koster possuía uma população de cerca de 25 mil habitantes, veio a se tornar de maior movimento comercial da colônia, chegando a exportar no ano seguinte 12.801 caixas de açúcar. Os altos preços obtidos por este produto, que em 1817 atingiu a quantia de 17 francos a arroba, e pelo algodão, "então com um aumento de 500 por cento", fez surgir na província grandes fortunas e um maior intercâmbio com os Estados Unidos e a Europa.

As sociedades secretas continuavam sua marcha doutrinária, "a fim de tornar conhecido o estado geral da Europa, os estremecimentos e destroços dos governos absolutos, sob os influxos das idéias democráticas", tornando-se verdadeiros celeiros de liberais.

Paralelamente os lentes e seminaristas do Seminário de Olinda se encarregavam de difundir as idéias e princípios dos filósofos franceses, particularmente Jean Jacques Rousseau e Montesquieu, juntamente com preceitos da Constituição dos Estados Unidos da América e da Declaração francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, fermentando assim princípios liberais que viriam mudar o cenário político dos anos que se seguiram.

Em 1801, fora sustada a misteriosa conspiração dos Suassunas - que tinha por fim transformar Pernambuco em uma República sob a proteção de Napoleão Bonaparte - com a prisão dos irmãos Francisco de Paula, Luís e José Francisco Cavalcanti de Albuquerque.

Quando da deflagração da República de Pernambuco, em 6 de março de 1817, os sentimentos nativistas forjados quando da Restauração Pernambucana de 1654 continuavam bem presentes nos pronunciamentos dos "patriotas" de então. Assim é que **O Preciso** etc., o primeiro jornal a circular nesta província, redigido por José Luiz de

Mendonça,⁴ narrando os fatos acontecidos quando da eclosão do movimento, tem como impressor "a *Off. da República de Pernambuco, 2ª vez restaurado*", numa alusão clara à Restauração Pernambucana de 27 de janeiro de 1654.

No meio da população ainda permanecia o espírito nativista formado pela Restauração Pernambucana, em 1654, e posto em prática na deposição do Xumbergas (Jerônimo de Mendonça Furtado) em 1666, na posteriormente chamada Guerra dos Mascates, movimento republicano de caráter separatista encabeçado por Bernardo Vieira de Melo, em 1710. Escrevendo em 20 de janeiro de 1818 o desembargador Escrivão do Tribunal da Alçada no Recife, João Osório de Castro Souza Falcão, enfatiza:

Que todos os filhos do país, ricos, e com postos de ordenanças e milícias, que não estavam doentes até o bloqueio, com exceção, de bem poucos, que talvez não chegassem a dez nas duas comarcas do Recife e Olinda foram rebeldes mais ou menos entusiasmados, dos quais muitos escaparam à formação da culpa, pelo que as testemunhas pela maior parte vêm prevenidas como vêm ainda ocupando os mesmos postos; testemunhas porém apontadas além das que se pedira, aos ouvidores e estes aos juizes têm declarado fatos e feito referimentos que têm estendido a diligência.

A idéia que os rebeldes fizeram ter aos seus chamados patricios ignorantes da história de que esta terra, sendo conquistada pelos seus

(4) Ao depor no Processo nº 7058, Inquisição de Lisboa, em que figura como denunciado o padre Bernardo Luiz Ferreira Portugal, diz ser "advogado dos Auditórios Eclesiástico e Secular, tenente do Regimento de Cavalaria de Olinda, casado, natural de Porto Calvo (Alagoas), morador na Vila de Santo Antônio do Recife, 31 anos de idade". No "Livro [1º] dos Termos das Entradas de Irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Bairro de Santo Antônio 1791-1833", o seu nome aparece na fls. 36: "13 de abril de 1799, José Luiz de Mendonça e sua mulher D. Vitoriana Pereira da Silva": Condenado por sua participação na República de Pernambuco veio a ser arcabuzado, em 12 de junho de 1817, juntamente com os patriotas Domingos José Martins e o padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro, no Campo da Pólvora da cidade do Salvador (Bahia).

passados aos holandeses, ficou sendo propriedade sua e que a doaram a El Rei nosso senhor, debaixo de condições que ele não tem cumprido, pela imposição de novos tributos e que os europeus que têm vindo aqui estabelecer-se têm enriquecido à custa deles patrícios e se têm feito senhores do país, e eles escravos;...⁵

Nos cenáculos das cinco Lojas Maçônicas, principalmente as localizadas nas residências de Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, e de Domingos José Martins, se conspirava com banquetes "estritamente nacionalistas" contra o governo de Dom João, "a tirania real", e a influência dos portugueses, "marinheiros", no comércio e nas forças armadas, ao mesmo tempo que o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro era taxado de fraco e irresoluto. Segundo testemunho do Monsenhor Francisco Muniz Tavares, autor do clássico *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, editada pela primeira vez em 1840:

Entre os amantes da república, figuravam alguns mações, ou pedreiros livres. Esta sociedade secreta respeitada por ser misteriosa, e condenada cegamente como tal, disse que em tempo assaz remoto fora instituída com o louvável fim de confraternizar os homens, e excitá-los à prática das virtudes morais: concedendo aos seus membros plena garantia de pensar, oferecendo mútua comunicação de idéias, e socorros, facilitando a correspondência por todos os lugares, e exigindo inviolável segredo do seu procedimento, a concessão do projeto, que ali é julgado vantajoso, prossegue com perseverança o seu curso. Nenhuma instituição apresentando melhores vantagens ao trabalho da regeneração nacional, aqueles mações principalmente em 1809 a organizar cada um na cidade de seu domicílio várias lojas, e erigiram o Grande oriente, ou

⁽⁵⁾ *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: MEC, 1954, v. 103, p. 127.

*Governo Supremo da Sociedade, na Bahia, residência do maior número dos sócios que tenham sido iniciados, e elevados aos altos graus na Europa.*⁶

Nos púlpitos das igrejas, espalhadas por toda província, as novas idéias eram debatidas e exaltadas pelos padres recém-saídos do Seminário de Olinda, alguns com estudos na Europa, criando um clima por demais favorável à revolta; que a tradição popular veio denominar de *Revolução de Padres*.⁷

"O capitão-general, informa Muniz Tavares, pouca ou nenhuma atenção prestava aos intrigantes, e se algum procurava indispor-lo falando das Lojas Maçônicas, respondia: se divertem, nada poderão fazer".

O Ouvidor da Comarca do Sertão, magistrado José da Cruz Ferreira, comparece, em março de 1817, perante o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, a fim de narrar a denúncia, recebida da parte do português Manuel de Carvalho Medeiros, sobre a nova conspiração encabeçada pelo padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, Domingos José Martins e Antônio Gonçalves da Cruz, além de alguns oficiais dos regimentos de 1ª linha".

Imediatamente foram convocados os Oficiais Gerais Portugueses, que se encontravam no Recife, e determinada a prisão dos civis e militares envolvidos, entre eles os capitães de Artilharia Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa, José de Barros Lima e Pedro da Silva Pedroso, tenente-secretário do mesmo Corpo, José Mariano de Albuquerque, e a do ajudante de Infantaria, Manuel de Souza Teixeira.

A prisão dos implicados dar-se-ia no dia seguinte, 6 de março, tendo sido destacado o marechal José Roberto Pereira da Silva para efetuar a dos civis e o comandante de cada um dos Corpos a dos

⁽⁶⁾ TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. Recife: Imprensa Industrial, 1917. 3ª ed., p. 37. Oliveira Lima, comentando na nota XXIII, desta mesma edição, afirma que "as idéias republicanas no Brasil são, pode dizer-se sem risco de incorrer em inexactidão, o resultado direto de suas sociedades secretas..." (p. 274). Vide também: F. A. Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, vol. VII, p. 92.

⁽⁷⁾ Segundo se depreende dos *Autos da Devassa de 1897*, nada menos de 73 padres aparecem como simpatizantes da causa republicana.

militares. Neste período o brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa de Castro, chefe da Artilharia, "português, orgulhoso, altivo, violento e severo", no dizer de Muniz Tavares, reuniu a tropa e resolveu desacatar os oficiais suspeitos acusando-os de agitadores. Domingos Teotônio Jorge o repeliu, tendo o brigadeiro, imediatamente, ordenado ao capitão Antônio José Vitoriano que efetuasse a sua prisão na Fortaleza das Cinco Pontas.

De maneira diferente procedeu o capitão José de Barros Lima, conhecido pela alcunha de Leão Coroado, que ao ser intimado da voz de prisão desembainhou a sua espada e desferiu-a contra o brigadeiro português, dando assim início à revolta.

A REPÚBLICA DE 1817

Dos quartéis às ruas, foi apenas questão de minutos. Os sinos tocavam rebate; o enviado do governador foi morto a tiros; um jovem tenente de Artilharia, Antônio Henriques, dirigiu-se à cadeia a fim de libertar Domingos José Martins e demais presos comuns que ali se encontravam, enquanto o capitão Manuel D'Azevedo entrava em negociações para soltura dos oficiais recolhidos à Fortaleza das Cinco Pontas. O governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro recolheu-se ao Forte do Brum, juntamente com seus familiares e demais oficiais, enquanto caíam os últimos redutos da resistência, com a rendição das tropas comandadas pelo marechal José Roberto Pereira da Silva que guarneciam o Campo do Erário (hoje Praça da República), às 16h do mesmo dia.

Destacamento comandado pelo tenente José Mariano foi enviado à Olinda e no dia seguinte os 800 milicianos de Domingos Teotônio Jorge fizeram o cerco da Fortaleza do Brum. Um *ultimatum*, assinado por Domingos Teotônio Jorge, padre João Ribeiro e Domingos José Martins, foi levado pelo advogado José Luiz de Mendonça ao governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro exigindo de logo a rendição.

As condições foram de logo aceitas pelos oficiais portugueses e governador, ali recolhidos, e a rendição foi de pronto assinada,

enquanto os revoltosos providenciavam o transporte dos presos e familiares para o Rio de Janeiro.

Com gritos de regozijo pela vitória, os oficiais revoltosos retiraram das barretinas e dos pavilhões as insígnias do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, sendo o gesto seguido pela soldadesca. Uma bandeira toda branca veio a surgir, no meio da tropa, substituindo a real.

As tropas e o povo marcharam para o Campo do Erário, onde fora escolhidos os eleitores para a nomeação do novo governo, sendo posteriormente lavrado o seguinte termo:

Nós abaixo assinados, presentes para votarmos na nomeação de um governo provisório para cuidar na causa da pátria, declaramos à face de Deus que temos votado e nomeado os cinco patriotas seguintes: da parte do eclesiástico, o Patriota João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro; da parte militar, o patriota capitão Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa; da parte da magistratura, o patriota José Luís de Mendonça; da parte da agricultura, o patriota coronel Manuel Correia de Araújo; e da parte do comércio, o patriota Domingos José Martins e ao mesmo tempo todos firmamos esta nomeação, e juramos de obedecer a este governo em todas as suas deliberações e ordens. Dado na Casa do Erário, às doze horas do dia 7 de março de 1817. E eu Maximiano Francisco Duarte escrevi. Assinados - Luis Francisco de Paula Cavalcanti - José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima - Joaquim Ramos de Almeida - Francisco de Brito Bezerra Cavalcanti de Albuquerque - Joaquim José Vaz Salgado - Antônio Joaquim Ferreira de S. Paio - Francisco de Paula Cavalcanti - Felipe Néri Ferreira - Joaquim da Anunciação e Siqueira - Tomás Ferreira Vila Nova - José Maria de Vasconcelos Bourbon - Francisco de Paula Cavalcanti Júnior - Tomás José Alves de Siqueira - João de Albuquerque Maranhão - João Marinho Falcão.

A essa junta agregou-se um Conselho, formado pelos notáveis da nova república, que incluíam o desembargador Antônio Carlos de Andrade, o dicionarista Antônio Moraes Silva e o Deão da Sé, Dr. Bernardo Luís Ferreira Portugal.

Imediatamente concedeu-se aumento de soldo aos militares e aboliram-se alguns impostos. Proclamações e pastorais impressas, além de cerimônias públicas, procuraram evitar os choques dos nativos com os europeus e conquistar a confiança da população de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Comarca das Alagoas, que tinham espontaneamente aderido a República Pernambucana.

Estava pois consolidado o movimento que Manuel de Oliveira Lima veio denominar de "a única revolução brasileira digna deste nome, instrutiva pelas correntes de opinião, que no seu seio se desenharam, atraente pelas peripécias, simpática pelos caracteres e tocante pelo desenlace".

De logo foram enviados emissários ao Ceará (subdiácono José Martiniano de Alencar e Miguel Joaquim César) e a Bahia (padre José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, Padre Roma), enquanto o governo provisório ganha popularidade com apoio do clero e de nomes de grande expressão na vida da província.⁸

O NATIVISMO PERNAMBUCANO

Em todos os movimentos emancipacionistas, originários de Pernambuco, o que se vislumbra é orgulho nativista dos Restauradores de 1654. Uma mesma ideologia, a de que os antepassados pernambucanos

(8) "No dia 8 confirmou o governo no mesmo caráter de secretário, que exercia, a José Mairinck da Silva Ferrão, e reconhecendo que o expediente seria muito, nomeou, para melhor ordem dos trabalhos, um outro secretário, que foi o padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro; e criou um Conselho de Estado, para auxiliar o governo em suas deliberações, para o qual foram nomeados os seguintes *patriotas*: Desembargador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Doutor Antônio de Moraes Silva, Doutor José Pereira Caldas, Deão Doutor Bernardo Luís Ferreira Portugal e o comerciante Gervásio Pires Ferreira" (Pereira da Costa ob. cit., vol. VII, p. 382) "O Conselho Consultivo organizado pela junta governativa constituía um verdadeiro senado, um senado, bem entendido, como o ideado por Bolívar nas suas várias constituições, congregando o escol da inteligência, da ilustração e do prestígio"..., Oliveira Lima notas LIV e seguintes (ob. cit.).

conquistaram esta terra aos holandeses e que doaram a El-Rei de Portugal debaixo de certas condições, se repete ao longo de todas as revoluções e vem explicar o ideal republicano da gente de Pernambuco. Esse comportamento é uma constante em quase todos os movimentos revolucionários como bem observou Evaldo Cabral de Mello, "uma espécie de doutrina das relações entre a Capitania e a Coroa".

Na interpretação de Evaldo Cabral de Mello, passou a ser doutrina entre os pernambucanos, ao longo dos séculos que se sucederam, o entendimento de que "a gente da terra deveria à Coroa não a vassalagem 'natural' a que estariam obrigados os habitantes do Reino e os demais povoadores da América Portuguesa, mas uma vassalagem de cunho contratual, de vez que restaurada a capitania, haviam-na espontaneamente restituído à suserania portuguesa".⁹

Em 1824, era frei Joaquim do Amor Divino Caneca quem relembra os feitos dos Restauradores de Pernambuco ao conclamar as novas gerações através de *O Thyphis Pernambucano*. Mais tarde, já quando o Brasil se apresentava no consórcio das nações como país independente, Gervásio Pires Ferreira (1765-1836) chamava a atenção dos seus contemporâneos de que os interesses da Província de Pernambuco não coincidiam nem com os de Lisboa nem com os do Rio de Janeiro, chegando o editorialista do *Diário de Pernambuco*, de 3 de janeiro de 1865 a comentar: ... "ele aceitava a idéia de independência nacional, mas quanto a nossa união com o Rio de Janeiro ele opunha sisudas ponderações, demonstrando que nos cumpria estabelecer condições".

Não podendo exterminar o nativismo dos pernambucanos, sem forças para domar a sua insubserviência, o Poder Central vem, ao longo dos anos, empobrecendo a heróica Província: primeiro, com a cobrança de tributos, como aquele que em 1817 era destinado à iluminação das ruas do Rio de Janeiro; posteriormente, com a Revolução Republicana de 1817, Pernambuco teve o seu território mutilado com a perda da Comarca das Alagoas; pela sua participação na Confederação do Equador de 1824, lhe foram suprimidos os 130 mil quilômetros quadrados da Comarca do São Francisco, até hoje anexados "provisoriamente" ao território da antiga Província da Bahia.

⁽⁹⁾ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio*. Rio: Nova Fronteira, 1986. p. 124; 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 473 p.

Não somente seu território, mutilaram também suas rendas, no firme propósito de empobrecer toda uma região, conforme demonstra os editoriais do *Diário de Pernambuco* de 11 de dezembro de 1845 - "Apreciação de Pernambuco em sua relação com o Império"; 3 de março de 1846 - "Renda de Pernambuco apuradas e como se vão"; 29 de agosto de 1859 - "Editorial"; 3 de janeiro de 1865 - "Pernambuco e Rio de Janeiro"; 3 de agosto de 1884 - "Interessante. Um curioso remeteu-nos as seguintes linhas"; 10 de julho de 1878 - "O Sul e o Norte do Império" (continua em 19 de agosto e 18 de outubro de 1878), só para citar esses.¹⁰

Tais expedientes e retaliações vieram contribuir para a aversão dos de Pernambuco a qualquer poder centralizador que viesse de encontro a sua autonomia. A centralização de um governo no Rio de Janeiro, sem ouvir os interesses das demais províncias, insuflava os brios dos pernambucanos e provocava temores em Joaquim Nabuco, o nosso mais brilhante pensador da segunda metade do século XIX e início do século XX. Confidenciava ele, em artigo publicado no jornal *O Paiz* (Rio de Janeiro), edição de 16 de dezembro de 1888, transcrito por Fernando da Cruz Gouvêa, que o espírito do pernambucano era, ao mesmo tempo, republicano e separatista¹¹:

As notícias que nos chegam de Pernambuco, a respeito do movimento republicano, são notícias más para quem toma interesse pela causa liberal em nosso país. Eu conheço bem o caráter dos meus coprovincianos para afirmar que, sem uma esperança razoável de conseguir uma medida decisiva de autonomia, a Província de Pernambuco estará republicana dentro de pouco tempo. A sua tradição é republicana: ela fez-se por si, defendeu-se sozinha contra a Holanda, quando Portugal estava em poder dos espanhóis: conquistou a sua independência por suas próprias mãos, e nada deve ao Império senão a

⁽¹⁰⁾ *O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste*. José Antônio Gonsalves de Mello (organizador). Recife: Diário de Pernambuco, 1975. 2 v.; MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império 1871-1889*. Rio: Topbooks, 1999. 299 p.

⁽¹¹⁾ GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República*. Recife: Editora Massangana, 1990.

centralização, que já a teria morto, como as suas irmãs do Norte, se não fosse a sua vitalidade extraordinária, alguma coisa no seu clima e na sua luz que impede a decadência talvez a consciência da sua identidade histórica.

Em política, a principal ciência é ver as coisas como elas são. Eu concordo que o espírito pernambucano é republicano, mas é também separatista. Se a República fosse proclamada amanhã, seria quase impossível continuar o Norte a ser governado do Sul.

E, mais adiante, adverte Joaquim Nabuco:

... eu quero fazer duas ou três observações à esses nossos antigos camaradas.

A primeira é esta: se estás pronto, se esta é a vossa intenção, a ir até a separação, até a destruição disto que se chama Brasil, a constituir um Pernambuco independente, com uma política interna e externa exclusivamente sua, se esse é o vosso sonho, poderá continuar a vossa agitação. Mas se querem manter a integridade da pátria brasileira, não vos iludais pensando que podeis servir a dois fins, para atear e para apagar o incêndio; para acordar e para adormecer as tradições pernambucanas; para criar e para destruir a força revolucionária. Para fazerdes Pernambuco republicano um nome de suas tradições, para colheres a seara da liberdade pernambucana em torno dos cadafalsos dos seus mártires, não vos iludais precisais reconstituir esse passado tal qual foi, ressuscitar esses sonhos patrióticos exatamente como eram, e então ser vos-á impossível soldar de novo ao pescoço do Leão do Norte a corrente que o houverdes quebrado do governo sulista. Ser vos-á impossível restaurar historicamente, como quereis, o

Pernambuco dos holandeses, o de 1817, de 1821 e de 1824, para o fazerdes governar do Rio de Janeiro. Não tenhais dúvidas a esse respeito. Essas tradições são maiores que toda a vossa eloqüência, e quando depois de destruída a Monarquia as quisésseis deixar de lado como armas inúteis ou perigosas, veríeis logo outros correrem a apossar se delas, porque esse grandioso arsenal no nosso passado está aberto a todos os patriotas, e não podereis fechar.

E concluindo, afirma com esperança no futuro de sua Província natal:

Eu acredito conhecer bem o entusiasmo pernambucano, mas o povo pernambucano, como diz Curtius do povo ateniense, só foi grande porque achou sempre nos momentos do seu maior arrebatamento algum homem que falasse à sua razão calma e lhe mostrasse o seu verdadeiro caminho.

Em nossos dias, ainda permanece o mesmo ranço de tempos passados. Dirigido por um sistema centralizador, que tem como sede o Centro-Sul do país, o Nordeste Brasileiro, não somente Pernambuco, paga caro por ser parte integrante desta Federação. Todo o sistema de produção de bens foi instalado nos Estados do Centro-Sul, conseqüente todo o sistema fiscal vem carreando recursos para essa região, em prejuízo dos estados do Norte-Nordeste. Tal política em muito contribuiu para o empobrecimento regional e o conseqüentemente desnível nacional que caracteriza o nosso quadro sócio-econômico.

Denuncia o economista Clóvis Cavalcanti¹² que apesar do território do Nordeste Brasileiro deter 29% da população nacional, 14,7% da população da América do Sul, com uma das menores rendas per capita do planeta e de todas as mazelas de semelhante quadro social, a região é responsável apenas por 12% do montante da tal propalada dívida externa brasileira: "Na hora de contrair o endividamento externo,

⁽¹²⁾ Revista *Ciência e Cultura*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, junho de 1988.

a região nordestina foi sempre um parceiro ausente, conhecida como é a hegemonia centro-sulina no comando da política econômica brasileira".

O sentimento republicano, em Pernambuco, tem se mantido uma constante ao longo de sua história. Um mesmo ideário nativista, o de que esta terra fora conquistada por seus antepassados e doada a El-Rei debaixo de certas condições e a de que fora o povo pernambucano o único responsável pela fixação de suas próprias fronteiras, tem estado presente em todos os movimentos emancipacionistas. O imaginário popular se encarregou de criar um *Panteão Pernambucano*, inicialmente com uma tetrarquia de heróis, os chamados pais da Pátria - João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão -, depois acrescido com os nomes de todos os mártires e ideólogos dos movimentos revolucionários de 1710, 1817, 1824, 1848, além de outros que integram a legião dos chamados *Grandes de Pernambuco*. Todos eles, como vimos, vinculados por uma mesma raiz ideológica e dedicados a manter acesa a chama da autonomia da gente pernambucana.¹³

Logo após a proclamação da República, quando se mantiveram as mesmas punições e retaliações feitas no império contra a província de Pernambuco, a partir dos pronunciamentos dos seus principais líderes, a insubserviência do povo pernambucano continuou a ser uma constante, como se depreende do manifesto de José Mariano Carneiro da Cunha hipotecando seu apoio à Revolta da Armada, publicado na edição de *A Província* de 5 de novembro de 1893, em que ressalta: "É preciso que a Nação inteira se levante fazendo uma última intimação ao Marechal Floriano Peixoto para que deixe o poder, pelo bem da paz e salvação da República". - O manifesto custou a prisão de José Mariano, em 14 de novembro do mesmo ano, que, depois de recolhido ao Forte do Brum, foi transferido para a Fortaleza da Laje, no Rio de Janeiro, onde permaneceu até 19 de setembro de 1894.

Em 18 de maio de 1922, foi a vez do então senador Manuel Antônio Pereira Borba denunciar uma tentativa de intervenção federal no seu Estado em enfático e exaltado telegrama dirigido ao Presidente Epitácio Pessoa, onde concluía de forma exaltada: *Pernambuco não se*

⁽¹³⁾ MELLO Evaldo Cabral de. *Rubro veio - o imaginário da Restauração Pernambucana*. op. cit.

deixará humilhar. Surgia assim a campanha autonomista que veio mobilizar todo o Estado contra as manobras de intervenção postas em prática, naqueles tumultuados dias, pelo Governo Federal que mais uma vez se levantava contra a autonomia de Pernambuco.

O imaginário nativista chega até os dias atuais, com os pernambucanos praticando, no seu *simpático caminhar*, de que fala Oliveira Lima, a "insubserviência de quem já foi mais", da imagem do poeta João Cabral de Melo Neto, que assim vislumbrou o seu Pernambuco, "nos mapas que o mutilaram".

Só vai na horizontal
nos mapas em que o mutilaram;
em tudo é vertical:
dos sobrados aos bueiros da Mata.

Até o mandacaru
que dá a vitalícia banana
a todos que do Sul
olham-no do alto da mandância.

Aquela horizontal
é enganosa, está só nos mapas:
não diz de sua história
e muito menos de sua casta.

BELO HORIZONTE NOS SEUS PRIMEIROS TEMPOS

Duflío BATTISTONI FILHO

Desde criança, quando pensamos em Minas Gerais, logo vêm à mente a idéia de montanha, o sabor da culinária, como o tutu à mineira e, principalmente, a lembrança das cidades históricas como Sabará, Ouro Preto, São João del Rei e tantas outras. No imaginário brasileiro são fortes as imagens, sons e sabores da tradicional cultura mineira. O Estado tem sido historicamente um berço pródigo de inúmeras personalidades que se destacam em diversos ramos do saber. Ainda ecoam em nossos ouvidos o processo e a força de Tiradentes. Na literatura, lembramo-nos da tradicional escola clássica mineira; e nos tempos atuais, mestres do porte de um Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, Adélia Prado, sempre nos encantam. **Nas cidades de Minas em cada esquina existe um bom poeta**, como assevera o escritor Jorge Fernandes dos Santos.

Por tudo isso e como preito a este grande estado brasileiro vamos analisar as origens de Belo Horizonte. A construção da nova capital significou a ruptura definitiva com a tradição colonial. A idéia da mudança da capital de Minas Gerais remonta à Inconfidência Mineira no final do século XVIII; volta, às vezes, durante as sessões da Assembléia Provincial, tomando corpo frente às tendências separatistas com o advento da República. Ouro Preto, sede do governo desde 1720, quando foi criada a Capitania de Minas Gerais, graças à sua grande produção aurífera, não se revelava adequada, para a civilização moderna.

A preocupação oficial é criar um centro unificador tanto dos novos pólos econômicos como das zonas mineradoras desativadas. Os

debates acirrados sobre a localização da nova capital são marcados detalhadamente nos textos da época.

O Congresso Constituinte decreta a mudança em 1891, mas não determina o local, objeto de estudos de uma comissão liderada pelo engenheiro **Aarão Reis**. A lei de 17/12/1893 determina a mudança para outro local, que passa a ser chamado de Cidade de Minas até 1901, quando recebe a denominação atual, Belo Horizonte. O prazo de inauguração da nova capital de Minas foi de quatro anos. Em um texto de 1894 diz que **a área apresenta-se como vasto e elegante anfiteatro cujo acesso está voltado ao Oriente e cujo âmbito é formado pelas duas serras do Curral e da Contagem.**

Até 1890, Belo Horizonte, chamada de Curral d'El Rey - rota dos bandeirantes no século XVIII e ponto de encurralamento e tributo do gado vindo do alto sertão - mantém a fisionomia típica dos demais arraiais mineiros: casas baixas, com paredes de barro, adobe ou taipa.

Aarão Reis, responsável pelos estudos preliminares do local é convocado para dirigir uma comissão que dê logo início às obras. Em fevereiro de 1894, contando inicialmente com 194 técnicos e funcionários, instala-se em Curral d'El Rey a comissão construtora da nova capital, cuja organização de trabalho se distribui por seis grandes divisões de serviço: Administração Central, Contabilidade, Escritório Técnico (Arquitetura), Estudo e Preparo do Solo, Viação, Edificação e Eletricidade.

Na Carta-Relatório de 1895, Aarão Reis fala das dificuldades e atritos nas desapropriações de mais de 400 propriedades. **Ives Bruand**, conhecido historiador da arquitetura brasileira, reconhece dois modelos urbanos na concepção de Belo Horizonte: o traçado xadrez, de tradição americana, e a monumentalidade dos espaços, de tradição neoclássica européia de modelo haussmanniano. As avenidas são largas e nos cruzamentos situam-se praças de dimensões e formas diferentes.

De 1895 a 1897 verificamos intensa atividade construtiva nos núcleos administrativo e residencial. Para acelerar a chegada dos materiais de construção, a primeira providência a ser tomada foi fazer a ligação férrea até Sabará, ponto de entroncamento da rede Central do Brasil. O edifício construído para abrigar a estação General Carneiro foi

um local de exibição de máquinas ao grande público e da chegada e circulação dos produtos industrializados.

Ao pedir demissão em maio de 1895, Aarão Reis deixa pronto os trabalhos de infra-estrutura e os projetos para os principais edifícios. Foi substituído por Francisco de Paula Bicalho.

Observamos que o aspecto arquitetônico se renova assim como a nomenclatura das ruas: desaparecem os nomes ligados ao lugar, aos seus habitantes, ao seu trabalho. As denominações tradicionais são trocadas por nomes de estados e rios do Brasil, tribos indígenas, vultos da História e datas célebres da Nação, no intuito patriótico de recordar homens e coisas cujo culto deve viver com veneração na grande alma do povo.

Entre os cinco mil habitantes, em 1895, há um contingente significativo de imigrantes italianos. A vida social restringe-se ao Largo da Matriz da Boa Viagem, por onde, à noitinha, as pessoas transitam para tertúlias e reuniões como as da Farmácia Abreu. Fora do âmbito recluso da igreja e da casa, parques e jardins fazem parte do programa urbano da cidade moderna. Fundada oficialmente em 12 de dezembro de 1897, Belo Horizonte foi planejada para abrigar 30.000 habitantes e com uma projeção para ter 200.000 no século XXI. Hoje, apresenta uma população onze vezes maior, distribuída em 280 bairros.

Projetados segundo o paisagismo pitoresco e romântico, de influência inglesa, o Jardim da Liberdade e o Parque Municipal apresentam alas sinuosas onde se distribuem plantas, águas e esculturas. Em 1909 é projetado o Teatro Municipal semelhante aos arquétipos europeus do final do século XIX.

Com a extensão das linhas de bonde aos bairros periféricos, elas se cruzam na esquina da avenida Afonso Pena com a rua da Bahia, criando o famoso **Bar do Ponto**, saudado por Pedro Nava como o **centro da cidade, de Minas, do Brasil, do vasto mundo**. Das construções oficiais destaca-se o Palácio da Liberdade em cuja fachada principal com loggia no pavimento superior e arcadas no térreo, destaca-se o balaústre dos balcões que se repete nas curvas das entradas laterais e no coroamento do edifício, interrompido no centro por um frontão com um busto que alegoriza a Liberdade. O seu interior apresenta um vestíbulo em mármore de Carrara, madeiramento de pinho da Letônia e a

monumental escadaria **art nouveau** de ferro com ornamentação em folhagens e florões, procedente da Bélgica. As demais dependências do palácio apresentam vários estilos: salão de jantar Luís XV e pinturas alegóricas, além de elementos Renascença e Luís XVI, reconhecidos nas descrições da época.

O dinamismo da fase de construção de Belo Horizonte arrefece após o primeiro decênio, devido ao surto da gripe espanhola e aos efeitos da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, com a construção das estradas de rodagem alcançando as demais regiões do estado final dos anos 20, o desenvolvimento dos serviços bancários e das indústrias siderúrgicas consolidam a emancipação financeira e a hegemonia de Belo Horizonte que, finalmente tem o **status** de capital. É a fase do Modernismo. O paisagismo inglês dá lugar ao estilo francês, mais geométrico. Praças são remodeladas, principalmente por ocasião da histórica visita do rei da Bélgica. As residências e os palacetes-comércio conseguem pelo detalhe o **decor autônomo**. Há um **revival** de classicismo-monumental. Os palacetes-comércio apresentam fachadas, principalmente na rua Bahia, que se **acotovelam** para participar da cena cidadina. Os prédios de esquina apresentam modelo haussmaniano, construídos geralmente com funções comerciais - hotéis, bancos, lojas, muitas vezes imóveis de aluguel. Após 1925, nas confluências da avenida Afonso Pena, versões simplificadas de **estilo 1900**, aparecem, como os edifícios do Banco Nacional, Palacetes Guanabara e Estevão Pinto e o prédio da antiga chapelaria Londres, nos quais, despontam as cúpulas, ora com belvedere ora com escotilhas.

Nessa ocasião, o Neocolonial é uma das linguagens arquitetônicas possíveis ao lado dos sobrados **ecléticos** e dos modismos regionais importados - missões, californiano, normando - bem como a nacional **arquitetura marajoara**, derivada de descobertas arqueológicas.

Nos anos 40, o grande destaque ficou por conta do complexo da Pampulha, projetado por Oscar Niemeyer a pedido do então prefeito, Juscelino Kubitschek. É a época de efervescência política e cultural, pois nessa ocasião, renomados intelectuais como Pedro Aleixo, Tancredo Neves, Afonso Arinos, entre outros, freqüentavam a padaria dos irmãos Hugo e José Savassi nas vizinhanças do Palácio da Liberdade. Assistiam também às sessões do cine Pathé.

O Palácio das Artes, o movimento das Praças Sete, o Estádio Mineirão, a serra do Curral - tomada como referência principal da natureza - a Estação Ferroviária, o Parque Municipal e o Parque das Mangabeiras balizam o território afetivo de Belo Horizonte.

A fundação desta capital entusiasmou a elite do país. Machado de Assis nas suas crônicas enalteceu a sua beleza. Guimarães Rosa sempre comentava que ela é a síntese de muitas Minas e das Gerais sem fim.

Hoje, a rua da Bahia não é mais a mesma dos tempos de Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, do poeta Emílio Moura. Já não existe o Bar do Ponto. Vizinho da rua da Bahia fica o Parque Municipal, com o coreto de que fala o romance **O amanuense Belmiro**, de Cyro dos Anjos. Mais alguns passos e estamos no viaduto de Santa Tereza, onde os personagens de **O Encontro Marcado**, de Fernando Sabino, faziam estripulias alta madrugada. Quem gosta de pecado, pode ir a pé à rua Guaicurus, no coração da zona boêmia e visitar o Maravilhoso Hotel, onde uma moça saída dos salões e das festas da tradicional família mineira ficou famosa como Hilda Furacão, personagem do livro de Roberto Drummond e grande sucesso da televisão. E no bairro da moda, o Savassi, tomando um chope ou jantando, podemos ver a grande atração turística de Belo Horizonte: a mulher mineira, de todas as idades, cheia de dengos e mistérios.

Segundo pesquisas de uma importante instituição americana a **Population Crisis Committee**, de Washington, a capital mineira é uma das poucas cidades que apresenta uma boa qualidade de vida na América Latina. Entretanto, nem tudo são flores. Apesar de sua grande importância econômica a Metrópole Mineira possui os mesmos problemas de qualquer centro urbano - trânsito caótico, camelôs ocupando calçadas, violência e problemas de favelas, além das terríveis enchentes durante o Verão.

Apesar dessas adversidades saltam à nossa vista modernos shopping centers e sofisticadas boutiques, bairros novos, centenas de clubes. Afinal, um século é muito pouco para uma cidade que, ao longo desse tempo, não parou um só instante de experimentar o novo, recriar formas, inaugurar caminhos.

REFLEXÕES A PROPÓSITO DA LEITURA DE HISTÓRIA DO LIBERALISMO DE JOÃO DE SCANTIMBURGO

Benedicto Ferri de BARROS
da Academia Paulista de Letras

Com sua ampla cultura histórico-filosófica e seu vasto cabedal de informações, João de Scantimburgo, que é um dos grandes eruditos deste País, nos dá em sua *História do Liberalismo no Brasil* (Editora LTr, São Paulo, 1996) um quadro de análise e compreensão que transcende o título da obra. Para historiar o liberalismo teria necessariamente de examinar os fatos, as idéias, as instituições e os políticos do Império e da República, objeto de pormenorizados estudos registrados em anteriores obras suas, entre outras, *O Poder Moderador*, *O Brasil e a Revolução Francesa e a Crise da República presidencialista*. *A História do Liberalismo*, como os demais, é eminentemente, um livro de História, como diz seu título, não, porém, de uma história meramente descritiva, mas refletida e comentada, que incita a largas reflexões.

O propósito deste trabalho é alinhar as reflexões que sua leitura nos suscitou, nem todas elas, necessariamente originais, já implícitas ou explícitas nesse livro, mas que, cremos, vale a pena reiterar sempre que em nosso País se fala, lê, ou pensa no Liberalismo.

A primeira e magna conclusão é a de que homens, idéias e instituições que constituíram a estrutura política do Império foram eminentemente superiores aos da República. No período imperial, de 1822 a 1889, a estrutura do Estado brasileiro, comparada à dos governos de nações historicamente mais velhas e politicamente mais maduras, se achava mais próxima do "nível do século" do que a República veio a se

mostrar, com suas dissoluções do Congresso, estados de sítio, golpes de estado, deposições, revoluções, renúncias, governo de vice-presidentes, mudanças constitucionais operadas por assembléias ordinárias. Era uma monarquia constitucional parlamentar, representativa, com um governo de tipo gabinete, calcada no modelo inglês, tendo o monarca como um poder moderador. Sua Constituição, que vinha de 1824 e durou sessenta e cinco anos, fora decalcada da "Benjamina", esboçada por Benjamin Constant (o suíço e não o Botelho de Magalhães) considerada por Paul Bastid "o instrumento constitucional melhor escrito de nossa história". (Bastid, biógrafo de Benjamin Constant, se refere à história da França.)

Victor Hugo, o grande escritor francês do século passado, qualificava de "democracia coroada" a monarquia brasileira; expressão equivalente foi empregada por Gladstone, um dos maiores estadistas ingleses. E Rojas Paul, da Venezuela disse, ao ter conhecimento dessa "proclamação": "Se ha acabado la única república que existia en America - el Imperio del Brasil..." - tudo como José Maria dos Santos nos lembra.

Do século e pouco de Estado republicano, talvez não cheguem a trinta os anos de "nossa frágil democracia"; os setenta e sete restantes ocupados que foram por ditaduras de fato e regimes excepcionais. Dos sessenta e seis anos que marcam o início da era getuliana, quarenta foram de ditadura, mascarada ou não. E a corrupção que praticamente inexistia no governo dos presidentes da República Velha, políticos formados no Império, tornou-se generalizada e institucionalizada com o Estado Novo criado pelo getulismo.

*

Se a despeito da plethora de "cientistas políticos" já dispuséssemos de um mínimo de conhecimento objetivo da política, não se atribuiria, como alguns o fazem, a preferência monárquica de João de Scantimburgo à uma inclinação ideológica superada, mas à conclusão que alcançou intelectualmente como fruto de sua cultura e reflexão. Pois o caso brasileiro é apenas uma constatação a mais do fato corroborado pela experiência histórica mundial, (de que o exemplo japonês e inglês

são os mais notáveis), que evidencia a estabilidade e a flexibilidade deste tipo de estrutura em contraposição à fragilidade, turbulência e instabilidade das formas republicanas (de que a França, após duzentos anos continua a ser o exemplo mais notório.)

Trata-se de um problema sobre o qual especialistas em questões de organização não teriam as dúvidas que continuam a confundir políticos e "cientistas políticos". A forma republicana de Estado simplesmente não consegue dar solução ao problema fundamental de qualquer organização, que no caso especificamente político é o de harmonizar poderes independentes e complementares, desamparada de um princípio hierárquico que defina onde se encontra a suprema e derradeira instância, quando o conflito entre os poderes ameaça inviabilizar o Estado, (como o da Corte Suprema americana com o governo do New Deal na república americana) ou seu esfacelamento compromete a unidade e estabilidade do povo e da nação (como na instância da "rendição incondicional" exigida do Japão e assumida por seu imperador).

A república não tem o equivalente a um monarca. A guilhotina não decapitou apenas um rei, mas um princípio e um órgão básico da estrutura do Estado, erro que os revolucionários ingleses se apressaram a corrigir após a fatídica república cromwelliana, restaurando sua monarquia. Sendo da natureza ingênita do poder a luta pela conquista da supremacia, os poderes políticos vivem numa perpétua disputa pela soberania - poder supremo de última instância. Na história das idéias devemos a Montesquieu o erro fundamental de em sua parca descrição da monarquia inglesa e seus poderes, não haver salientado a chave-de-abóbada de seu regime político, representada pela figura do rei.

*

Afirmaram com justeza os democratas que todo o poder emana do povo e em seu nome e benefício deve ser exercido. Um truísmo sociológico, pois que outra legitimidade e finalidade pode ter qualquer grupo de homens dentro de uma sociedade se não prestar serviços e der contas dos serviços prestados? A questão não está aí, portanto, mas sim

em saber quem, na república, fora e acima dos políticos, seus poderes e suas disputas, em última instância representa o povo, a nação e cada cidadão, acima das rixas e além dos fracassos políticos. É esse o papel e a função do monarca. Mas na república não há nada acima dos poderes constituídos e dos conflitos e erros políticos. A república não dispõe de uma figura, de um órgão, de uma função política de última instância e os impasses internos dos poderes do Estado não têm outra saída além das co-optações de um poder por outro, das violações constitucionais e dos golpes de força. O povo e a nação não têm uma voz, uma pessoa, que fale por eles e pelo indivíduo, vistos como um todo. A república ignora a questão focal do poder e da política que é a da soberania, confundindo-a com poder ilimitado e absoluto.

A ficção democrática do cidadão-quotista da soberania, visto por Rousseau, cuja vontade particular se transforma por um passe de retórica na vontade geral delegada ao político, foi imediatamente corrigida pela visão realista de Siéyès, postulando que ao escolher seus representantes o cidadão não delega em termos essa soberania atomizada, mas a transfere de fato e "de jure" a esses representantes. Ele se tornam, assim, livres em seu arbítrio e juizes em causa-própria de sua atuação. Na prática, é o que sucede nas repúblicas democráticas: cada político se considera um rei. O cidadão-soberano, contemplado pela teoria democrática na prática é uma figura de mistificação; o voto não investe os políticos da soberania dos cidadãos - aliena-a para eles. E como na república os poderes autônomos e independentes desconhecem hierarquia e coordenação, cada político se transforma de rei em monarca absoluto, sem contas a prestar à sociedade que ordena. Esse princípio fundamental de anarquia conceitual e organizacional se estende a todo o corpo do Estado, ao ponto de que todos os seus integrantes acabam se sentindo soberanos. Assim, ao se dirigir a um mínimo funcionário que exerce "funções públicas", em lugar de um servidor dos seus direitos o cidadão encontra infinitos reis a lhes cobrar deveres. Uma vez enunciada a independência e autonomia dos poderes, a suposição de seu equilíbrio e harmonia é um "non-sequitur" cometido quanto aos fatos e a natureza do poder. Daí a necessidade e sabedoria do Poder Moderador nomeado por Benjamin Constant, que nossa Constituição adotaria e nosso Pedro I viria a incluir também na Constituição portuguesa, as duas únicas, entre todas as Constituições do mundo, a institucionalizarem esse quarto

poder. Dizia ela em seu artigo 98: "O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos." (João de Scantimburgo observa judiciosamente que a expressão francesa "clef" mais fielmente se traduziria neste caso por "fecho", no sentido de fecho de abóbada, como soa no original da frase francesa.)

Os contra-pesos ("checks and balances"), e os contra-poderes em que se confiam, à falta de um Poder Soberano, que ingênua ou cavilosamente se confunde com poder ilimitado e arbitrário, são a consagração explícita de uma anarquia organizacional, o referendo de um estado de conflito em que se pretende manter o Estado a fim de que se torne impotente para infringir os direitos individuais do homem e do cidadão. Não foi por acaso terem sido as constituições republicanas que consideraram indispensável conter, além da organização do Estado, um capítulo apêndicular que mantivesse defesos aos políticos o assalto a esses direitos.

*

A confusão mental reinante no que diz respeito às formas de governo monárquico e republicano se estende a dois outros temas magnos da política. Os da democracia e do liberalismo. Liberalismo e democracia têm origem, história e conotação diferentes, objetivam coisas diversas e nem sempre harmoniosas ou meramente compatíveis.

A confusão entre esses dois temas se deu à época do acontecimento político de maior repercussão nesses dois últimos séculos, que foi a Revolução Francesa, um torvelinho social, de idéias e de erros de interpretação que continua até hoje. Ora, a Revolução Francesa é um fato da história política e como tal deve ser lido e interpretado. Como toda revolução ela foi um esforço convulsivo da sociedade não para eliminar o Estado, mas para refazer seu órgão político, que o anti-liberalismo visceral do absolutismo destruíra, tornando-o ineficaz, corrupto, falido e impotente para governar. Um Estado impotente é um

órgão morto. Sociedade alguma, as nações muito menos, podem funcionar sem um órgão político minimamente capaz de exercer o poder.

A Revolução Francesa foi um movimento de replante desse órgão. No fundo, trata-se de um episódio da multissecular rivalidade franco-britânica, inserido na concorrência darwiniana que prevalece na política como processo de seleção natural das formas mais aptas à sobrevivência. Na política mais do que em tudo. Conhecem-se os resultados: a hegemonia inglesa que vai de 1815 a 1914 e a turbulência do Estado francês no mesmo período.

*

Por se achar desde o início inspirada por inerradicáveis princípios liberais, a monarquia inglesa já era no século XVII uma forma de Estado, vale dizer, de governo e organização política, muito mais evoluída do que a da França, que ainda se achava às voltas com o poder absolutista de um governo cortesão e anti-democrático. Enquanto desde há um século, com a "Revolução" Gloriosa de 1688, de princípios eminentemente liberais (Locke) a Inglaterra já dispunha de uma monarquia constitucional parlamentar representativa, que no século seguinte ensaiava com a melhoria dos partidos a organização do governo de gabinete, a França não conseguira superar o despotismo visceralmente anti-liberal dos seus reis. Tal como se exprimia pelos trabalhos dos enciclopedistas e de Rousseau, o democratismo como idéia política exprimia antes um descontentamento e uma revolta do que um sistema de princípios de organização do Estado e um conceito de seus limites e funções sociais. Assim, enquanto a política inglesa evoluía de um liberalismo aristocrático para adequada democratização dos direitos individuais, mediante reformas progressistas desfraldadas pelos liberais e implementadas gradualmente pelos conservadores, a França não conseguia sequer garantir direitos e liberdades mínimos para sua elite política de aristocratas. O exercício do poder pessoal dos reis franceses, visceralmente anti-liberal, corrompeu, desmoralizou e desfibrou essas elites, reduzindo-as a cortesãos: os nobres ao tempo de Luiz XIV e Luiz XV se disputavam o privilégio de carregar os penicos do rei para gozar os favores e benesses que ele dispensava arbitrariamente. Tornaram-se

politicamente inoperantes e inúteis. Sem qualquer exercício efetivo de poder, a sociedade anarquizada abre a homens de vontade, freqüentemente de estratos culturais e sociais mais baixos, fanáticos mesma - como Robespierre, Cromwell e Lenin - a oportunidade de conquistar o poder, pois colocados entre a anarquia e a ditadura os homens sempre optam por esta.

É sob tais condições que o democratismo surge e se manifesta na França, com o desespero de uma proposta extremista e *subversiva e não como uma diretriz de progresso na organização do Estado - e desfecha em Napoleão, nas restaurações, nas mudanças constitucionais e nos ensaios* que até os nossos dias continua a fazer de encontrar uma forma adequada de Estado republicano e democrático. Pois é factível o caminho institucional que vai do liberalismo para a democracia liberal, mas o caminho inverso não é da natureza da democracia, nem faz parte da experiência histórica real. É antes da índole democrática a inclinação para o populismo e a ditadura, como vem sendo desde a Antigüidade Clássica.

*

Outro ponto em que o trabalho de João de Scantimburgo excita a largas reflexões diz respeito à influência francesa e inglesa quanto ao liberalismo e à democracia e a preferência pela República ou pela Monarquia.

Consignamos acima, de passagem, que o liberalismo era uma filosofia e tendência da história política inglesa, sendo a democracia um acidente subversivo do estado de coisas na França. Na equivocadamente denominada "Revolução Americana" a preferência dos fundadores dos Estados Unidos era pela monarquia, opção frustrada unicamente pela ausência de uma linhagem real e pela impossibilidade circunstancial de acharem um rei adequado. A sublevação americana, que antecederia a Revolução Francesa e produziria a Guerra de Independência, tinha razões fundadas nos direitos liberais dos súditos ingleses, como "os coloniais" se consideravam e dos quais vinham sendo privados por um governo e política ineptos, como argüiria no Parlamento inglês Burke, uma das mais poderosas cabeças liberais de todos os tempos. "No taxation without representation" era um dos lemas dos americanos -

precisamente o que reivindicavam os barões ingleses na Magna Carta de 1215. A extensão dos direitos liberais ingleses a todo o povo, que veio a caracterizar a democracia americana foi, assim, apenas uma resultante do liberalismo que era a tendência e prática da política inglesa.

A Revolução Francesa, que de início se inspira no liberalismo e constitucionalismo inglês, descamba em uma segunda fase para o democratismo rousseauiano, daí para o terrorismo extremista, corrigido pela ditadura bonapartista. Pois está na natureza das coisas políticas que, rompida a estrutura de poder representada pelo Estado que, só ele, tem capacidade de operar mudanças legais e legítimas na questão magna da organização institucional da sociedade e de seu poder político, caíse na anarquia da qual só se sai pela ditadura. O democratismo "sans-cullote" não teve assim força para impedir o Terror, nem este de impedir a ditadura de Bonaparte, com a subsequente linhagem régia de corsos que ele pretendeu criar em substituição aos Bourbons. À despeito da flagrante contrariedade dos fatos e suas conseqüências com seus apregoados ideais humanistas a Revolução Francesa inaugura a era do nacionalismo, do imperialismo, do revolucionarismo, do radicalismo, das utopias, das ideologias, do populismo, da demagogia, dos extremismos e do totalitarismo como métodos pervertidos de uma suposta política democrática, que de 1789 a 1989 (queda do muro de Berlim) dominou a história desses dois últimos séculos. Estudos críticos recentes visualizam na Revolução Francesa o marco zero da pista que desemboca nos totalitarismos de nosso século - toda ela uma autêntica *journée des dupes*.

É que enquanto o liberalismo inglês se filia ao pragmatismo britânico, que desde o início vê no controle dos dinheiros públicos a única forma efetiva de limitação do poder político, o cartesianismo francês crê poder construir uma política à base da declaração e dedução de princípios intelectuais. À falta de uma e de outra coisa, os americanos forçados a ressuscitar a república criam o sistema dos "checks and balances" que por seus "checks" e "balances" *claramente definem as rodas quadradas sobre as quais querem ver montados os poderes no seu Estado* republicano.

Permanecem insatisfatórias as explicações dadas à queda da monarquia brasileira, assim como obscuros os detalhes da trama que resultou na proclamação da república. Se é que jamais ela foi proclamada. O que é evidente e não pode ser contestado é que o fato não se deveu à inoperância do Estado monárquico, nem a sua incapacidade de operar reformas políticas, econômicas e sociais, que vinham sendo gradualmente implantadas. Esse evento capital, mais parece um desses fortuitos mas não raros acidentes históricos, de golpes de estado bem sucedidos, aplicados por minorias ativistas que circunstancialmente se transformam em maiorias de fato, em virtude da omissão de uma maioria política apatetada. O silêncio universal dos políticos do Império configura uma defecção que está exigindo uma análise mais profunda, capaz de substituir a mera enumeração "ex-post" vigente, justificadora das "causas" da vitória republicana.

Sem dúvida a inteligência e as elites brasileiras da época não escaparam ao equívoco ideológico da Revolução Francesa, que empolgou homens como Beethoven e Goethe. Não obstante, sob a estrutura da Constituição de 1824, com seu Poder Moderador, conseguimos durante o Segundo Império permanecer imunes ao republicanismo democrático revolucionário e extremista que agitou a América do Sul e países europeus na primeira metade do século XIX. Desde 1847 desconhecíamos revoluções e golpes de estado.

Entretanto, trinta e sete anos depois, com atrazo e retrocesso, trocamos o sólido modelo político inglês pela esquizofrênica agitação política francesa. Foi no mesmo ano em que "o bom republicano", como era conhecido o cesarista e napoleônico general Boulanger, ameaçava tomar novamente... não a Bastilha, mas Paris.

Pelas costumeiras ironias da história, nosso homem se chamava Benjamin Constant...

PENSAMENTO HERMENÊUTICO E HISTÓRIA

Fernando Whitaker da CUNHA

“Creo que el libro dice más de lo que parece a primera vista” - (José Luis Romero, **Breve História de la Argentina**).

“A História se propõe a averiguar como efetivamente se passaram as coisas”
(Ranke)

Natureza Científica da História

O Fato Histórico

O Pensamento Hermenêutico

O Ato Axiológico

O Tempo Ontológico

Contemporaneidade da História

O Historicismo Valorativo

Supremacia da História Política

O Elemento Documental

Psicanálise da História

A Concepção Histórica

No livro da juventude **O Conceito de História**, que mereceu generosa apreciação do sábio Felicien Challaye, vinte anos após reelaborado e acrescido com o título **Fundamentos da História Teórica** (Editora Arteneva S.A.), numa abordagem crítica e concisa, embora com a penetração possível para nós, estudamos as questões fundantes da problemática histórica, num ensaio sobre a História, para chegarmos à sua conceituação, partindo de necessárias considerações gerais para o exame da História da História, na qual sobressaem importantes travejamentos doutrinários.

Ferrater Mora chama a atenção para os dois sentidos de História: como tempo e como estudo (Historiografia), mas a ambigüidade só pode ser desfeita, verificando-se a função da palavra no texto.

Alguns ângulos, todavia, de nossa tese merecem retomados, após mais vinte anos, para maior precisão dela que enfatiza axiologicamente, como queria Ranke, a relevância do pensamento histórico, que é interpretativo e compreensivo, sobre o mero conhecimento histórico, em o qual deve incidir, vertical e cientificamente, embora o segundo emane de uma relação "que se estabelece entre o espírito e o mundo, entre o sujeito cognoscente e o objeto a ser conhecido", como adverte Cretella Junior (**Novíssima História da Filosofia**, p. 15).

Não se pode mais duvidar que a História seja uma ciência - não puramente ideográfica, conforme Ernest Nagel - embora "a mais anticientífica de todas as ciências" (Burckardt), por singular, sem que isso impeça sua elaboração artística, saber sistematizado, e ordenado metodicamente e demonstrado dos acontecimentos históricos que, como acontecimentos humanos derivam de fatores causais e finalísticos ("fins e motivos, segundo o que Husserl denomina **decausalidade motivacional**, pondo a motivação como lei fundamental do mundo espiritual", ensina Reale), tendo como objeto o fato histórico dentro das épocas (com suas transformações e conseqüências) e devendo ter como seu método, basicamente, o compósito, utilizado por Sorokin, que entrosa elementos particulares e globais.

Todavia, em razão da inevitável interdisciplinidade, nenhuma ciência, rigorosamente, é autônoma. "Ela representa somente uma pequena parte do saber humano e, como tal, se integra necessariamente em um todo" (**Constantinesco, Tratado de Direito Comparado**, p. 9).

Para Salustio, o objeto do historiador, que deve ter, aliás, ampla informação (reunindo "as qualidades de filósofo, de escritor, de erudito", como queria José Veríssimo), é a reflexão sobre o passado, de forma a "ser utilizado com proveito" e Perez Galdós visava conhecer o passado para entender o presente, evitando, no futuro, prevendo-o, os erros cometidos.

O sujeito da História, como demonstra Raymond Aron, é a humanidade.

Assim como se pode cogitar de certas leis na Ciência Política, João Camilo de Oliveira Torres (**Teoria Geral da História**, p. 31) entende que se pode falar em lei histórica, "lei diretora sujeita a muitos fatores".

Carlos Ayarragaray (**El Mito de la Justicia en la Historia**, p. 7), formula verdadeira lei histórica - "no encontraremos nunca un pueblo que no tenga por lo menos una noción vaga de la divinidad, de los deberes para con ella, de una moralidad aunque sea entendida a su modo, y de la inmortalidad del alma, como dogmas fundamentales de la naturaleza razonable".

Max Weber entendia que "cada acontecimento abre o campo a outros acontecimentos possíveis, um dos quais acaba por se realizar", pondera Nicola Abbagnano (**A Sabedoria da Filosofia**, p. 25).

Acrescente-se que, da mesma forma, o efeito histórico resulta de "una multitud de causas muchas veces imprevisibles" como assinalou G. Jellinek (**Reforma y Mutación de la Constitución**, p. 5).

A História, como percebeu o culto Silvio Julio (**História, Arqueologia e Lingüística**, p. 52), que, entretanto, como Will Durant (**As Lições da História**, p. 11) e Gustavo Barroso, entre outros, negava seu caráter científico, "é conhecimento metódico e é método para enunciação dos demais conhecimentos" e Croce mencionava a "metodologia do conhecimento histórico", que é científico.

Não distante dessas perspectivas se colocou Frankfurter ao asseverar que "a história da liberdade americana é, em medida não pequena, a história do método", que, aliás, deve amparar direitos constitucionais substantivos.

José Honório Rodrigues (**História Combatente**, p. 111) enfoca a História como "uma estrutura cultural carregada de valores", perfilhando um culturalismo historicista axiológico que, também, é o nosso, na esteira ainda do pensamento de Miguel Reale.

Nelson Saldanha, da mesma linhagem filosófica, com uma produção altamente qualificativa, em diversas obras, mormente **Ordem e Hermenêutica**, tem se ocupado desse binômio, em que a primeira surge, fundamentalmente, como "alguma estrutura do poder", implicando hierarquia e abrangendo o ordenamento, e a segunda como o "conjunto

de significações e de elementos interpretativos que esclareçam aquele plano”.

Radcliffe Brown sustenta que o objetivo da sociedade é preservar a estabilidade e a ordem.

Após Gadamer, discípulo de Heidegger e sucessor de Jaspers, na cátedra de Heidelberg, a Hermenêutica, mais que técnica ou ciência dos princípios de interpretação, aplicando essa última, deve ser vista como reflexão filosófica sobre o ser histórico, tentando mais que explicá-lo, compreendê-lo, dinamicamente, destacando Saldanha que o "saber social é sempre hermenêutico", decorrendo que o saber nacional, que é um *plus*, também o é.

Ortega y Gasset (**Em torno a Galileu**, p. 29) doutrina que o labor histórico elementar já hermenêutico, isto é, interpretativo, e interpretação "quer dizer inclusão de todo fato solto na estrutura orgânica de uma vida, de um sistema vital". Toda filosofia, buscando "o sentido dos acontecimentos", é hermenêutica.

O fato histórico é um fenômeno essencialmente social, apesar de poder ser desencadeado, individualmente, dada a interação entre indivíduo e sociedade, impondo-se àquele a universalidade do componente coletivo (Coulson e Riddel, **Introdução Crítica à Sociologia**, pgs. 44/45). O apontamento de Sydney Hook (**O Herói na História**, p. 130) influenciado por Carlyle e Emerson de que o herói é um indivíduo a que podemos com justiça atribuir papel preponderante no desfecho "de acontecimentos, cujas conseqüências teriam sido profundamente diferentes, se ele não agisse", não descaracteriza o afirmado porque o "herói" (tanto o "homem-momento", que é acidental, como o "homem-época", que é criador) atua num contexto social e provocado por ele, que se apresenta necessitado de repercussões de condutas históricas.

A individualidade está, sem dúvida, condicionada pelo espaço social, funcionando a sociedade de acordo com um duplo ritmo de solidariedade aumentada e de antagonismo exacerbado (Levi Strauss).

O binômio de Saldanha pode ser utilizado, *mutatis mutandis*, no presente estudo, relacionando-se o fato histórico organizado, com a ordem, devendo o pensamento hermenêutico refletir sobre ele, como

pensamento histórico, para buscar-lhe o real sentido na análise e na síntese histórica, urgindo colocar o agente histórico dentro de um processo "sistemático e teleológico", como percebeu Carlos Maximiliano (**Hermenêutica e Aplicação do Direito**).

Apenas pela ordem não se pode entender "todos os acontecimentos sociais" (Coulson e Riddel, ob. cit., p. 80).

Tornando-se o Estado a nação política (e, em decorrência, socialmente) e juridicamente organizada, o pensamento nacional é, com relação a ele, hermenêutico, emergindo da sintonia entre eles, a legitimidade e da divergência a crise do Estado e do Direito.

A Filosofia do Direito emana da Filosofia da História, como uma Filosofia da própria Cultura (sendo os fatos culturais realidades histórico-existenciais, elaboradas pelo ser humano, através do tempo e do espaço, e captáveis axiologicamente), não se concebendo, pois, a História sem o Direito, assinaladamente no mundo ocidental.

Como observa Carl Friedrich (**Perspectiva Histórica da Filosofia do Direito**, p. 254), "tal encontro entre História e Direito é especialmente freqüente na história do pensamento político".

O Direito, a Literatura (escopo da História Literária) e outros setores do conhecimento, são objetos parciais da História da Cultura, sendo ambos "elementos específicos que o historiador procura relacionar, ordenando uns pelos outros" (Jacinto do Prado Coelho - **Problemática da História Literária**, p. 33).

Hegel (**Principes de Philosophie du Droit**, p. 368) nos dá um conceito sugestivo de História, que na observação de J. P. Galvão de Sousa (**Dicionário de Política**) deriva da "racionalidade do real": "est l'incarnation de l'esprit sous la forme de l'evenement de la réalité naturelle immédiate", cuja estrutura é dialética (Raymond Plant, **Hegel**, p. 25, repara: "there is a structure to this development"), enfim a projeção do espírito universal no tempo".

O espírito vincula-se, aí, com a idéia de liberdade, porque emancipa o homem, autoconsciência de direitos na vida de relação, e limitados por ela, na forma da lei, como deflui, substancialmente, da mensagem de Montesquieu, de Rousseau e, ao depois, de Kant. Benjamin Constant conceituava-a como "le droit pour chacun de n'obeir qu'à la

loi". É o Estado, cápsula jurídica da nação, quem a garante, mesmo como intermediário entre ela e o homem (Marx, **A Questão Judaica**).

Embora Hegel discordasse de Kant, quanto ao antagonismo entre o subjetivo e o objetivo, aceitando, como Scheeling, seu companheiro, juntamente com Hölderlin, em Tübingue, a unidade absoluta das coisas, ambos concordavam em que a história era produto da liberdade (que para Kant era o cumprimento da lei moral).

Francisco Javier Herrera (**Religião e História em Kant**, p. 137) diz-nos que para o autor da "Crítica da Razão Pura", a Filosofia da História (a História Filosófica é uma ótica dos eventos) era a "compreensão do todo real das ações efetivas da liberdade".

Liberdade e Valor estão unidos para Miguel Reale, que vê na primeira o espírito cômico "de sua própria valia" e, no segundo, "o espírito como liberdade".

Como a teoria tridimensional - fato, valor, norma - desse eminente filósofo implica numa "diversa compreensão do homem, da sociedade e da história" ela não se restringe às expressões da vida jurídica, mas se aplica às diversas formas de cultura. A historiografia se apresenta como "um ato de escolha de valores, de crença neles e de sua interpretação", como salienta Beard.

Na alta dimensão de uma densa intersubjetividade, que correlaciona subjetividades, Carlos Cossio refere-se à manifestação "da coexistência na existência" e seu raciocínio é perfeitamente utilizável à conduta histórica de inegável categoria existencial.

Se a Filosofia é o "pensamento acerca do pensamento", na fórmula de Collingwood (**A Idéia da História**, p. 20), a Filosofia da História, rótulo criado por Voltaire, no século XVIII, é o pensamento sobre a História, perquirindo possíveis leis gerais do processo histórico, no jogo cultural, não se identificando, como queria Hegel, com a História Universal, mas atuando sobre a que Hobbes chamava de história civil, a "história das ações voluntárias dos homens nos Estados".

É inequívoca a correlação entre Filosofia, perspectiva essencial e geral da realidade, e História, sendo a História da Filosofia "etapa inicial do método filosófico" (Bento Prado Jr. - **Presença e Campo Transcendental**, p. 15).

Foucault, "historiador do presente", arqueólogo do poder, como anota José Guilherme Merquior, em seu lúcido ensaio sobre ele, "fundiu a filosofia com a história", possibilitando uma crítica vertical da moderna civilização, com seu discurso de **mapeador** da cultura.

A respeito, William Dray (Filosofia da História, p. 9) tece as seguintes considerações: "A Filosofia Especulativa busca descobrir na história o curso de acontecimentos, um padrão ou significado que se situa para além da esfera do historiador comum. A filosofia Crítica empenha-se em tornar clara a natureza da própria investigação do historiador, de modo a situá-la, por assim dizer, no mapa do conhecimento".

A Filosofia Crítica é a Filosofia da Ciência, enquanto a Filosofia das Ciências estuda as "relações entre os diferentes setores do conhecimento" (A. Whitehead, **O Conceito de Natureza**, p. 5). Nem toda relação entre as ciências, porém, participa da filosofia delas.

O fato histórico ocorre no mundo fenomenal, em a **natureza**, "aquilo que observamos pela percepção obtida através dos sentidos" (Whitehead, *ob. cit.* p. 7), e em seu substrato cultural, se apresenta como realidade axiológica e teleológica.

Por outro lado, a epistemologia histórica, que não se confunde com a história da epistemologia, analisa historicamente conceitos gerais (Hacking).

Assim, como não se confundem **Filosofia do Direito**, que "cuida das correntes fundamentais da ciência jurídica, tomadas em si mesmas, isto é, sob considerações ônticas" (Gerson de Brito Melo Bosom, *Filosofia do Direito*, p. 30) e Teoria Geral do Direito, que alveja princípios gerais pertinentes aos fenômenos jurídicos, a Teoria da História, que é a perspectiva dos núcleos estruturais de comandos dos fatos e comportamentos históricos, das normas gerais que os presidem, como bases orgânicas, não se identifica, embora se relacione com a Filosofia da História, que se situa no campo da investigação crítica de princípios primeiros do processo histórico, e dos fatores desse, abrangendo as razões das ações humanas, matéria da psicologia histórica, que "trabalha não a nível conceitual mas a nível fatural, estudando as transformações que historicamente se propõem no comportamento humano" (Antonio Gomes Penna, *História das Idéias Psicológicas*, p.

41). Aproxima-se ela da história das mentalidades, que, obviamente, se liga à história social. Georges Duby (**Para Uma História das Mentalidades**, p. 6) tem o escopo de sua exposição como o "estudo dos comportamentos e das atividades mentais".

Em sua clássica monografia **O Método Crítico de Silvio Romero**, p. 17. Antonio Cândido define a Teoria da Literatura como o "estudo sistemático do fenômeno literário".

O pensamento histórico não é apenas reflexo das correntes doutrinárias que o fundam, mas, basicamente, o pensamento hermenêutico dirigido ao fato histórico, como categoria existencial, utilizando todos os recursos culturais que lhe são próprios, em sua exegese e em sua análise crítica, levando em consideração os elementos sensíveis do acontecimento, as construções teóricas, os costumes, a intenção dos agentes, as coordenadas gramaticais, lógicas, sistemáticas e axiológicas, o direito histórico, em toda sua complexidade geral e local, a semiologia, pelo estudo da participação dos signos na vida social, considerando-os como envolventes, outrossim, de imagens, ritos, vestuários, usos, etc., os complexos fatores do jogo histórico, a **occasio facti**, apreciando as condicionantes histórico-geográficas da ação e até a "carnavalização" de seu contexto, no sentido de que a "cultura carnavalesca, na sua infinidade de formas, opõe-se, de fato, à cultura oficial, ao tom sério, religioso e feudal" (Teles, Cruz, Pinheiro, **O Discurso Carnavalesco em Gil Vicente**, p. 17). Essa oposição pode ser feita pela palavra ou pelo conceito, podendo o ridículo ou o caricatural, pela deformação que pode ocorrer sem eles, oferecer preciosos dados informativos.

Em importante livro (**Saudade do Carnaval**, p. 154), o perspicaz José Guilherme Merquior registra: "Auto-suficiência agressiva hedonismo calculista e insegurança competitiva: eis a série de dominantes psicológicas das três idades da solidão moderna". Essas características podem indicar um sentido e um roteiro interpretativo.

Encontrando a hermenêutica suas remotas raízes na interpretação dos textos sagrados, há de preferir-se a mais abrangente e não a literal, pelos antolhos que a prejudicam.

Os valores estão em o núcleo do conhecimento filosófico, embora esse não se restrinja àqueles, havendo relação indisfarçável entre Epistemologia e Axiologia, fundada por Windelband e decorrente

do kantismo, entre Filosofia e Valor, porque, como enfatiza Miguel Reale (**Filosofia do Direito**, p. 52), sendo a especulação filosófica, necessariamente crítica, implicando em valores, "chegaremos à conclusão de que nesse sentido especial, ou a essa luz, Filosofia é Axiologia".

O valor precede a seu julgamento, mas ele não **existe** sem o sujeito pensante (não obstante, como pensa José Saramago, "as coisas, quando não olhamos para elas, são iguais ao que parecem quando estamos a olhar"), constituindo, nas palavras de Machado Paupério (Introdução Axiológica ao Direito, p. 14), uma "essência possível realizável pela ação espiritual da pessoa humana".

O **fato axiológico** é, assim, completado pelo **ato axiológico**, no cerne do problema cultural da História, que é a própria vida, entendendo-se como cultura, reitere-se, a "objetivación del espíritu", como quer Agustín Basave, o evoluer integral e valorativo da espiritualidade que vai sendo sedimentada e acondicionada. Sobre essa matéria, chamamos a atenção para o capítulo "Civilização e Cultura", em nosso livro **Teoria Geral do Estado**, pgs. 489/493.

O valor, efetivamente, está fora do tempo, mas não sua manifestação e apreensão, que se encontram inseridas no fluxo temporal, que Heidegger identificava com a existência, que implica coexistir.

Lorenzo Carnelli (**Tempo e Direito**, p. 60) escreve que somente pela temporalidade necessária "efetiva-se a transcendência e, decorrentemente, toda expansão de que é susceptível o ser humano".

O historiador deve agir axiologicamente em sua relação com o fato, avaliando-o qualitativamente, podendo invocar a teoria dos modelos que enfoca a relação-momento "entre um sistema formal e sua interpretação" (Japiassu e Marcondes, **Dicionário Básico de Filosofia**). A sua linguagem deve decorrer da estrutura valorativa da argumentação.

O historiólogo, como Ortega y Gasset chama o que se preocupa com os problemas gerais da história, em sua tarefa investigativa, reconstrutiva e reconstitutiva, precisa ter, contudo, uma concepção do próprio tempo, porque, em verdade, como se lê no paraguaio Roa Bastos, "los hechos acontecidos cambian continuamente".

Santo Agostinho, para quem a história é consequência do pecado original (como para Annie Besant é a "execução do plano do

Logos"), ensejando a Cidade Humana, enquanto a Cidade de Deus é elaborada pelos escolhidos pela graça divina, pondera, em suas **Confissões**, que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes e presente das futuras". É dele, ainda, a distinção entre *principium*, que é da competência divina, situando-se fora do tempo, e *initium*, que pertence à temporalidade.

O tempo psicológico, que permite considerar um momento anterior e um posterior (Aristóteles), e o mero tempo astronômico, têm como *background* o tempo ontológico, o tempo em si mesmo, que é indivisível.

Bergson, por sua vez, distinguia o *temps* (tempo), da *durée* (duração). O primeiro, é um critério matemático para estimar a segunda (o "tempo real"), que, em síntese, como frisam Japiassu e Marcondes (ob. cit.), "só pode ser apreendida intuitivamente e não como sucessão temporal".

Da verdadeira noção do tempo deflui a contemporaneidade histórica, que significa não pertencer a história "somente ao passado, mas permanece vivente no espírito humano atual", como ensina o sábio Rodolfo Mondolfo (**Problemas e Métodos de Investigação na História da Filosofia**, p. 104) e se, como lembra esse eminente pensador, "a toda investigação teórica da filosofia, impõe-se um estudo histórico prévio" (p. 31), qualquer pesquisa histórica pressupõe uma teoria da história, que implica numa ótica dessa, seja a de Niebuhr, da visão cristã, a de Marx, de feitio materialista, ou a ocasionalista de Malebranche, pela qual Deus disciplina os fatos na ocasião certa, manifestando sua vontade.

Toda história é história contemporânea, projetando-se os fatos nas situações presentes, como está em Croce, vendo-os o historiador, homem de sua época, cuja influência não pode evitar, com uma necessária subjetividade, precisamente, "apropriada à objetividade que convém à história" (Paul Ricoeur **História e Verdade**, p. 24) - essa proposição é um lídimo **historiema** - sendo claro que "toda compreensão de valores es emocional" (Carlos Cossio).

Humberto Braga, na exposição "O Sentido da História" (**Juízo e Circunstância**, p. 128), orienta-se na mesma direção: "os fatos históricos são selecionados pelo juízo de valor pessoal do historiador".

Uma história sem subjetividade, como quer Richard Evans, uma "história pura" nessa direção, fica esvaziada de seu verdadeiro substrato

A análise das condições sociais em que se produzem os conhecimentos (Sociologia do Conhecimento) tem uma presença abrangente, bem como as Psicologia Social e Política. Já se escreveu que "o passado é, também, uma ficção do presente".

Em interessante ensaio (**O Sentido Antropógeno da História**, p. 20) Djacir Menezes considera que "não é tanto o passado que explica o presente, mas o presente que interpreta o passado".

Essa interpretação se embasa num exaustivo e indefectível levantamento, pois só por ele se pode entrar no espírito de um determinado período, tomando as palavras na acepção mais condizente com a época o lugar e as circunstâncias "em que foram escritas ou proferidas" (Braz Florentino).

O exame das fontes não leva, apenas, a uma visão **retrospectiva** de sua validade, impondo-se considerá-las "também de maneira **prospectiva**" (cfr. em Miguel Reale, **Fontes e Modelos de Direito**, p. 32).

O material do historiador é o tempo que, na bela elaboração de Braudel, "adere a seu pensamento como a terra à pá do jardineiro".

O historicismo, expressão polêmica, usada pioneiramente por Karl Werner, conforme F. Meinecke, que engloba várias correntes, consiste, essencialmente, na compreensão dos fatos pelo contexto histórico, na explicação orgânica deles pela história, possibilitando uma cosmovisão".

É, sem dúvida, um posicionamento filosófico. Pelas condições em que os eventos surgiram, Catherine Colliot-Thelème (**Max Weber e a História**, p. 156) conclui que "o historicismo é associado ao relativismo". Ele o é, mas principalmente pelos acontecimentos estarem condicionados aos fatores de espaço e tempo, como rememora Peter Burke, e sujeitos a um processo de revisão, tornando a verdade relativa (David Carneiro).

Todavia, por vezes, é mister profligar por valores absolutos, como os direitos civis, que não são taxativos e não se inserem na índole da cultura oriental. O seu caráter jusnaturalista não impede sejam eles

embutidos no ordenamento jurídico, não existindo, pois, metafisicamente.

Croce (**A História, Pensamento e Ação**, p. 51) caracteriza o historicismo: "a vida e a realidade são história e nada mais que história". Ele, segundo Karl Popper, seu desafeto, não se confunde com o historismo, visto por Arno Wehling (**A Invenção da História**, p. 13) como tendo valorizado "o conhecimento histórico, em contraposição ao racionalismo ahistórico cartesiano". A distinção popperiana, entretentes, não espanca dúvidas. A circunstância de o historicismo ter reagido contra um jusnaturalismo absorvente explica, até certo ponto, os preconceitos contra ele, que pode ter caráter conservador ou revolucionário, bem estudado por Norberto Bobbio (**Dicionário de Política**).

Mariano Grondona (**Los Pensadores de la Libertad**, p. 122) entende que "del historicismo al totalitarismo no hay más que un paso".

Não estamos de acordo com essa visão unilateral do ilustrado escritor argentino, pois um historicismo culturalista-axiológico só pode voltar-se para a idéia de liberdade, como princípio moral.

Nelson Saldanha (**Ética e História**, p. 6) refere-se mesmo ao "estudo dos problemas éticos feito sob ângulo histórico", ressaltando Burckardt a dignidade histórica no registro de uma idade para o "interesse de uma outra".

Arbitrário é o histórico oficial que seleciona o que deve ser guardado como significando algo para o homem, mesmo porque o que não significa pode ter realidade sociológica, como os animais e os vegetais, não deixando de ser história, a própria pré-história e a pós-história. A Etologia fundada por Konrad Lorenz pretende examinar o comportamento humano, partindo da análise do comportamento animal.

Deve atuar aí o pensamento hermenêutico, utilizando, inclusive, a *historical imagination*, de que fala Hayden White.

Peres Galdós proclama que a História não é só o cartório dos acontecimentos notórios, "dejando en el olvido todo lo demás que constituye la existencia de los pueblos" e tornando-se uma defectiva **profecia retroativa**. Denunciava Alexandre Herculano: "Há muitas vezes na história, ao lado dos fatos públicos, outros sucedidos nas trevas,

os quais freqüentemente são a causa verdadeira daqueles, e que os explicaria se fossem revelados".

São historicistas sedutoras concepções filosóficas e sociológicas, como as dos "povos históricos" (os que exercem liderança em certa época), da escola histórica de direito (Savigny), de Herder, que enraíza os povos num espírito originário, de Wieland, que estabelecia dois tipos básicos de filosofia da história (o da concepção da história, como um movimento circular, e o da concepção como um progresso linear) e o materialismo histórico que para Marx (**Ideologia Alemã**) tem "por base o desenvolvimento do processo real de produção, e isso a partir da produção da vida material imediata".

Helmut Fleischer (**Marxismo e História**, p. 52) menciona a história "como dialética de las fuerzas de producción y de las relaciones de producción" e Marx, que via as leis do desenvolvimento social como leis objetivas, reporta-se à "história das forças de produção em desenvolvimento, herdadas pelas novas gerações, e, em decorrência, a história do desenvolvimento das forças dos próprios indivíduos" e, para ele, pelo influxo de Rousseau, como filosoficamente sofreram os de Hegel, Fichte e Feurbach, "a sociedade não está constituída por indivíduos, senão que expressa a soma das relações em que os indivíduos se encontram".

Apesar dos erros de perspectiva do marxismo, ele não é responsável pela aplicação que dele fizeram, originando Estados burocráticos, partidariamente elitistas, que sacrificaram o direito e as liberdades, o que procuravam ocultar, podendo ser visto como **humanismo coletivo materialista dialético**.

Entre os pensadores marxistas, Gramsci, um dos revisionistas do stalinismo, buscando restaurar valores hegelianos recebidos por Marx, foi dos que mais se preocuparam com o fenômeno histórico, indagando: "Por que história? Como a história? Que história?".

Criou ele as teorias do "bloco histórico", formado pela infraestrutura, e da hegemonia da classe dirigente". Poulantzas e outros marxistas estenderam o conceito ao centro do grupo detentor do poder.

Embora não se possa recusar o livre-arbítrio, pela manifestação da vontade, não se pode, igualmente, negar um certo determinismo psicológico, geográfico e econômico que repercute na

vida social, mesmo porque o determinismo causal instituído por Laplace é condição científica, reiterando Louis de Broglie que "a definição do determinismo, pela previsão rigorosa dos fenômenos, parece a única que a física pode aceitar, por ser a única realmente verificável".

Max Weber, por seu lado, conceituava a Sociologia como "ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos".

O Estado, *lato sensu*, como estrutura de poder que se robusteceu com a noção de legitimidade (reafirma Norberto Bobbio - **Poder e Direito** - que ela se refere ao título do poder e a legalidade, a seu **exercício**), tornando-se uma síntese ideológica do diálogo entre o comando governamental e a dignidade humana, é a instituição mais destacada da gramática social, e é evidente a supremacia da História Política sobre as congêneres, embora influenciada pela História Econômica, subordinadas todas à História da Cultura. Oscar Dias Corrêa, em sua digressão sobre o societarismo (p. 26), sublinha que "política e economia se condicionam" e o inestimável Vicente Licínio Cardoso preconizava uma "política econômica". Joseph de Maistre ressaltou que a História é a "política experimental".

A objeção de Toynbee de que o afirmado não se aplicaria, por exemplo, à História da Índia ("não me impinjam a Índia" reclamava o Dr. Johnson), que se compõe de "religião e arte" não convence porque no mundo antigo havia simbiose entre teologia e política, integrando a religião "o aparelho do Estado" (Ciro Flamarion Cardoso, **A Cidade-Estado Antiga**, p. 7), e a arte expressava-a. Nesse país, onde a divisão de castas não deixava de ter ressonância política, desde a primeira dinastia, a dos reis Chandras (3.200 a.C) já se notava organização social subordinada à autoridade. Kantilya tornou-se conhecido como "o Maquiavel da Índia".

Diga-se, a propósito, que as obras intelectuais mais significativas têm uma relação direta ou indireta com a vida política e defendemos esse ponto-de-vista, em **Ficção e Ideologia**.

Implicando o Estado, que deve objetivar uma sociedade justa, a elaboração jurídica, que é um produto cultural, pode-se compreender Portalis ao considerar a História "la physique experimentale de la science legislative".

D. Boorstin (*The Mysterious Science of the Law*, p. 31) esclarece que "Blackstone made the study of law, simple a branch of the study of history", sendo oportuno lembrar a distinção que José Gomes Canotilho faz entre História Constitucional, que é História Política, e História do Direito Constitucional, que versa sobre o evoluer das instituições.

Em representativa obra (*Estudos da História Americana*, p. 73), Fidelino de Figueiredo cobra uma arejada filosofia "baseada mais no esforço interpretativo do que na documentação". Indubitavelmente, essa de nada vale sem aquele, como a narração sem a crítica.

A Filosofia da História é a "base natural da Filosofia Crítica da própria História", no juízo de Luiz Alberto Jorge, que não pode deixar de ser uma História Crítica, voltada ao valor documental.

O documento é todo objeto móvel, imóvel ou gráfico, destinado a provar alguma coisa, demonstrando a verdade de um fato. Embora tenha ele sentido amplo, não é qualquer dado informativo que nele se converte. O instrumento, ao contrário, é, por natureza, escrito. A crítica de ambos interessa à reflexão hermenêutica.

Não é necessário reproduzir a teoria da prova, na processualística, para tratar dos elementos probantes que o historiador deve examinar, mas ele deve procurar uma prova mais racional do que formal, que vem de uma avaliação daquilo que analisa.

O grande Carnelutti classificava as provas em históricas ou críticas. Aquelas, simplesmente, reproduzem o fato, as últimas, o demonstram por operações intelectuais, nas quais o indício tem relevância e mesmo a presunção, como "um juízo sobre a existência de um fato" (Leib Soibelman), percebendo-se como é complexo e sutil o dever investigatório do historiador, erudito com necessários dotes de observação. A própria etimologia do vocábulo "história" envolve perquirição probatória.

Croce dividia os documentos em religiosos, políticos, sociais, familiares e pessoais. Para melhor aferição deles tem crescido a participação da Genealogia, como interpretação do *modus vivendi* social, muito próxima ao problema da geração, "o conceito fundamental da história", para Ortega y Gasset.

Veríssimo Serrão (**História e Conhecimento Histórico**, p. 83) torna inequívoco que o historiador em face dos documentos tem de suprir muitas falhas de informação e assentar as linhas que lhe permitam compreender os fatos, acrescentando (p. 32) que os acontecimentos "são, muitas vezes, objeto de **conhecimento**, mas não de **compreensão**".

Essa posição é absolutamente correta, pois o historiador não é um receptáculo passivo de documentos, mas o crítico total deles.

Álvaro Ribeiro repara que a história não se faz apenas com documentos, "mas também pela investigação do pensamento consciente e inconsciente, embora silenciado, que preside a evolução da humanidade", podendo, por essa razão, fazer-se sem eles ou mesmo contra eles, se insatisfatórios.

É claro que as "ligações íntimas entre História e Ficção", consignadas por John Gledson, conhecido machadiano, se situam em outro plano, já tratado por nós em estudos anteriores, mas é oportuno ressaltar que a literatura de uma época, como Balzac ilustra, oferece ao historiador imprescindíveis elementos de informação (veja-se o retrato psíquico de Floriano Peixoto feito por Lima Barreto - **Triste Fim de Policarpo Quaresma** - romance de aguda crítica social e política: tinha ele não a preguiça comum, essa preguiça de nós todos; era uma preguiça mórbida, como que uma pobreza de irrigação nervosa, provinda de uma insuficiente quantidade de fluído no seu organismo"; cita a sua abulia na direção do Arsenal de Pernambuco e no Ministério da Guerra e conclui que dessa preguiça "vinha o seu mutismo, os seus misteriosos monossílabos, levados à altura de ditos sibilinos" e que ela "fazia-o andar de chinelos e deu-lhe aquele aspecto de calma superior, calma de grande homem de Estado ou de guerreiro extraordinário"), mesmo porque não se pode esquecer que o pensamento histórico nasceu do pensamento literário-religioso.

Toynbee (**Greek Historical Thought**, p. IX) ensina: "hellenic historical thought began at the moment when the first rudiments of the poetry of Homer shaped themselves in greek minds".

Ao ler a poesia, mesmo a histórica, o historiador deve ter em mente que sua linguagem é grávida de sobre-significados, "levada à maior concentração de **sentido**" (J. M. Ibañez Langlois).

Constantemente, urge fazer um esquadrinhamento psicanalítico dos fatos, para sua devida compreensão, porque "a psicanálise como técnica de investigação histórica poderá trazer muito entendimento acerca do desenvolvimento dos povos", nos termos de Dulce Silveira (**Psicanálise e História**, p. 14) ainda porque, como nas constituições (Duguit), os homens pretendem figurar nos documentos com as qualidades e virtudes que não possuem. Há, inquestionavelmente, um significado psicanalítico da história".

O drama de Kosovo poderia ser encarado, ainda, pelo ressentimento nacional sérvio contra o território onde ocorreram sangrentas derrotas contra os sultões Amurath I, que morreu na batalha, e Amurath II, nos séculos XIV e XV.

O narcisismo cultural de povos, as neuroses sociais, a purgação de culpas pessoais e as causas recônditas que levam indivíduos a optar pela vida política (Freud revelou que a dor não é apenas a reação à perda de um ser amado, mas, também, à de uma abstração equivalente, como a pátria, a liberdade, o ideal, etc.), a algodícea ou "metafísica da dor", que é gestada por um sentimento coletivo (Enrique Ocaña, **Duelo e História**, p. 55), entre outras coisas, merecem pesquisa.

O documento não é intocável, ele deve ser discutido.

Silvio Julio (ob. cit.) menciona o caso da batalha de Junin (1824), que consolidou a libertação do Peru. Os documentos enaltecem o Marechal Ramon Castilla, como seu herói, mas, na verdade, Bolivar foi o grande comandante, desprezado por eles. Os argumentos, aí, foram mais importantes do que esses. Mondolfo recorda, a propósito, o "argumento do silêncio", quando o silêncio de testemunhas mais confiáveis negam crédito a outras menos categorizadas.

A História, mais que uma explicação, é uma interpretação.

Carr (**Que é a História?** p. 17) sentencia: "o elemento interpretativo intervém em todos os fatos históricos", que, como diálogo no tempo, exigem ser valorizados e **pensados**.

Collingwood esclarece que "toda história é história do pensamento", dando razão a Croce quando prega a "unidade da historiografia com a filosofia".

Ricardo Levene combate a "idolatria del documento" (**Las Ideas Historicas de Mitre**, p. 25).

O penetrante ensaísta J. Ponce Leal (**A História: Convite e Desafio** discurso de posse no IHGB) mostra que o saber histórico não prescinde da intuição, que Bergson considerava mais apta de "apreender a realidade em seu sentido mais profundo e de explicar nossa experiência, do que o intelecto" (Japiassu e Marcondes, ob. cit.).

A escassez de contribuições sobre a reflexão historiográfica, tal como observou o autor uruguaio Carlos Rama, faz com que se tenha, muitas vezes, uma concepção ultrapassada sobre a missão integradora do historiador, que não pode prescindir da *construction* sobre os textos, saciando suas lacunas, levando em conta que o sentido teleológico deles deve prevalecer sobre as "vãs palavras". Essa é uma das regras de "boa hermenêutica", prevista no art. 8º do Código Criminal do Império.

O ensino da História, como é evidente, deve contribuir para a formação ética do povo, no que ela implica de respeito pela verdade, despertando as consciências para responsabilidades, que é o âmago da cidadania, numa autêntica democracia-dever, projetando o dever, pela evocação do passado e compreensão do presente, mas como adverte Myriam Moreira Leite (**O Ensino da História**, p. 145), "pode ser uma escola de fanatismo, preconceitos e intolerâncias", se deformada por todas as espécies de radicalismos.

Jorge Caldeira assinala que, entre nós, os livros didáticos são "um cruzamento do pior do marxismo com o pior do catolicismo", do qual, sem dúvida, são exemplos os indevidos enaltecimentos de Solano Lopes e de Zumbi.

Não se pode, hodiernamente, deixar de apreciar, na interpretação histórica, por sua repercussão, a teoria geral da ação social, de Talcott Parsons, que se projeta num largo painel axiológico, sócio-político, econômico e psicológico, apresentando-se como "qualquer conduta humana motivada e inspirada pelos significados que o ator descobre no mundo exterior, significados que leva em consideração e aos quais responde", na síntese de Guy Rocher, sobre o prestigioso sociólogo americano.

Esses fatores, que funcionam como eixo, devem ser sopesados, sendo iniludível que o pensamento histórico, no "entrecruzamento da macro e da microhistória" (Hilário Franco Junior), é permanentemente hermenêutico, mesmo em face de uma prova material evidente, porque há sempre o que mereça interpretação ou reinterpretação, que podem lançar mão de novos recursos tecnológicos, heurísticos ou ectódicos, possibilitando melhores diagnósticos retrospectivos, atendendo ao que Stephen Bann (*As Invenções da História*, p. 17) chama de "arqueologia da história" ou seja, às suas "estruturas e conexões".

No cipoal terminológico que vimos enfrentando consta, igualmente, títulos como História Eventual e História Serial (em que o evento é caracterizado pela série), que foi tratada por Pierre Chennui, e Metahistória, na fórmula de Hayden White, preocupada com as bases do conhecimento histórico.

François Furet cuida da História Quantitativa, que se impõe pela "elaboração de longas séries de dados homogêneos e comparáveis".

Estuda-se a Cliometria e a História Contrafactual relaciona-se de perto com a História Econômica, mas deve-se cogitar, acima de tudo, de uma ontognoseologia histórica, do ser histórico enquanto pensado, porque é através dela que se pode penetrar, hermeneuticamente, no âmago e na retórica dos fatos.

Norberto Bobbio assevera que apenas a história mais profunda e não a empírica pode "resolver a ambigüidade do movimento histórico" (*A Era dos Direitos*, p. 134).

Álvaro D'ors (in Vallet de Goytisolo, *Las Definiciones de la Palabra Derecho y los Multiplos Conceptos del Mismo*, p. 8) assenta: "El concepto es siempre un ente complejo, susceptible de una expresión comprensiva de elementos y aspectos varios. La definición en cambio no se refiere directamente al concepto, sino a palabra que sirve para representarlo".

Estabelece, pois, limites e importa em exclusão..

Ambos, entretanto, para serem formulados, exigem um trato intenso do objeto sobre os quais versam.

Eis por que a História se nos apresenta como uma análise culturoológica, científica, existencial e dialética, da elaboração do ser, trazida nos documentos e nos elementos sensíveis dos acontecimentos, para uma compreensão sistemática axiológica e teleológica dos fatos humanos em sociedade, através da reflexão hermenêutica, na união dos pensamentos filosófico e histórico que, na visão de Merleau-Ponty (**Elogio da Filosofia**, 3^a ed., p. 70), "defrontam as mesmas dificuldades".

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Jorge d'Escragnolle TAUNAY

I Antecedentes. Diversos fatores influíram nos descobrimentos marítimos levados a efeito pelos portugueses. Em primeiro lugar, sem dúvida alguma, está o fator econômico: todo o movimento de expansão geográfica obedece, antes de mais nada, a um imperativo econômico.

O fator religioso aparece em segundo lugar. Era uma grande mola que movia os homens da Idade Média e princípios da Moderna. O mundo era dividido pelo equador religioso. De um lado, os cristãos; do outro, os mouros. Zurara, cronista do Infante, declara que a expansão marítima portuguesa obedeceu a cinco ordens de fatores: científico, comercial, militar, religioso e ainda ao quinto e último que seria a descoberta do caminho marítimo para as Índias.

Portugal era um país particularmente prejudicado com a dominação dos mares pelos povos mouros. Enquanto alguns povos cristãos faziam a permuta de mercadorias, os portugueses, não tendo matérias primas exportáveis, eram obrigados a comparecer diante do mercado árabe com o dinheiro necessário à compra de mercadorias. Tal modo de comerciar dava “déficit” na balança econômica e é justamente esse país tão prejudicado no comércio que resolve fazer diretamente as suas transações com o Oriente.

A sua posição geográfica facilitou imensamente. Situado à beira do Atlântico, não teve a ameaça do poderio naval dos mouros. Mas, como poderiam os portugueses avançar pela zona equatorial, onde até

então não se acreditava ser possível a vida humana? Foi o ânimo forte e audaz do Infante que, transformando as aventuras da navegação heróica em expedições científicas, consegue com os astrolábios, quadrantes, balestilhas, regimentos e cartas de marear, dar uma maior segurança aos navegantes do Mar Tenebroso.

Com o advento da dinastia dos Avis (1385) a política portuguesa foi definitivamente orientada no sentido do mar, embora já com Sancho I a marinha estivesse muito desenvolvida.

Apareceram então no longo reinado dessa Casa (1385-1580) as duas grandes figuras da epopéia náutica. A primeira e mais significativa foi a do Infante D. Henrique. Nascido de Felipe de Lencastre e de D. João I em 1393, foi sagrado cavaleiro depois da tomada de Ceuta, em que figurou, no ano de 1415. Herdou da mãe o gênio taciturno e frio que tanto caracterizou a rainha. A reserva nas suas maneiras é outro traço fundamental de seu caráter.

Foi o grande empreendedor do cerco do Tanger que se malagrou; daí em diante dirigiu todo o ardor de sua alma inquieta para o mar. Foi governador e protetor da Universidade de Lisboa. Mestre da Ordem de Avís e Governador da Ordem de Cristo. Dedicou a maior parte de sua vida e fortuna aos descobrimentos. É de seu tempo que se fala na criação da Escola de Sagres. Entretanto, a palavra “escola” não deve ser tomada figurando um prédio ou conjunto de prédios, com professores e discípulos. Para verificação da nossa afirmativa é conveniente citar a opinião de João da Rocha no seu livro “A lenda infantista”: “Naturalmente, quaisquer referências à Escola de Sagres só podem ter um sentido figurado, sem correspondência com uma Academia náutica fundada pelo Infante. A ‘Escola’ é o ciclo das navegações inspiradas, dirigidas e custeadas pelo Infante: escola prática cujas aulas foram as próprias galeras e caravelas”.

O Infante, levando com indomitável persistência, a nação portuguesa a empenhar-se na descoberta do caminho marítimo para as regiões por onde andara Marco Polo, no desejo veemente de dilatar a “Fé e o Império”, dissipou o terror dos mares e da zona tórrida, dando o impulso que levou os povos europeus à sua expansão pelo globo. Com os descobrimentos portugueses a marcha da civilização tomou um novo rumo: começou a Idade Moderna.

Foi realmente um esforço notável. Mas seria injusto querer atribuir a um só homem toda essa obra memorável. É uma obra de Portugal. Todos os seus filhos se juntaram para empreender esse movimento. Embora isso não importe em uma diminuição da figura heróica do Infante. Absolutamente: ele foi o cérebro do material humano português. Podemos, entretanto, asseverar que o Infante foi um produto do seu meio e que fora de Portugal a sua obra não se realizaria.

A segunda figura, também impressionante pelo vigor do seu talento e vontade foi a do rei D. João II. Filho de Afonso V, combateu, ainda como príncipe, em Toro e em 1474 foi encarregado dos negócios marítimos do Reino. Foi aclamado rei em 1481. É por muitos acusado de ter abandonado os serviços de Colombo, para achar o levante pelo poente e que deu como resultado a descoberta da América. Não pode ser julgado com tanto rigor. D. João - é de crer - não o rejeitou sem motivo. Mandaria clandestinamente percorrer aquelas quinhentas léguas marítimas por vários pilotos, que efetivamente encontraram terra firme. Eram os Corte Reais, descobridores da Terra do Labrador, e outros nautas discretos e peritos, cujas viagens ficaram em segredo e constituíram, de todo o caso uma decepção. A Ásia dos impérios velhos não estava na latitude das Antilhas. Convém salientar, ainda, que o país havia mais de setenta anos se esforçava por achar o caminho para as Índias seguindo a cabotagem africana, e que, por conseguinte, seria completamente despropositado que D. João gastasse tempo e dinheiro com um visionário que, embora feliz na sua previsão, errou completamente os seus cálculos.

Com José Vizinho, Mestre Diogo Ortiz, etc., continuou a obra iniciada e sistematizada por D. Henrique. Procurou da prática tirar ensinamentos teóricos e, empregando a astronomia à náutica, deu maior segurança à navegação.

É interessante verificar a influência decisiva que tiveram os judeus, perseguidos em Portugal. Proibidos de ter qualquer função pública e exercer as profissões liberais, recolhiam-se, dedicando-se à vida intelectual e auxiliando muito o desenvolvimento da ciência náutica, astronômica e geográfica em Portugal. Além disso, como uma das causas fundamentais dos descobrimentos era o comércio, os judeus, com a sua grande facilidade de movimento e adaptação, muito ajudaram os seu desenvolvimento.

Para provar o que afirmamos, basta citar os nomes de Mestre Jácome, de Maiorca, exímio construtor de bússolas; José Vizinho, que traduzindo do hebraico para o latim o Almanack Perpetuum, de Abraham Zacuto, facilitou o cálculo das latitudes. É a eles ainda que nós devemos o astrolábio náutico, que é a reunião aperfeiçoada dos antigos astrolábios planisféricos e esféricos.

Foi, entretanto, durante o reinado de D. João II, que Cristovão Colombo a serviço da Espanha (sua nacionalidade é ainda controversa, pois portugueses, espanhóis e italianos reclamam a glória de serem seus compatriotas) descobre um continente, que ele presume ser a Ásia.

Portugal que até então tinha o direito sobre as terras descobertas no além-mar, viu-se espoliado de suas prerrogativas. Uma bula em favor da Espanha fora decretada pelo papa Alexandre VI, espanhol de nascimento. D. João II verificou a inutilidade de recorrer à Roma para defender os seus direitos. Os reis católicos de Espanha não querendo novas guerras, pois o povo estava esgotado das lutas contra os mouros, resolveram enviar uma embaixada a Lisboa com o fim de evitar a pilhagem de seus navios.

Em 7 de junho de 1494 foi assinado o Tratado de Tordesilhas que, modificando a doação papal, ampliava os domínios portugueses. Por esse Tratado, todas as terras que existissem a leste de uma linha imaginária situada a 370 léguas da parte oeste do arquipélago de Cabo Verde (ilha de Santo Antão, na opinião de Varnhagen) pertenceriam a Portugal. As terras a oeste dessa linha seriam da Espanha.

Em 1495 morre D. João II, sem ter realizado o seu sonho: a descoberta do caminho marítimo para as Índias, seguindo a cabotagem africana. Faltava pouco. Sucedeu-lhe no trono seu primo D. Manuel I, cognominado o “Venturoso”. Durante o seu reinado foi descoberto o caminho marítimo para as Índias.

Com quatro navios parte Vasco da Gama, em 8 de junho de 1497, dobrando o Cabo da Boa Esperança, “aproam para Moçambique, chegam a Mombaça e à povoação de Melinde, um piloto árabe, prático da navegação daquelas águas, consente em mostrar-lhes a direção de Calicut, no Indostão. Esse piloto, Ahmed bin Madjid, é o providencial intermediário entre as duas civilizações que somente agora se defrontam” (Pedro Calmon). Em 9 de agosto de 1499, Vasco da Gama chega de volta

à Lisboa, onde é recebido com festa esplêndidas. Entusiasmado com os resultados obtidos, resolve D. Manuel enviar uma grande esquadra de 13 navios, armada em guerra e com missões de paz, para assegurar o seu domínio nas Índias.

II. Os tripulantes. A primeira figura dessa expedição é o seu capitão-mór, Pedr'Álvares Cabral, ou Pedr'Alves Gouvea, conforme está escrito nas instruções do rei D. Manuel que lhe davam o comando da esquadra. Filho de Fernão Álvares de Cabral, fidalgo da Casa de Afonso V, foi durante longos anos regedor da justiça das comarcas e correição da Beira e Riba de Côa. Casou-se com Isabel de Gouveia, filha e rica herdeira de João de Gouveia, alcaide-mór do Castelo Rodrigo e com outros grandes domínios na região da Beira. Com o casamento, fundou Fernão Álvares Cabral uma vasta e opulentíssima propriedade.

Não é precisa a data do nascimento de Pedro Álvares; sabe-se que nasceu em Belmonte, aproximadamente entre 1467-68. Pelo lado paterno sua herança não seria grande, porque além dele, existiam mais dez irmãos, dos quais não era o mais velho.

São desconhecidos os seus feitos praticados antes da sua nomeação para comandante da esquadra. Sabe-se apenas que os praticou. Não havendo provas sobre quais foram os seus serviços, é justo presumir-se que foram prestados na África. Baseamos essa suposição em dois argumentos. Primeiro, porque era ali que os fidalgos portugueses na dinastia de Avis se distinguiram por seus feitos. Em segundo lugar, porque a tradição de família o impelia para o continente negro.

Possuidor de apreciável fortuna, Cabral era faustoso amigo do luxo e isso foi, de certo modo, um dos predicados nele encontrados por D. Manuel que queria na Índia um emissário da sua grandeza. Era afável e bondoso, prudente e escrupuloso. Para provar basta citar o fato de que quando os mouros e os naturais assaltaram a feitoria de Calecut, matando Álvares Corrêa e mais sessenta portugueses, Cabral agiu, primeiro com prudência e depois com vigor, embora a afirmativa de Castanheda não seja atualmente aceita pelos historiadores.

Regressando a Portugal em 1501, Cabral não caiu logo no desagrado real. É certo que foi nomeado capitão-mór de nova esquadra, mas não aceitou, porque julgou que as instruções dadas para essa segunda viagem, eram uma diminuição de seus poderes e uma quebra de

sua posição. Recusando-se a aceitar a nova incumbência por ser “homem de muitos primores acerca de pontos de honra”, não alcançou as mercês dignas de seu feito. Portugal era injusto com um dos seus maiores vultos. A História, dando tempo ao tempo, revelou esse grande filho de Belmonte.

Sancho de Toar era fidalgo espanhol que fugiu de sua pátria depois de advento de Fernando e Isabel, pelo fato de ter morto um juiz que condenara seu pai. Um de seus antepassados foi Fernão Sancez de Toar, almirante que no tempo de D. Fernando vencera os portugueses na batalha de Saltes e que combateu em Aljubarrota. Teve um papel importante na esquadra e era o eventual substituto de Cabral. Seu navio, na volta, ficou inutilizado nas costas de Melinde, sendo seus tripulantes distribuídos pelos restantes navios.

Simão de Miranda de Azevedo pertencia a uma nobre família cuja posição foi adquirida depois do advento do Mestre de Avis. Depois da viagem de Cabral, partiu novamente para a Índia em 1512, na esquadra comandada por Jorge de Melo. Foi por esse tempo nomeado capitão-mór de Sofala, onde morreu em 1515.

O mais nobre talvez de todos os tripulantes era Aires Gomes da Silva, descendente del-Rey D. Fuela, de Leão. Um de seus antepassados, Dom Gomes da Silva, foi Alcaide-mór do Castelo de Santa Olaia no tempo de D. Afonso Henriques. Seu pai, Pero da Silva, era entretanto filho bastardo de João da Silva, alferes-mór de D. João I. O seu navio naufragou na passagem do Cabo da Boa Esperança.

Nicolau Coelho, grande capitão que acompanhara o Gama em 1497, tem na esquadra de Cabral um lugar de muito destaque, com seu nome citado por Caminha, o que prova a grande consideração em que era tido. Em 1503 saiu novamente comandando um navio para as Índias, o “Faial” da armada de Francisco de Albuquerque, que, sossobrando na volta, arrastou para o fundo do oceano o homem que dera em vida o melhor do seu esforço para desvendá-lo aos olhos da humanidade.

Henrique Lopes de Mendonça procurou descobrir os ascendentes de Bartolomeu Dias. Não foi feliz. A seu respeito, sabe-se que foi escudeiro e mais tarde recebedor da Casa de Minas. É considerado

como um precursor do Gama e ele de fato o foi. Em 1487 passou a ponta do extremo sul da África, batizando o acidente geográfico com o nome de Cabo das Tormentas. É o atual Cabo da Boa Esperança. Foi quem primeiro verificou ser possível a ida à Índia seguindo a cabotagem africana. Seu feito causou admiração e desde então tornou-se um conselheiro dos negócios marítimos do reino. Foi o construtor dos navios de Vasco da Gama, sendo também um dos seus comandantes. Cabral o tinha em grande consideração e o seu conselho era sempre ouvido com grande interesse e atenção. Não conseguiu chegar às Índias. Uma tempestade, em 24 de maio, afundou a sua nau e Bartolomeu Dias, o descobridor do Cabo Tormentoso encontrou no mar o seu túmulo.

Diogo Dias, irmão de Bartolomeu, foi escrivão da armada de Vasco da Gama, na nau São Gabriel. Feitor em Calecut, quando navegou sob as ordens de Cabral, foi preso por ocasião do ataque à feitoria e só com muito custo conseguiu fugir. Na volta, uma tempestade desgarrou o seu navio e ele, sem rumo, penetrou pelo mar Vermelho, sendo dessa forma o primeiro português a navegar por esse mar. Regressou à Lisboa.

Simão de Pina pertencia a uma rica e nobre família portuguesa. Seu avô, Vasco Anes de Pina, fidalgo da corte de D. João I, recebeu o título de Alcaide-mór do Castelo de Vide. Era primo de Ruy de Pina, o negociador do Tratado de Tordesilhas. Comandou uma das naus perdidas na travessia do Atlântico, perto do Cabo da Boa Esperança.

Pero de Ataíde, ao que parece, era de nobre estirpe e comandava o São Pedro, navio pequeno de 70 toneladas. Na Índia, foi autor de feitos heróicos. Voltando para a sua pátria, teve o comando de um dos navios da segunda expedição do Gama. Subordinou-se aos Sodrés que navegavam por aquelas paragens, tornando-se em seguida o chefe da expedição. Em 1503, quando voltava para Portugal, naufragou nos baixios de São Lázaro, conseguindo alcançar Moçambique, onde morreu.

De Vasco de Ataíde não se conhece a genealogia. É possível que fosse irmão ou parente de Pero de Ataíde, pois os seus nomes são sempre enumerados juntos pelos cronistas. O seu destino também foi trágico. Caminha dá-o como desaparecido na tormenta de 24 de maio de 1500.

De Luís Pires pouco se sabe; sua ascendência é desconhecida. Vítima também da tempestade da noite de 24 de maio de 1500.

Pouco ou quase nada se sabe de Nuno Leitão da Cunha. Barros o chama de cavaleiro, o que é pouco provável que tenha sido.

Gaspar de Lemos foi, na opinião de vários cronistas, o comandante do navio de mantimentos que regressou do Brasil para Portugal, levando a notícia do descobrimento, o que atualmente é aceito por todos os historiadores.

(Transcrito do "Correio da Manhã",
Rio de Janeiro, de 9 de julho de 1944).

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL (Pero Vaz de Caminha)

(...) E assim seguimos nosso caminho, por este mar de longo, até que terça-feira das Oitavas da Páscoa, que foram 21 dias de abril, topamos alguns sinais de terra, estando da dita Ilha - segundo os pilotos diziam, obra de 600 ou 670 léguas - os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, e assim mesmo outras e que dão o nome de rabo-de-asno. E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam fura-buchos.

Neste mesmo dia, a horas de véspera, houve vista de terra! A saber, primeiramente de um grande monte, muito alto e redondo; e de outras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos; ao qual monte alto o capitão pôs o nome de O Monte Pascoal e à terra A Terra de Vera Cruz!

Mandou lançar o prumo. Acharam vinte e cinco braças. E ao sol-posto umas seis léguas da terra, lançamos âncoras, em dezenove braças - ancoragem limpa. Ali ficamo-nos toda aquela noite. E quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos em direitura à terra, indo os navios pequenos diante - por dezessete, dezesseis, quinze, catorze, doze, nove braças - até meia légua da terra, onde todos lançamos âncoras, em frente da boca de um rio. E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas, pouco mais ou menos.

E dali avistamos homens que andavam pela praia, uns sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos que chegaram primeiro. Então lançamos fora os batéis e esquifes. E logo vieram todos os capitães

das naus a esta nau do Capitão-mor. E ali falaram. E o Capitão mandou em terra a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou a ir-se para lá, acudiram pela praia homens aos dois e aos três, de maneira que, quando o batel chegou à boca do rio, já la estavam dezoito ou vinte.

Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel. E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. Mas não pôde deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente arremessou-lhe um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça, e um sombreiro preto. E um deles lhe arremessou um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas, como de papagaio. E outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas, miúdas que querem parecer de aljofar, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza. E com isto se voltou às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar.

À noite seguinte ventou tanto sueste com chuvaceiros que fez caçar as naus. E especialmente a Capitaina. E sexta pela manhã, às oito horas pouco mais ou menos, por conselho dos pilotos, mandou o Capitão levantar âncoras e fazer vela. E fomos de longo da costa com os batéis e esquifes amarrados na popa, em direção norte, para ver se achávamos alguma abrigada e bom pouso, onde nós ficássemos, para tomar água e lenha. Não por nós já minguar, mas por nos prevenirmos aqui. E quando fizemos vela estariam já na praia assentados perto do rio obra de sessenta ou setenta homens que se haviam juntado ali aos poucos. Fomos ao longo, e mandou o Capitão aos navios pequenos que fôssem mais chegados à terra e, se achassem pouso seguro para as naus, que amainassem. (...)

(**Carta a El-Rei de Portugal**, ed. de Leonardo Arroyo, pp. 44-46. São Paulo, Melhoramentos, 1976).

A RIQUEZA DE SEVILHA (ALONSO MORGADO)

Se tivéssemos a intenção de tratar da grande riqueza de Sevilha, não saberíamos por onde começar nem por onde acabar, porque ela é a grande cidade mais rica, mais florescente em negócios e em mercadorias de toda a Europa e que comunica com todas as partes do mundo, particularmente com as Índias Ocidentais, cujo comércio é tão grande que Sevilha pôde ser a única a gozar do privilégio pelo qual nenhum navio pode voltar das Índias sem que as suas cargas de mercadorias sejam descarregadas em Sevilha. Do seu porto partem para as Índias barcos protegidos por armadas, carregados de tantas mercadorias que é impossível calcular-lhes o valor.... Das Índias... chegam a Sevilha tesouros de prata e de ouro das suas minas em tal abundância que os seus preços baixaram. É um espetáculo admirável ver, quando um navio chega, os carros puxados por quatro bois transportando a imensa riqueza de ouro e de prata nas ruas íngremes que sobem do Guadalquivir para a Casa da Contratação... É também, maravilhoso ver a grande riqueza de muitas das ruas de Sevilha, onde se encontra tudo o que há de belo e de curioso da Flandres, da Grécia, de Gênova, de França, da Itália, da Inglaterra, da Bretanha, das regiões mais setentrionais e das Índias de Portugal. As riquezas de ouro, de prata, de pérolas, de cristais, de pedras preciosas, de esmaltes, de corais, de sedas de todas as espécies, de brocados, dos tecidos mais finos e de vestuário são tão grandes... que à noite as portas são fechadas à chave.

(Morgado, Afonso - **História de Sevilha**, séc. XVI. Apud Freitas, Gustavo de - **Novocentos textos e documentos de História**. Lisboa, Plátano, (1976).

MEMÓRIA CAMPINEIRA

AS TRÊS CAMPINAS

Benedito Barbosa PUPO

Na densa mata que se situava entre Jundiáí e Mogi-Mirim, cortada pelo “caminho dos Goiazes”, aberto em 1721, havia três áreas cuja cobertura florística era constituída de vegetação rasteira, o que determinou a denominação de “Campinas do Mato Grosso”. Eram necessárias quatro jornadas para transpor essa mata, o que obrigava os seus usuários a pernoitarem em pontos escolhidos.

Os itinerantes que por aqui passavam escolheram para pouso na região uma das campinas que se situava na margem do córrego hoje denominado Proença. Depois de utilizarem a campina eleita durante algum tempo, os viajantes optaram por outra, situada a sudeste, no local onde, em 1774, se iniciaria o núcleo urbano fundado por Barreto Leme, por determinação do governador da Capitania, Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus. Com tal mudança de local, o local primeiramente usado como pouso, passou a ser conhecido como “Campina Velha”, o que gerou um equívoco entre os primeiros historiadores de Campinas.

O ponto, agora comprovado como o verdadeiro início do núcleo urbano, que deu origem à metrópole campineira, situava-se na segunda campina, à margem do córrego do Tanquinho.

Até o início da década 1971/80, falava-se e escrevia-se muito sobre a “Campinas Velha”, referindo-se ao pseudo local da origem da cidade. Com a possibilidade de consulta às fontes primárias da história de Campinas, o equívoco pôde ser corrigido. Foram fundamentais para essa correção os manuscritos do Margado de Mateus,

encontrados no Arquivo do Estado e na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. No acervo do primeiro, estão à disposição dos pesquisadores, os atos do governador da Capitania ordenando a fundação na nova povoação e nomeando Barreto Leme como fundador, diretor e administrador do núcleo urbano a ser implantado em sítio da melhor conveniência.

Um exame sob o ponto de vista lingüístico nos leva logo a pensar que possivelmente os que primeiro registraram o fato histórico da fundação de Campinas, acrescentaram ao substantivo “campina”, um “s”, resultando o erro gramatical de concordância do adjetivo “velha” com a palavra à qual qualifica. Daí, a interpretação de que houve um núcleo urbano conhecido como “Campinas Velha”. Essa errônea concepção perdurou por muitos anos, até que, nas proximidades do segundo centenário da fundação da cidade, se comprovou, com documentação de fontes primárias, ter sido o núcleo urbano (marco inicial da cidade) implantado na “campina” situada a sudeste do que tinha sido o local primeiramente utilizado pelos itinerantes para pouso.

Assim, a expressão “Campinas Velha” como os antigos cronistas referiam-se à campina que primeiramente serviu de pouso aos itinerantes, é um mito criado por uma falsa interpretação da expressão “campina velha”, pois nesta não houve nenhum aglomerado urbano que justificasse a expressão, usada com relação à inexistente “Cidade Velha”.

(De um artigo publicado originalmente no “Diário do Povo”)

N. da R. Cumpre-nos informar aos leitores eventualmente interessados neste assunto que os documentos do Morgado de Mateus a que o autor se refere como existentes no Arquivo do Estado e na Biblioteca Nacional, estão atualmente reproduzidos em outras publicações, inclusive esta própria, em seu nº 59, de 1974, comemorativo do bicentenário de Campinas. E já o haviam sido, antes, reproduzimos na “Monografia Histórica de Campinas”, publicação do IBGE, de 1952.

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

ROCHA POMBO (1857-1933)

As novas gerações praticamente não o conhecem. Seus livros não mais se reeditam e certamente sua visão da História não mais atenderia ao que hoje se procura nos estudos históricos. Seria, assim, no consenso comum, um autor ultrapassado (se é que haja algum autor a quem sinceramente se possa atribuir tal qualificativo). No entanto, nem sei quantas gerações de brasileiros encontraram nos seus livros o que conseguiram saber sobre a nossa História. Seus livros didáticos ou paradidáticos foram realmente os mais adotados durante muitos anos e eram realmente os lidos com mais gosto. Porque Rocha Pombo não se dedicou apenas à História. Foi pelo Jornalismo e pela Literatura que começou. Andrade Murici, em seu livro sobre o movimento modernista no Brasil coloca-o entre as figuras capitais dessa corrente literária.

José Francisco da Rocha Pombo nasceu na cidade paranaense de Morretes aos 4 de dezembro de 1857 e na sua cidade viveu até 1880, lecionando e publicando seus primeiros trabalhos literários. Transferiu-se para Curitiba, onde publicou, em 1882 seu primeiro livro **A honra do Barão**, que foi transcrito em folhetim num jornal de Montevidéu. A esse primeiro livro seguiram-se **Dadá** e **A supremacia do ideal**, ambos de 1882, e **A Religião do Belo**, que é do ano seguinte. Residiu algum tempo em Castro, onde editou o semanário "Eco dos campos". De volta a Curitiba, teve intensa participação na vida da cidade e do Estado, inclusive como deputado; nesta qualidade, trabalhou muito pela criação de uma Universidade no Paraná, mas só em 1912 a idéia, graças aos esforços de Nilo Cairo e Vitor do Amaral, tomou corpo, tornando-se assim Curitiba a primeira cidade brasileira a ter uma Universidade.

Em 1897 mudou-se para o Rio de Janeiro, onde viveu até o seu falecimento, em 1933. Na então Capital Federal ligou-se ao grupo

simbolista (constituído de muitos coestaduanos seus) e também aos grupos socialistas, o que constituiu um traço significativo de sua personalidade. Diplomou-se pela Faculdade de Direito e iniciou a publicação de suas numerosas obras históricas: em 1900, a **História da América e O Paraná no centenário**, talvez seu melhor trabalho histórico. Mas, não abandonou a literatura, pois data de 1905 **No Hospício**, considerado pela crítica sua melhor obra literária.

Data de 1911 sua **História de São Paulo**, que alcançou várias edições, tendo sido adotaða oficialmente nas escolas públicas paulistas. Nessa mesma orientação, de “resumos didáticos”, publicou uma **História do Brasil**, largamente utilizada nas escolas, e também uma **História do Rio Grande do Norte** e, bem mais tarde (1930), uma **História do Paraná**.

Em 1907, empreendeu a elaboração de uma vasta **História do Brasil**, que compreendeu dez alentados volumes, e cuja publicação só foi ultimada em 1917. Sua obra não foi bem recebida pela crítica e pelos demais historiadores que nela viram apenas um trabalho de compilação, embora muito bem feito, mas sem nada de original, pois Rocha Pombo não era dado a pesquisas arquivais, consideradas hoje fundamentais para qualquer trabalho histórico. Além do mais, a obra foi muito prejudicada graficamente, o que levou o próprio autor a preparar uma edição abreviada, em cinco volumes, que, aliás alcançou duas edições, mas prejudicados, pois deles foram suprimidas as notas que, na realidade, era o que valorizava a edição original.

O saudoso historiador paranaense Brasil Pinheiro Machado, assim se refere à obra de seu coestaduanos: “**A História do Brasil** de Rocha Pombo é uma longa meditação sobre os trabalhos de história nacional escritos por muitos historiadores, cronistas, pesquisadores. Repete, em milhares de páginas o quadro factual da historiografia de Varnhagen, mas coloca os grandes temas da história social brasileira, temas que seriam retomados pelos historiadores sociais desde a década de 20 até nossos dias. Não que estes historiadores sociais tenham lido a **História** de Rocha Pombo. Ele nunca é citado nem nunca foi criticado em crítica científica. Sua obra foi realmente encerrada no silêncio imposto pelo prestígio de Capistrano de Abreu e de seus continuadores.

E quando o fascínio científico da história positivista se diluiu, já sua obra parecia desatualizada, embora seus temas adquirissem grande atualidade.

O próprio Rocha Pombo vai se autocriticando na seqüência dos doze anos de trabalho para escrever sua **História**. Os últimos volumes são mais ordenados, neles o leitor sente mais presente as suas grandes dúvidas e sua crítica é mais livre das influências que quase o assoberbaram nos primeiros volumes. Ao escrever o último capítulo do nono volume (que é realmente o último, porque o décimo volume é um conjunto de documentos sobre a primeira década da República), Rocha Pombo olha melancólica e saudosamente para os onze anos passados, sugerindo que tinha vontade de reescrever toda aquela história. Mas se o fizesse, não seguiria aquele caminho que tinha seguido, que foi o já trilhado na grande historiografia de Vernhagem. Seguiria outro, o de uma explicação da história de um povo no seu aspecto sempre presente de um processo de criação constante. Não seria mais método da narrativa, mas pela determinação e análise dos processos fundamentais pelos quais o povo brasileiro criou sua civilização”.

Quando, há pouco, escrevemos que nenhum dos livros de Rocha Pombo havia merecido reedição recente, cometemos um lapso: em 1980 reeditou-se pela Editora José Olympio, em convênio com o governo do Estado do Paraná, o livro de 1900, **O Paraná no centenário**. O “centenário”, a que se refere o título é o quarto centenário do descobrimento do Brasil. Em geral, quando se emprega apenas a palavra “centenário”, sem qualquer especificação numérica, supõe-se o primeiro. Daí, muita gente menos avisada ter pensado que o título do livro de Rocha Pombo deveria referir-se ao centenário da Independência.

Essa reedição do precioso livro, já se disse talvez a melhor obra do historiador no campo da historiografia, traz uma excelente introdução do já citado Professor Brasil Pinheiro Machado, da qual extraímos o seguinte conceito sobre a obra:

“Nesse livro tão significativo Rocha Pombo recorda a cultura popular, os modos de trabalho da população, os folguedos das classes populares, a criação e o desenvolvimento da cultura intelectual, o caráter das lutas políticas pelo poder local, a renovação social ocasionada pela imigração européia, a construção das estradas de ferro, o sistema

de educação, as bibliotecas, os teatros. O resultado é o retrato de corpo inteiro de uma sociedade provinciana com cultura própria, como houve em tantas partes do Brasil, antes que as sociedades locais se transformassem em periferia de centro cultural e político abstrato.”

No seu último ano de vida, teve Rocha Pombo a glória de ser eleito para a Academia Brasileira de Letras, na vaga de Alberto de Faria, mas, infelizmente não chegou a tomar posse, pelo seu estado, que lhe causou a morte, em 26 de junho de 1933.

Lembramos, para encerrar, que de **O Paraná no centenário** foram extraídos os excertos da “Seleta”, que segue esta nota

BIBLIOGRAFIA DE ROCHA POMBO

- A Honra do Barão. 1881.
- A supremacia do ideal. 1882
- Dadá. 1882.
- A Religião do Belo. 1883
- Nova crença. 1889.
- A Guaíra. 1891.
- Petruccello. 1892.
- Visões. 1892.
- In Excelsis. 1895.
- Marieta. 1896.
- História da América. 1899.
- O Paraná no centenário. 1900.
- O grande problema. 1900.
- No Hospício. 1905.
- Contos e Pontos. 1911.
- Nossa Pátria. 1914.
- Dicionário de sinônimos. 1914.
- História do Brasil, 10 volumes 1907-1917.
- História de São Paulo. 1918.
- Notas de viagem. 1918.
- História do Brasil. 1921.
- História do Rio Grande do Norte. 1922.
- Instrução Moral e Cívica. 1922.
- História do Paraná. 1930.

O volume VI, da série “Autores e Livros”, suplemento literário de “A Manhã”, do Rio de Janeiro do dia 5 de março de 1944, foi quase todo dedicado a Rocha Pombo, com números escritos de sua lavra, quase todos extraídos de revistas do Rio de Janeiro.

SELETA

TERRA DE VERA CRUZ! - COLONIZAÇÃO DO BRASIL

Rocha POMBO

D. João II, o rei sábio, e os sábios de sua corte tinham recebido em Lisboa, acabrunhados de inveja e de espanto, o glorioso almirante, que havia pouco por ali andara, a oferecer à pátria de D. Henrique a mais opulenta das heranças que uma nação jamais recebera do destino. Pode-se fazer uma vaga idéia do imenso despeito com que Portugal via aquela surpreendente fortuna que lhe escapara das mãos passando ali para a sua vizinha da península. Não estão de acordo os cronistas quanto ao modo como na capital do reino fora Colombo acolhido, assegurando uns que D. João muito se empenhara por conquistar o grande almirante, oferecendo-lhe honras e proveitos excepcionais se quisesse servir a coroa portuguesa; outros, que Colombo foi recebido com certa dissimulação dos ciúmes que a sua obra gerara no ânimo de toda a corte; e ainda, que, longe de apresentar-se modestamente, o almirante portou-se com orgulho e arrogância mesmo na presença do rei, chegando a lançar-lhe em rosto o erro de lhe haverem negado os recursos que solicitara para o gigantesco empreendimento. É de crer mesmo talvez que a tempestade, que o obrigara a buscar abrigo no Tejo, lhe saísse muito a propósito, primeiro que tudo para ter aquele gosto de aparecer, de volta do Novo Mundo, naquela mesma corte que o ridicularizara e repelira; e depois, para levar ao rei português, se não uma queixa formal, pelo menos uma notícia de quanto havia, ele almirante, estado em risco de sofrer de Castanheda nos Açores. Afirma-

se mesmo que se chegou a aconselhar com insistência ao rei (e que muito se falou disto na corte) que aproveitasse a ocasião de fazer matar a Colombo; mas que D. João preferiu reprimir todo o seu despeito; e isto quem sabe se mais despeitado ainda com a sabença dos conselheiros que o haviam induzido a desgostar Colombo. Pois, o que é indubitável é que D. João sempre via mais que os sábios de sua corte, e que por isso, apesar da prova que se havia com perfídia tirado do projeto de Colombo, o soberano queria muito aproveitá-lo em serviços da pátria. Tanto assim que quando Colombo, desiludido e desesperado, deixou Lisboa secretamente, o próprio D. João escreveu-lhe pedindo com instâncias que voltasse confiante e certo de que tudo se lhe faria ainda de que nada teria a temer por "nenhuma coisa, ora seja civil, ora criminal, de qualquer qualidade..." (...naturalmente por algum excesso a que o tivesse impellido a revolta contra a ignorância e a má fé de que fora vítima).

D. João, portanto, sentiu que tinha motivos para invejar a imensa fortuna da Espanha, mas não para odiar a Colombo. Assim que este prosseguiu para Barcelona (onde então se achavam Fernando e Isabel) convocou o rei português os seus conselheiros, e depois de lhes exprobrar toda a culpa do erro cometido, sugeriu e aventou a idéia de um projeto tendente a salvar o que fosse possível daquele desastre. Resolveu-se organizar logo uma expedição, nomeando-lhe o Rei por chefe o grande Almeida, mais tarde o verdadeiro fundador do império lusitano na Ásia. Esta expedição, entretanto, não se efetuou, porque os dois soberanos, que então conquistavam os mares, entraram em acordo para arreamento dos seus respectivos interesses, mediante a intervenção do papa, como já se havia feito por diversas vezes. Alexandre VI deu, pois, uma nova Bula (4 de maio de 1493) determinando que se considerasse a terra como dividida em duas partes por uma linha traçada de pólo a pólo e a cinco graus a O. da mais ocidental das ilhas dos Açores e que ficassem pertencendo a Portugal as terras que fossem descobertas em toda a porção oriental e à Espanha as que o fossem no hemisfério oposto. D. João não ficou satisfeito com semelhante solução, e isso queria dizer claramente que o seu intuito era perseguir para o Oeste a fortuna da Espanha... sim, porque dentro dos limites traçados pela bula papal ficavam todas as ilhas já descobertas no Atlântico, mesmo as mais afastadas da costa africana. O Príncipe Perfeito, portanto, faleceu

legando a seu primo D. Manuel aquela idéia, que se tornara obsessão no seu espírito. D. João já havia mesmo conseguido que a Espanha - alarmada com os intentos que observava da parte dos portugueses - acedesse, pelo tratado de Tordesilhas (1495) em arredar mais cerca de 15 graus para o Ocidente os limites assinados aos domínios de Portugal.

No mesmo ano, D. Manuel tomava a responsabilidade daqueles grandes ideais, daquela causa preexcelente que D. Henrique havia criado e que D. João continuara com tanta perseverança e firmeza. A História faz justiça ao espírito de D. Manuel: em 25 anos de reinado o monarca "venturoso" completou a obra de seu predecessor no Oriente e realizou para o rumo oposto o que D. João havia sonhado. Assim que subiu ao trono, D. Manuel tomou medidas sobre as Índias, organizando uma grande expedição destinada àquelas partes da Ásia, onde as lendas correntes anunciavam riquezas fabulosas. Esse cometimento foi de tal importância para a nação que parecia compensar-lhe o desgosto de haver perdido aquela glória imensa que fora abandonada à Espanha pelo emperramento da corte e pela ignorância dos sábios de D. João II.

Com Vasco da Gama, Portugal ascendia ao auge da sua fortuna e da sua glória nos mares. Naquele momento, o nome português era o mais ilustre na terra e a monarquia, a mais dilatada nas três partes do antigo continente.

Mas não era só o caminho marítimo das Índias pelo Oriente a preocupação dominante, como já se disse, naquele notável ciclo da história portuguesa; e sem esquecer, portanto, o rumo aberto para a Ásia, D. Manuel sentia-se também dominado do pensamento de assegurar para o Ocidente, e nos limites da bula pontifícia, a parte que a Portugal pudesse porventura tocar na partilha do Novo Mundo, de cujas proporções não se fazia ainda uma idéia; pois entre os marítimos do tempo persistia o intento de desvendar, Atlântico afora, todo o infinito desconhecido que Colombo abrira aos heroísmos daquela época.

Em nossos dias, está lançada outra vez, como a mais notável controvérsia da nossa história, a casualidade tradicional do descobrimento do Brasil. Parece que ainda ultimamente se publicou um ligeiro estudo (estudo que infelizmente não conhecemos) no qual o seu autor, segundo nos disseram críticas da imprensa, discute com vantagem a questão, sustentando que Cabral trazia o propósito de explorar estes mares. Não

sabemos até que ponto se pode ter como positiva a demonstração de semelhante tese. O que, porém, quer nos parecer que não deixa absolutamente lugar a dúvidas é que não foi por um mero acaso que a poderosa frota portuguesa chegou à vista de terras na América. Bem ponderadas as notícias e as opiniões dos cronistas e dos historiadores, o que é perfeitamente admissível é que, partindo para as Índias, onde ia firmar o domínio português, Cabral recebesse instruções reservadas do seu soberano, para afastar-se da África, ao menos até os limites convencionados com a Espanha. Assim, não só evitar-se-iam as calmarias do golfo de Guiné, como ainda se teria ocasião de conhecer esta parte do Atlântico, onde se acreditava haver muita coisa por descobrir e assegurar para a Monarquia.

Isto é o que parece incontestável e o que se vê bem discutido e bem amparado de documentos, numa dissertação feita em 1850 e perante o Instituto Histórico pelo nosso laborioso e benemérito Norberto de Souza.

Pondo de lado, entretanto, a controvérsia, acompanhemos a expedição de Cabral, até o momento em que chegou ela à vista da "terra nova que depois se chamou Brasil".

D. Manuel, como era uso naqueles tempos, quis dar um aparato descomunal às cerimônias da partida da frota. Na capela do mosteiro de Belém, então ainda em obras, fez celebrar officios solenes, a que assistiram os grandes da corte. El-Rei teve junto de si, durante toda a missa, o chefe da frota. No meio de silêncio augusto e da comoção geral, subiu ao púlpito o bispo Ortiz e produziu uma oração eloqüentíssima e edificante, exaltando os méritos de Cabral e abençoando o heroísmo daqueles que por amor da fé e da sua pátria iam afrontar os mares. Recordou-lhes exemplos de antepassados e terminou por uma súplica patética ao Céu, para que a bom porto guiasse os navegantes. Acabada a missa, benzeu o bispo o estandarte real e o chapéu que o papa tinha mandado ao almirante e que El-Rei com suas próprias mãos colocara na cabeça de Cabral. Dirigiram-se todos em seguida, a pé, para o cais, indo Cabral a par de El-Rei levando o estandarte, onde se desenhava (assim como nas velas das naus) a cruz da Ordem de Cristo. Em todo o percurso, do mosteiro até a margem do Tejo, a imensa multidão não cessara de aclamar a El-Rei e os novos heróis que iam levar a fama da pátria aos

confins da terra. Lisboa naquele dia sentiu alvoroços desusados e por todas as localidades do reino a notícia do acontecimento passava como um grande verbo a exortar para a vida a alma renascente da velha Lísia.

"Lisboa apresentou então diz Norberto de Souza, um desses espetáculos faustosos que poucas vezes oferecem os povos, em que as lágrimas e soluços da saudade se misturavam com os risos e vivas que retumbavam nos ares em aclamações".

Quando Cabral, de joelhos, descoberto, empunhando o estandarte da cruz, beijava a mão a El-Rei, e erguendo-se em seguida com um vasto olhar estendido pela massa enorme, dirigia, abalado de profunda comoção, o supremo adeus à gente que ficava, o peito português ali formado por aquela multidão de peitos vibrou num imenso clamor solene como prece de nação num êxtase da sua fé. Sob o troar de aclamações e de trombetas ruidosas que enchiam os ares de solenidade, o almirante e seus oficiais, acompanhados da "flor daquela mancebia juvenil", embarcaram junto ao cais caminho das naus, "coalhando nesse momento as águas do Tejo um sem-número de batéis, cheios de gente e de bandeiras e flâmulas".

Era 9 de março de 1500. A frota tomou rumo do Sul e até as ilhas Cabo Verde pouco se afastou da costa africana. Alguns dias depois, próximo já aquele arquipélago, sofreu a expedição uma violenta tempestade, sendo as naus forçadas a abrigar-se numa das ilhas, São Tiago ou São Nicolau. Ali esperou-se dois dias uma das naus que se havia transviado e como esta não aparecesse até 25 de março, deliberou o almirante prosseguir em sua viagem, "tomando porém agora o rumo do Ocidente". É provável que singrasse nessa direção por alguns dias, mudando logo para o Sul ou Sudoeste; até que a meados de abril começaram a ter vagos sinais de terra. A 21, os indícios tornaram-se evidentes, e a 22 (uma quarta-feira) à tarde, avistaram costas. Cabral supôs que tinha diante de si uma grande ilha, das "muitas que para estas bandas havia Colombo descoberto"... sim, porque na Europa, até aquele momento só se tinha notícia das poucas das Antilhas que Colombo visitara nas suas primeiras viagens.

Ah! que se Cabral soubera, naquele instante em que pôs pé neste solo, que tinha acrescentado todo um hemisfério ao mundo

português, com que tumultos de alma teria feito ecoar ali a sua saudação à TERRA DE VERA CRUZ!

*

D. MANUEL não poderia mesmo de pronto fazer uma idéia da importância do descobrimento que Cabral acabava de anunciar-lhe. O próprio almirante prosseguira na sua viagem para o Oriente, persuadido de que não era mais que uma ilha a terra onde plantara ao lado da cruz o padrão do domínio português. Ao notificar às potências aquela nova posse com que acrescentava o seu já vastíssimo império marítimo, D. Manuel fazia sentir que o “achamento daquela terra foi providencial” pois serviria de estação e abrigo para as caravanas que se destinassem aos mares do Oriente.

Uma razão talvez mais poderosa do que este deficiente conhecimento da extensão como do valor da terra descoberta, razão a que se deve, mais do que a outra qualquer, atribuir a pouca solicitude com que se tratou de conhecer e explorar o novo domínio, foi irrecusavelmente a preocupação dos altos interesses a assegurar na Ásia.

Só depois que teve uma notícia mais exata do descobrimento e que se convenceu de que a suposta ilha de Santa Cruz era um continente tão vasto como a África talvez, é que Portugal começou a volver suas vistas para as novas paragens. Assim mesmo, durante mais de vinte anos, as expedições enviadas a esta parte dos domínios do ultramar, ou não traziam positivamente intuits de colonizar o país, ou, se traziam tais intuits, nada puderam fazer. Algumas dessas expedições limitaram-se a reconhecer parte das costas.

D. Manuel faleceu, portanto, sem saber o que valia a herança que o seu reinado legava a seu filho e sucessor. O que despertou no ânimo do governo português a idéia de curar com mais empenho dos altos interesses da monarquia nesta parte do mundo colonial, foi sem dúvida o alarma da metrópole ante pretensões de outras potências, que de sua desídia se queriam aproveitar para fazerem insidiosamente conquistas no Atlântico. Desde que se teve notícias de que navios, franceses principalmente, visitavam costas do Brasil, D. João III deliberou

tomar providências enérgicas no intuito de assegurar a posse definitiva das novas terras e ao mesmo tempo de nelas estabelecer colônias. Começou incumbindo MARTIM AFFONSO de fundar os primeiros estabelecimentos (1530), de explorar, ou pelo menos reconhecer todo o país, indicando ao governo as medidas que julgasse mais acertadas. Martim Affonso percorreu grandes extensões da costa até o rio de Solis* e teve ocasião de convencer-se de como eram fundadas as apreensões que dominavam o espírito da metrópole contra intentos de outros governos europeus. Martim Affonso procurou de um golpe de vista adquirir informações que o autorizassem a fazer uma idéia das proporções do país. É de crer mesmo que, depois de estabelecido em S. Vicente, tratasse de fazer para o Norte os indispensáveis reconhecimentos. Em S. Vicente, fundou Martim Affonso a primeira povoação¹ portuguesa no Brasil; e firmada aquela base de todo o serviço de explorações, subiu a serra do Mar e foi estabelecer no meio dos belos campos de Piratininga um outro núcleo, em magnífica paragem, mais rica de elementos e de horizontes mais amplos. De Piratininga, Martim Affonso expediu para o interior das florestas alguns bandos de aventureiros; dos quais, entretanto, poucos proveitos recolhia, porque quase sempre tais expedições eram destroçadas pelos indígenas ou perdiam-se na imensidão do continente. De uma dessas maltas de batedores de florestas,² sabe-se que chegou a atravessar os sertões de Piratininga até o Peru, desaparecendo afinal sem que nunca mais se tivesse notícia positiva do seu destino.

Martim Affonso foi incontestavelmente um servidor operoso que teve a colônia; mas via-se tolhido, na sua ação, pela escassez de recursos materiais e pela deficiência de colonos. Pelas informações que dava ele à metrópole, compreendeu esta que primeiro que tudo cumpria autenticar por ocupação efetiva a posse do imenso litoral, tomando-se ao mesmo tempo medidas seguras tendentes a fazer-se o reconhecimento ao menos do interior do país. A criação das DONATARIAS não deu o resultado que se esperava. Em regra, os donatários não dispunham de meios para empreenderem a colonização e o aproveitamento de enormes

(*) SOLIS (Juan Diaz de), navegador espanhol do séc. XVI. O rio de Solis é o rio da Prata, por ele descoberto em 1512 e explorado em 1515 (NR).

(1) Se bem que, segundo alguns cronistas, já muito anteriormente havia Chr. Jacques fundado uma feitoria para o Norte. Esta, entretanto, não vingou.

(2) A comandada por um Aleixo Garcia, ou Diego Garcia.

regiões, é verdade que riquíssimas de elementos, mas onde era necessário exercer esforços perseverantes contra o selvagem, fazer, à custa de grandes sacrifícios, o povoamento do solo e a organização do trabalho, em condições tão especiais - problemas esses formidáveis, que só o sistema da Holanda e da Inglaterra devia mais tarde resolver, por meio da ação coletiva de capitalistas, associados ao interesse legítimo e ao esforço vitorioso dos colonos. Na América do Norte é incontestável que as grandes companhias de comércio e colonização, fartas de recursos próprios e amplamente amparadas pelos governos das respectivas metrópoles, fizeram tudo que o donatário aqui, isolado e sem recursos, foi incapaz de fazer. Umas duas ou três das donatárias, como as de S. Vicente e de Pernambuco, apresentaram sempre alguma coisa em três ou quatro anos; mas na sua maioria ficaram de todo intactas, à espera ou à mercê do primeiro ocupante.

Desiludido de tal providência, D. João III resolve que se volte à colonização diretamente oficial, unificando a administração e governo de todas as feitorias sob a autoridade de um só governador para todo o domínio. Este sistema foi o definitivo. Ainda assim, o povoamento das regiões marítimas e a exploração do interior eram sempre feitas muito lentamente em quase todas as zonas. A falta de colonos era o maior embaraço com que lutavam sempre os governadores gerais.

Foi em princípios do século XVII que se começou a fazer um como verdadeiro êxodo para o Brasil. Até então, os que vinham para a América eram meros aventureiros, atraídos pelas lendas que naqueles tempos andavam escaldando as imaginações em toda a Europa. Tais aventureiros, em regra, não se fixavam no solo eram ondas que se sucediam e cuja mobilidade só deixava como vestígio o estrago e a desordem de avalanches que passam.

A época da colonização do país por imigrantes espontâneos pode-se dizer que começou pelos fins do século XVI, quando Portugal perdeu a sua nacionalidade. Os portugueses da península dir-se-ia que continuavam a entender que o Brasil era sempre a colônia antiga, um como pedaço da mãe-pátria sobrevivente na alma de cada filho, e que o domínio detestado dos FILIPES não transpunha os mares. Esta terra

então ficou sendo o seguro refúgio de todos os oprimidos pela prepotência da Espanha. E quem sabe se não tem esta filiação histórica o amor que sempre teve o português por esta terra! Das próprias ilhas dos Açores da Madeira, de Cabo Verde, vinham para o Brasil muitas famílias, convencidas de que na Nova Lusitânia não era o espanhol quem dominava e de que, portanto, aqui encontravam a velha pátria viva e renascente. O próprio governo de Madri compreendeu logo que a situação da vasta colônia, o estado de espírito geral que em questão alguma se dissimulava, não lhe permitiam considerar como domínio seu propriamente as terras do Brasil. E tanto assim que na indiferença com que tratava as coisas da colônia, o governo espanhol parecia revelar o intuito de ir deixando aos portugueses a responsabilidade de uma verdadeira autonomia na direção de seus próprios destinos. Essa indiferença chegou a ser uma completa desídia, pois não se limitou a evitar o mais possível o contrabalanço do elemento português pela imigração espanhola; foi ao ponto de abandonar as nascentes povoações ao assalto e invasão de intrusos. Quando Portugal restaurou a sua soberania, o Brasil que havia sofrido, mas que se tinha conservado sempre digno durante sessenta anos de vassalagem, estava em colisão armada e tremenda com os usurpadores do seu território.

A restauração da monarquia veio, pois, encontrar o Brasil altivo e forte pelo seu espírito de independência e pela coragem de que dera exemplos na heróica luta contra a invasão estrangeira. Daquela época em diante, Portugal deixava quase de ser a nossa metrópole, porque o Brasil passava a ser o fundamento mais sólido da monarquia, a base do seu poderio e da sua riqueza. E tanto isso é verdade que a guerra aos holandeses continuou a ser feita não obstante as ordens em contrário que vinham de Lisboa.

Data, portanto, dessa época o encaminhamento definitivo da colonização do Brasil. Só dali por diante é que se explorou o país para o Norte até os confins com a Guiana, estabelecendo-se para o interior a ação da catequese e lançando-se os fundamentos da administração naquela parte. Também daqueles tempos datam as explorações dos sertões de Minas, S. Paulo e Goiás, até onde as bandeiras formidáveis dos paulistas começavam a devassar o arcano das imensas paragens centrais.

Começava assim para a economia da colônia a fase da riqueza caracterizada pela criação da indústria extrativa, com a descoberta das grandes jazidas, fase que logo se completou pelo incremento das indústrias pastoril e agrícola e pela divisão ou apropriação privada do solo.

(**O Paraná no centenário**, pp. 24-32.
Segunda edição. Rio de Janeiro, José
Olympio, Curitiba, Secretaria da
Cultura do Estado do Paraná, 1980)

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas)

354. À MEMÓRIA DE UM HISTORIADOR MINEIRO

O falecimento no início de dezembro do ano passado de Waldemar de Almeida Barbosa abriu um claro nos quadros da historiografia mineira, e mesmo brasileira, pois muito de suas preocupações nos domínios da pesquisa histórica transcendia dos quadros regionais para uma busca mais ampla e quase completa de temas que interessassem à própria historiografia brasileira.

Confrades que éramos, tanto no Instituto Histórico Brasileiro como no de Minas Gerais, nosso convívio, contudo, foi mínimo, pois creio que uma só vez nos encontramos - e isso há muitos anos - num Congresso de História na capital mineira. Mas, mantivemos uma razoável correspondência e nunca deixou ele de me brindar com seus trabalhos e, mais ainda, freqüentes vezes colaborou com valiosos artigos em “Notícia Bibliográfica e Histórica”, publicação da PUC-Campinas. Talvez mesmo seu último trabalho tenha sido acolhido por essa revista - “Equívocos sobre Tiradentes” - que provavelmente ele próprio nem tenha chegado a ver.

Aliás, diga-se de passagem, Tiradentes e a Inconfidência Mineira eram seus temas prediletos, numa série preocupação de levantar novos problemas e principalmente corrigir o tanto que se diz e escreve, no Brasil todo, sobre esses temas tão caros⁴ aos mineiros, como aos brasileiros em geral. Estava sempre a par do que se publicava sobre o assunto tanto no Brasil como em outros países. E mesmo que se tratasse de aspectos polêmicos de qualquer evento histórico - e existirá algum que os não possua? - sempre soube deles cuidar com seriedade, elegância, isenção de ânimo, visando apenas ao esclarecimento da verdade histórica.

Meu nobre confrade Gilberto E. Chaudon, de Niterói, a quem fiquei devendo a gentileza da comunicação da triste ocorrência de Belo Horizonte, preocupou-se em elaborar criterioso e simpático trabalho sobre o historiador mineiro, com quem sempre teve maior convívio, lembrando que, na sua carreira de historiador, Waldemar de Almeida Barbosa “sempre teve por lema a busca da verdade, baseada em documentos, o que o levava a intensas e sempre trabalhosas pesquisas nos arquivos, pois reprovava toda afirmação leviana, que não fosse documentada e devidamente apurada sua autenticidade”.

Do **Dicionário bibliográfico** do Instituto Histórico Brasileiro retiro os seguintes dados sobre sua produção. Em 1960, recebeu o Prémio João Ribeiro pela obra **Nomenclatura gramatical brasileira**; em 1964, obteve o Prémio Sílvio Romero com o trabalho **O Congado no Oeste Mineiro**; em setembro de 1970, outro prêmio com o livro **Negros e quilombos em Minas Gerais**; em 1976 conquistou os dois primeiros lugares do Prémio Poder Legislativo, com seus trabalhos **A Câmara dos Deputados como fator da unidade nacional** e **A Câmara dos Deputados e o sistema de governo parlamentar no Brasil**.

Além dos livros acima referidos, publicou **A bandeira de Minas Gerais** (1961), **A verdade sobre Tiradentes** (1961), **Dores do Indaiá do passado** (1962), **A Capitania de Minas Gerais** (1970), **Geografia humana e econômica do Brasil** (1969), **Os Concílios Ecumênicos e a Questão Religiosa no Brasil** (1970), **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais** (1971), **Minas e a Independência** (1972), **Barão de Eschwege** (1978), **O caçador de esmeraldas** (1981), **O Aleijadinho de Vila Rica** (1985), **Dicionário da terra e da gente de Minas** (1985) e **Breve História de Minas Gerais** (1989).

Se grande foi a sua produção em livros, acrescente-se a ela numerosa colaboração em revistas de cultura, não só de Minas, mas também de outras regiões do Brasil, nelas colaborando assiduamente até bem pouco antes de seu falecimento com mais de noventa anos. Como lembrou Chaudon “ultimamente teve que diminuir o ritmo de trabalho por motivo de deficiência visual, agravada pela doença que o vitimou”. Nascido em Dores do Indaiá a 23 de outubro de 1907, faleceu no dia 4 dezembro de 1999. Aqui ficam estas simples palavras em memória de quem tanto fez pela nossa cultura histórica. 15-1-2000.

355. “CELLULA MATER”

Nos muitos e muitos anos em que lecionei História do Brasil, tanto no ensino médio como no universitário, sempre fiz sentir aos meus alunos o caráter municipalista de nossa evolução histórica. E começava com um exemplo por assim dizer cronológico: a data da fundação de São Vicente - 22 de janeiro de 1532 - era das poucas que fazia que meus alunos soubessem. E frisava que não era por ser simplesmente a data da fundação de um povoado, mas porque a fundação desse povoado, cujas bases foram lançadas por Martim Afonso de Souza e seus companheiros, implicava na criação da instituição municipal no Brasil, com o estabelecimento da primeira vila. Mais ainda: pode-se datar desse ato o próprio início do que se chamaria a “colonização oficial” do Brasil.

Esse tríplice significado do 22 de janeiro de 1532 - fundação da vila de São Vicente, instituição do poder municipal e início da colonização oficial - dava-lhe um papel de suma relevância nos fastos de nossa história. Tornou-se, assim, São Vicente, a “cellula mater” da vida administrativa e municipal brasileira e não foi sem propósito que o idealizador de seu brasão-de-armas nele inscreveu a significativa expressão latina.

Em seu magnífico estudo sobre a função política do município no Brasil (1972), lembrava o saudoso professor Brasil Bandecchi que o estudo do município tem sido quase sempre relegado a um segundo plano, não aparecendo com o devido destaque em nossa história. Mas o próprio Brasil Bandecchi desmentiu sua asserção ao arrolar em seu livro extensa bibliografia, desde a clássica obra de Carneiro Maia (1883)

passando por Deolindo Amorim, Machado Paupério, Edmundo Zenha, Orlando de Carvalho, Oliveira Viana, Tavares de Lyra, Nestor Duarte, Eulália Lobo, Vitor Nunes Leal, aos quais acrescentaria todos os que têm escrito sobre a história do Direito no Brasil. Mais ainda: embora o município tenha sido em muito reduzido em sua função, expressão e significado, os temas relativos a ele aparecem com frequência em congressos, simpósios, etc., mostrando sua atualidade e interesse permanente.

De fato, ao município se prendem temas de história administrativa, de história política, de história social, de direito, de sociologia, de política, de geografia e geopolítica. Em torno dele pode ser feita a própria história do país e onde certamente assiste razão a Brasil Bandecchi é na observação de que há aspectos da vida municipal que não estão ainda convenientemente estudados.

Uma das grandes vantagens para a história do município é a que diz respeito às fontes. Para a história interna do país, nenhum documento mais valioso do que as atas das câmaras municipais. A continentalidade territorial do Brasil, o povoamento ralo e disperso, a ausência de comunicações entre as várias partes do país e o poder central instituído no governo geral, deu ao município um sentido de autonomia que talvez nem estivesse em sua essência, mas que acabou suplantando qualquer outro poder porventura existente no Brasil. Daí, o sentido tipicamente municipalista de nossa evolução.

Eis porque me pareceu de justiça, precisamente na data de hoje, evocar a “cellula mater” da municipalidade brasileira, com a fundação de São Vicente. A velha cidade litorânea, mais que qualquer outra do país, poderia reivindicar o “slogan” que vem sendo, nem sempre com justiça, atribuído a outras localidades: “Aqui começou o Brasil”... 22-1-2000

356. CINCO DE FEVEREIRO

A data de hoje deve revestir-se de muito significado para diversas cidades paulistas, entre elas Campinas e Itu. E mais Sorocaba e Taubaté, e também Curitiba, que, na época, pertencia a São Paulo. De

fato, nessa data, no ano de 1842, o então presidente da província de São Paulo, José da Costa Carvalho, Barão, Visconde de depois Marquês de Monte Alegre, assinou decreto elevando à categoria de “cidade” as cinco vilas mencionadas. Todas conservando seus nomes, menos Campinas que, na época, chamava-se São Carlos, e teve pelo referido decreto restabelecida a sua antiga denominação de “Campinas”. Quanto à atual capital paranaense, lembremos que só em 1853, ou seja onze anos mais tarde, foi que o Paraná separou-se de São Paulo, passando a constituir uma província autônoma.

Há coisa de duas semanas, nesta mesma folha, tive oportunidade de tratar de uma outra data histórica significativa - O 22 de janeiro - que lembrava a fundação de São Vicente no longínquo ano de 1532. Chamei a atenção dos leitores para o que representou, do ponto de vista administrativo, essa fundação da vila de São Vicente, que significou a instituição, no Brasil, do poder municipal. Foi, portanto, São Vicente o primeiro município brasileiro (“vila”, na terminologia antiga) e daí a profundidade da legenda de seu brasão de armas, no qual se inscreve “Cellula Mater”.

Na organização administrativa da época, a sede de município tinha a prerrogativa de “vila”. Eis porque qualquer aglomerado urbano, assim que apresentasse significativo desenvolvimento, a primeira coisa de que cuidava era pleitear a condição de “vila”. A “cidade” praticamente não existia a não ser em poucos centros urbanos, como as sedes de governo ou localizados em áreas reservadas pelo governo para qualquer finalidade. “Cidade”, na realidade, não passava de um título por assim dizer honorífico concedido à vila como uma espécie de homenagem, tanto pelo seu desenvolvimento como pela sua participação na vida do país. E sobre este aspecto o ato de 5 fevereiro de 1842 foi bastante feliz, pois beneficiou cinco vilas de passado glorioso e de funções definidas dentro da geografia histórica brasileira: três delas, vinculadas diretamente ao bandeirismo e duas outras testadas como “pontas de lanças” no povoamento para o Oeste. É curioso constatar que, das cinco, a mais recente era Campinas, tornada vila em fins do século XVIII e nesta qualificação permanecendo pouco mais de quarenta anos. Enquanto que as outras todas tinham a seu crédito até dois séculos a mais em sua história.

Quando o Marechal Müller elaborou seu tão citado recenseamento da província paulista (1836), portanto apenas seis anos antes de ato de 1842, não havia sequer uma “cidade” em São Paulo, a não ser, naturalmente, a capital. Santos, a primeira a ter tal prerrogativa, só a obteve em 1839.

Vale observar que, do ponto de vista jurídico ou administrativo, a elevação de um “vila” à categoria de “cidade” não implicava em nenhuma alteração jurídica ou funcional em sua estrutura. Daí, poder-se dizer que a “cidade” era mais uma distinção honorífica, mas que envaidecia o aglomerado beneficiado com tal honraria. Hoje, a situação é outra. Qualquer município que se crie, seja de que importância for, recebe automaticamente o título de “cidade”. A palavra “vila”, antes tão valorizada, praticamente desapareceu de nossa nomenclatura administrativa, sendo usada apenas para identificar bairros urbanos, como ocorre em todas as atuais cidades. Pareceu-me importante recordar a data de hoje. Em Campinas, propus - e consegui - que o “5 de Fevereiro” fosse atribuído a uma rua. Não sei se em alguma outra das quatro cidades, alguém teve semelhante lembrança. 5-2-2000

357. O MESTRE DA SONATA

Figura realmente marcante da música instrumental do classicismo, Domenico Scarlatti impõe-se não só pela enorme influência que exerceu, como pela maneira tão direta que o ligou ao seu instrumento, o cravo. Não apareceu por acaso. Tinha atrás de si uma longa tradição musical que culminava em seu pai, Alessandro Scarlatti, o criador da chamada “Escola Napolitana”. Foi em Nápoles que nasceu no ano de 1685, o mesmo ano que viu o nascimento das duas maiores figuras do classicismo musical: Bach e Handel. Sobreviveu ao primeiro e faleceu dois anos antes do segundo, pois foi em 1757 que viu encerrar-se sua tão profícua existência. Percorreu numerosos países. Viveu em Veneza, em Roma, em Portugal, na Inglaterra e na Espanha, onde veio a falecer.

Recebeu em sua formação marcada influência do pai, que desde cedo lhe reconheceu o talento, estimulando-o e oferecendo-lhe as primeiras oportunidades. Iniciou-se na música escrevendo óperas, vendo-se aqui a primeira influência paterna. Entre suas primeiras composições

cumpre assinalar “Sílvia”, por ele denominada “drama pastoril”, “Orlando”, “Ifigênia”, “Narciso” e “Hamlet”, convindo lembrar que esta é a primeira obra que se conhece inspirada na imortal tragédia de Shakespeare.

Todavia, foi na música instrumental que Domenico Scarlatti encontrou seu campo predileto. Os exercícios para o cravo, denominados mais tarde “sonatas” foram as únicas obras publicadas durante sua vida. Do seu valor e interesse podem testemunhar todos aqueles que se dedicam ao piano, pois permanecem ainda hoje, juntamente com o prelúdios e fugas do “Cravo bem temperado”, de Bach, obrigatoriamente, na literatura pianística universal.

Os virtuosos cada vez mais inscrevem suas sonatas nos programas. Elas não comportam senão uma peça e correspondem ao sentido primitivo do termo “sonata”. Constituem um repertório de peças de todos os estilos, de maravilhosa variedade: fugas, danças, páginas de feição dramática, arabescos impetuosos, meditações, frivolidades, todas as riquezas da linguagem sonora são exploradas, consideradas ainda hoje obras primas da arquitetura musical, pela simples melodia, vivacidade, riqueza, elegância, enfim tudo quanto preludia a glória do piano. E são muitas. A mais completa edição, a de Longo, reúne 550 peças.

Mal parece um compositor que viveu o período mais artificial da história da música. Ele não olhava para a sociedade que o rodeava, mas via, ao seu redor, a natureza e os episódios mais insignificantes do cotidiano podiam despertar sua inspiração. Um exemplo é bastante conhecido: conta-se que certo dia o seu gato pulou sobre o teclado do cravo e nele pôs-se a andar; cada passo de suas patinhas era uma nota. Scarlatti afastou-o e daquela viravolta nasceu uma melodia. Nada melhor: eis um tema magnífico. E o compositor brindou-nos com a “Fuga do Gato”, uma de suas obras-primas.

Há uma fase na vida de Domenico Scarlatti que não pode ser olvidada: é o trabalho imenso que realizou na Península Ibérica. Convidado por D. João V para organizar o Conservatório de Lisboa, passou-se para a capital portuguesa em 1721. Mais tarde, quando a infanta portuguesa consorciou-se com o príncipe Fernando das Astúrias, levou Scarlatti para Madrid, onde o mestre realizou trabalho semelhante

ao de Lisboa. Tornou-se ele o responsável pela esplêndida escola cravística ibérica do século XVIII, na qual aparecem os nomes de Antonio Soler, Rafael Angles, Felipe Rodriguez, José Salles e Mateo Albeniz, entre os espanhóis, e os de Frei Jacinto, Carlos Seixas e João de Souza Carvalho, entre os portugueses. A tradicional vocação dos Braganças para a música, aliada à capacidade do mestre napolitano, tornou Lisboa um dos grandes centros musicais europeus do século XVIII, cujas obras vem sendo ultimamente exumadas para surpresa de todo o mundo. Oportunamente voltaremos ao assunto, tratando particularmente desta Escola Ibérica. 12-2-2000

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I- INSTITUTOS

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas e Química
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II- FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III- INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

